

RELATÓRIO DA
SECRETARIA-GERAL
DE CONTROLE EXTERNO

**2015
2016**





República Federativa do Brasil

Tribunal de Contas da União

MINISTROS

Aroldo Cedraz de Oliveira (Presidente)

Raimundo Carreiro (Vice-Presidente)

Augusto Nardes

Walton Alencar Rodrigues

Benjamin Zymler

José Múcio Monteiro

Ana Arraes

Bruno Dantas

Vital do Rêgo

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman Cavalcanti

Marcos Bemquerer Costa

André Luís de Carvalho

Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Paulo Soares Bugarin (Procurador-Geral)

Lucas Rocha Furtado (Subprocurador-Geral)

Cristina Machado da Costa e Silva (Subprocuradora-Geral)

Marinus Eduardo de Vries Marsico (Procurador)

Júlio Marcelo de Oliveira (Procurador)

Sérgio Ricardo Costa Caribé (Procurador)

Rodrigo Medeiros de Lima (Procurador)

RELATÓRIO DA
SECRETARIA-GERAL
DE CONTROLE EXTERNO
2015/2016

© Copyright 2016, Tribunal de Contas da União.
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

<www.tcu.gov.br>

Permite-se a reprodução desta publicação,
em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo,
desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Brasil. Tribunal de Contas da União.

Relatório da Secretaria-Geral de Controle Externo : 2015/2016 / Tribunal de Contas da
União. - Brasília: TCU, Segecex, 2016.

117 p.

1. Controle externo. 2. Relatório da Segecex. I. Título

Apresentação



Os anos de 2015 e 2016 foram intensos para o Controle Externo. Nesta publicação, denominada “Relatório da Secretaria-Geral de Controle Externo” encontram-se os resultados que demonstram essa realidade.

A partir do desafio lançado nas diretrizes estabelecidas para o referido biênio, perseguimos o objetivo de levar o Tribunal de Contas da União (TCU) ao aperfeiçoamento das suas ações e adaptá-lo à crescente complexidade do Estado e à multiplicidade de novas atribuições que surgem ao longo do tempo.

Com esse norte, todos os esforços foram envidados para encontrar meios de incrementar a qualidade do serviço público; induzir a Administração Pública ao governo digital e aberto; incorporar novas técnicas de fiscalização com base em tratamento de dados, por meio da realização de análises contínuas e preditivas; e incentivar a adoção de boas práticas de governança e o fortalecimento das parcerias institucionais de âmbito nacional e internacional.

Entre os objetivos estratégicos do Tribunal está a construção de capacidades profissionais, o compartilhamento de conhecimentos e a transformação da instituição em uma organização internacional de referência, com aderência a padrões internacionais nas ações de controle.

Entre as relevantes ações desenvolvidas, merece destaque a criação, por meio da Resolução 275/2015, da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações), responsável pelos processos relacionados à Operação Lava Jato e demais temas que mereçam especial atenção na área de infraestrutura.

Em razão do sucesso obtido com o grupo de trabalho criado com o objetivo de dar tratamento às informações e aos documentos procedentes das investigações e das inúmeras delações premiadas realizadas no âmbito da citada investigação no âmbito da Polícia Federal, compartilhadas pela Justiça Federal, o Tribunal desenvolveu método estatístico-paramétrico para quantificar “dano total de cartel” em contratações realizadas pela Petrobras, na área de abastecimento, desde o ano de 2002.

De imediato, tal metodologia será suporte para a avaliação da adequação dos acordos de leniência em negociação pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), além de viabilizar, no âmbito da Administração Pública, exames sobre a existência de cartéis em contratações, como também estimativas de prejuízos decorrentes desse ilícito.

Enfim, essas são apenas algumas das iniciativas, mas que revelam a sintonia das ações realizadas com as diretrizes da Casa e o compromisso do corpo de servidores em contribuir com o aprimoramento do controle externo e da gestão pública, o que, por certo, resulta em benefícios para toda a sociedade.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente do TCU

O presente Relatório da Secretaria-Geral de Controle Externo tem por objetivo divulgar as principais realizações desta unidade básica na gestão correspondente ao biênio 2015-2016. É uma forma de “prestação de contas” dos resultados obtidos a partir das prioridades estabelecidas pelo Presidente Aroldo Cedraz e reporta iniciativas e ações fruto do comprometimento e dedicação de todos os envolvidos.

Convém lembrar que, em janeiro de 2015, foi confiada à Segecex a missão de enfrentar os desafios e oportunidades que se apresentavam ao controle externo, bem como de dar continuidade a ações exitosas de gestões anteriores.

Foram elencados como prioridades o incremento na qualidade do serviço público, a indução ao governo digital e aberto, a incorporação de novas técnicas de fiscalização baseadas em tratamento de dados, por meio da realização de análises contínuas e preditivas, o incentivo à adoção de boas práticas de governança, principalmente nas dimensões de transparência e controle social, e o fortalecimento das parcerias institucionais de âmbito nacional e internacional.

Esta terceira edição do relatório atualiza as informações da última publicação, que mostrou dados até dezembro de 2015, e incorpora iniciativas e ações realizadas e previstas até o final deste exercício. Como as demais edições, contempla atividades iniciadas em períodos anteriores e que tiveram continuidade e aquelas que se caracterizaram como inovação desta gestão.

Como forma de atender às diretrizes estabelecidas, foram priorizadas ações de natureza transversal e estruturante.

Nesta publicação, constam as iniciativas estratégicas de maior impacto na atividade de controle externo, entre as quais se ressalta o enfrentamento de problemas recorrentes como o elevado estoque de tomadas de contas especial e de atos de pessoal a serem analisados.

No caso das [TCEs, foram identificadas oportunidades de melhoria](#), a exemplo da implementação da gestão nacional de estoque, com o objetivo de otimizar e equilibrar a força de trabalho e reforçar a ideia de um “TCU Uno”, em que se associa a atividade de controle ao Tribunal como um todo, e não a uma unidade específica. Nessa perspectiva de aumentar a eficiência dos recursos disponíveis, buscou-se, ainda, a [automação da análise dos atos de pessoal](#).

Além disso, cabe destacar como importantes inovações o desenvolvimento de [método de seleção de objetos e ações de controle com base em análise de risco](#), a fim de aperfeiçoar o planejamento da Segecex; a ampliação do uso de análise de dados, com a finalidade de alavancar o resultado do controle e o [acompanhamento da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) (ODS), iniciativa que requer uma participação de destaque das entidades de fiscalização superiores (EFS), e na qual o TCU vem desempenhando papel de liderança junto aos seus pares.

Na sequência, alinhadas com objetivos traçados no Plano Estratégico do Tribunal (PET 2015-2021), são indicadas ações decorrentes de parcerias com organismos nacionais e internacionais, as quais objetivam o aprimoramento das práticas de controle.

Como forma de demonstrar o esforço realizado, o tópico seguinte apresenta informações gerenciais. Mais adiante, são relacionadas as principais ações de controle constantes dos Planos Operacionais da Segecex 2015 e 2016 e listados os eventos de destaque realizados e previstos até o final do exercício.

Por último, foi acrescentado capítulo destinado à reflexão, em que se compartilham experiências destes dois anos à frente da Segecex e apresentam-se algumas oportunidades de melhoria para as ações do controle externo a cargo do Tribunal.

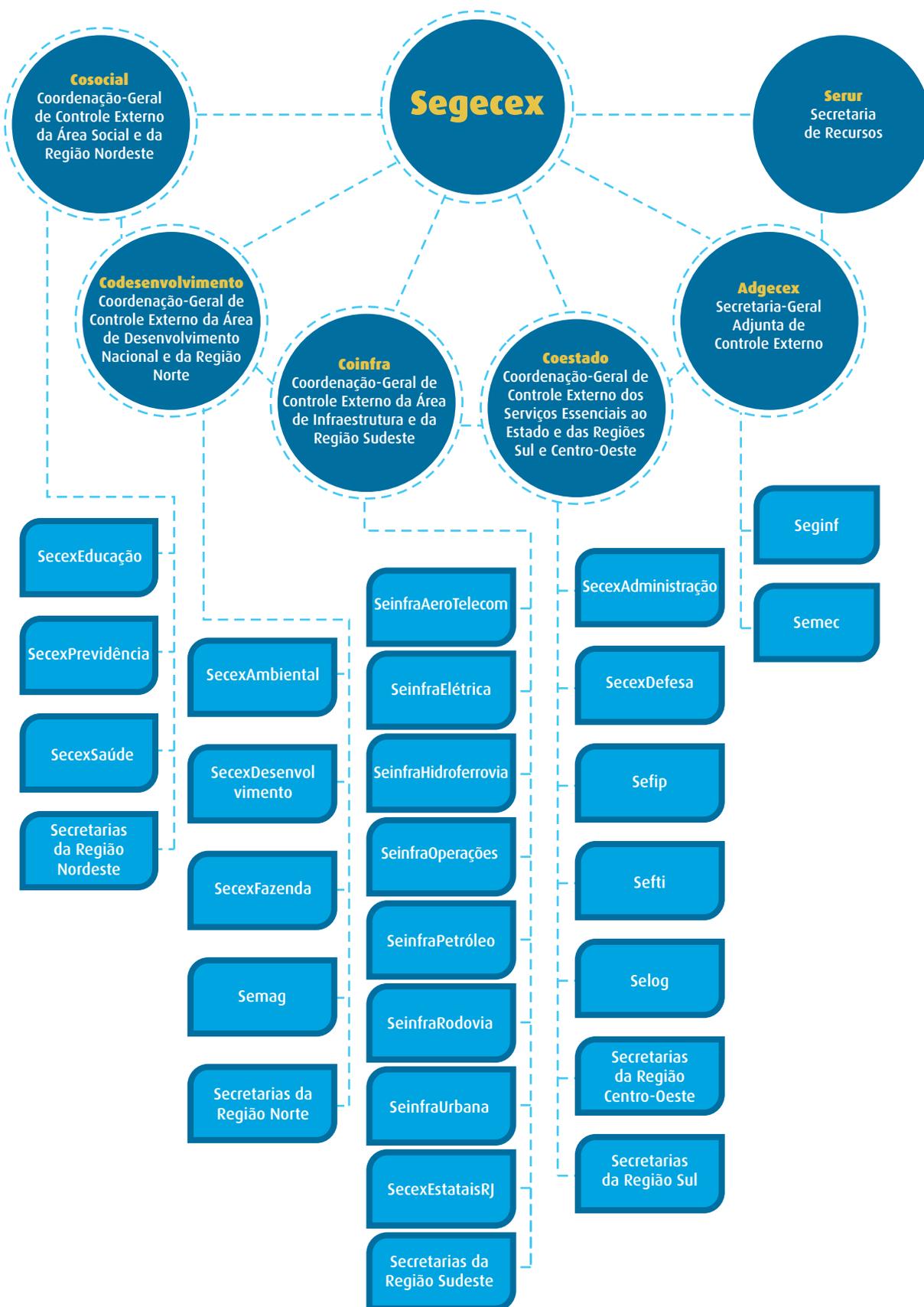
Na oportunidade em que se finaliza este ciclo, resta-me agradecer a todos os servidores desta Secretaria-Geral pela dedicação e esforço dispensados, fundamentais para alcance dos resultados ora apresentados, e reconhecer o apoio recebido dos Gabinetes das Autoridades, das Secretarias-Gerais da Presidência e de Administração, e de suas subunidades, bem como da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão para os feitos aqui reportados.

Agradecimento especial há que ser dirigido ao Presidente Aroldo Cedraz, que ofereceu apoio integral à formação de ambiente propício para que as ações implementadas tivessem o condão de atacar problemas crônicos e, sobretudo, fortalecer o controle externo mediante a utilização de inovadoras e avançadas técnicas de fiscalização.

Para finalizar, estou convicto de que as conquistas da Segecex ao longo de várias gestões são reflexo da qualidade e empenho do seu corpo técnico, presentes mesmo em cenários adversos e sempre voltadas para o fortalecimento do controle, visando ao benefício da sociedade.

RAINÉRIO RODRIGUES LEITE
Secretário-Geral de Controle Externo

ORGANOGRAMA DA SEGECEX



Sumário



Capítulo 1 – Iniciativas estratégicas 13

| | |
|---|----|
| Plano de Controle Externo e Plano Operacional da Segecex..... | 13 |
| Secex Referência | 13 |
| Gestão do Conhecimento – Comunidades temáticas..... | 14 |
| Identificação de oportunidades de melhoria no processo de Tomada de Contas Especiais (TCE) | 14 |
| Projeto de Desenvolvimento Organizacional das Secretarias de Controle Externo nos Estados da Bahia e do Maranhão | 16 |
| Desenvolvimento de novo marco estratégico para a fiscalização de TI | 17 |
| Implementação de novo modelo para tratamento de processos relativos a aquisições logísticas | 18 |
| Fortalecimento da auditoria financeira no TCU | 19 |
| Aperfeiçoamento do recebimento e do tratamento das informações das prestações de contas das unidades jurisdicionadas | 20 |
| Definição de método para seleção de linhas de ação e ações de controle | 21 |
| Uniformização da forma de atuação dos Tribunais de Contas do Brasil | 21 |
| Asseguração | 22 |
| Programa 3i..... | 23 |
| Currículo profissional | 23 |
| Informativo Orientar | 24 |
| Revisão do cálculo da produtividade das Unidades Técnicas..... | 24 |
| Desenvolvimento de nova metodologia para avaliação de qualidade..... | 25 |
| Dados abertos – internos e externos..... | 25 |

| | |
|--|----|
| Desenvolvimento de modelos preditivos para detecção de indícios de irregularidades | 26 |
| Análise de dados não estruturados | 27 |
| LabContas..... | 28 |
| Fortalecimento do controle social..... | 29 |
| Desenvolvimento e evolução de sistemas corporativos | 30 |
| Jogos Olímpicos..... | 31 |
| Evolução na fiscalização de obras públicas | 31 |
| Acompanhamento regular e periódico do Plano Nacional de Educação (2014-2024) | 32 |
| Combate à corrupção e a outras irregularidades | 33 |
| Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável..... | 34 |
| Aprimoramento do processo de Cobrança Executiva..... | 36 |

Capítulo 2 – Parcerias com outros órgãos ou entidades 39

| | |
|--|-----------|
| 2.1 Parcerias Internacionais..... | 39 |
| Intosai | 39 |
| Controle da Dívida Pública | 39 |
| OCDE – Aprimoramento da Governança Pública..... | 40 |
| Projeto GIZ | 41 |
| Diálogos setoriais..... | 41 |
| Articulação com o Banco Mundial para realização de projetos..... | 42 |

| | |
|---|------------|
| 2.2 – Parcerias Nacionais | 43 |
| Tribunal Superior Eleitoral | 43 |
| Acordos de cooperação técnica com o Ministério Público Federal, os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios e outros entes | 44 |
| Enclaves | 45 |
| Grupos de Trabalho | 46 |
| | |
| Capítulo 3 – Segecex em números | 49 |
| | |
| Capítulo 4 – Principais ações de controle | 57 |
| 4.1 – Ações relacionadas à área de serviços essenciais ao Estado | 57 |
| 4.2 - Ações relacionadas à área social | 66 |
| 4.3 – Ações relacionadas à área de desenvolvimento nacional | 77 |
| 4.4 – Ações relacionadas à área de infraestrutura | 87 |
| | |
| Capítulo 5 – Principais eventos | 103 |
| | |
| Capítulo 6 – Avaliação e perspectivas | 113 |

Capítulo 1

Iniciativas estratégicas



O Plano de Controle Externo (PCE) 2015-2016, aprovado pelo Plenário do TCU, contemplou avanços decorrentes da experiência adquirida com a execução do plano anterior, 2013-2014, bem como incorporou sugestões apresentadas pelos gabinetes dos ministros-relatores.

Como desdobramento do PCE (tático) e a partir das propostas de ações construídas de forma conjunta pelas unidades técnicas e coordenações-gerais, foram elaborados os Planos Operacionais da Segecex para os anos de 2015 e 2016. Neles, estão contemplados indicadores de desempenho, metas das unidades, pesos dos indicadores e ações com prazos e produtos esperados, bem como indicadas as ações e negociadas com os gabinetes dos ministros-relatores, que serão consideradas trabalhos de especial relevância para a meta institucional do Tribunal.

Como forma de divulgação, foram distribuídos exemplares do PCE e criado aplicativo móvel para visualização de seu conteúdo.

Para a formulação do PCE do próximo biênio, 2017-2018, sugere-se, como principal insumo, a utilização do resultado da aplicação do método de seleção de objetos e ações de controle.

Secex Referência

Dando continuidade ao fortalecimento das unidades técnicas, normatizou-se a atuação das secretarias de controle externo nos estados como Secex Referência em nível nacional que, de forma coordenada pela Secex de âmbito nacional especializada em determinada função de governo ou tema, passaram a participar do planejamento de trabalhos, coordenação de fiscalizações, treinamento, apoio técnico, diagnóstico e proposição de soluções para os problemas da respectiva área de atuação.

Inicialmente, a sistemática foi aplicada aos temas saúde, educação, infraestrutura, agricultura e meio ambiente e segurança pública. Desde a implantação, foram realizadas duas avaliações dessa nova forma de atuação: a primeira em setembro de 2015, por intermédio de questionário encaminhado às secretarias dos estados, e a segunda em março de 2016, realizada presencialmente pelos secretários durante o encontro de dirigentes.

Como resultado dessas avaliações e com a participação das Secex nos estados, foi editada portaria específica para tratar da matéria, Portaria-Segecex 14/2016, que disciplinou a atuação em rede das unidades técnicas da Segecex, manteve as redes de saúde, infraestrutura, agricultura e meio ambiente e instituiu a rede de aquisições logísticas, a partir das unidades que já estavam encarregadas de tratar desse tema.

Constituem-se em estratégia integrativa e evolutiva que têm o propósito de criar uma rede de intercâmbio de informações e de comunicação sobre temas relacionados ao controle de determinadas áreas ou temas de importância para Tribunal. Basicamente, as comunidades são viabilizadas por meio de grupos virtuais, abertos a auditores de qualquer unidade técnica, que utilizam plataforma tecnológica para compartilhamento, registro e geração de novos conhecimentos, bem como para a recuperação de informações e conhecimentos, que servirão de subsídio para tomada de decisão.

No ano de 2015, foram implantadas comunidades para os temas Educação, Saúde, Infraestrutura e Segurança Pública, esta última aberta a especialistas externos ao TCU. A avaliação realizada no primeiro semestre de 2016 permitiu concluir que esse modelo ainda não foi totalmente assimilado pelas unidades técnicas, o que pode ser atribuído também ao seu estágio inicial de implantação.

Em 2016, foi adotada nova ferramenta tecnológica de fácil utilização. O desafio que se apresenta no momento para a efetiva implantação do modelo é estimular a participação dos auditores, mostrando-lhes as vantagens e a importância das comunidades no exercício de suas atribuições.

O potencial de contribuição das comunidades para o controle externo é reconhecido por todos, portanto, sugere-se a continuidade das experiências de implantação dessa iniciativa estratégica, bem como, futuramente, o envolvimento de outros órgãos de controle, tais como os tribunais de contas estaduais e municipais.

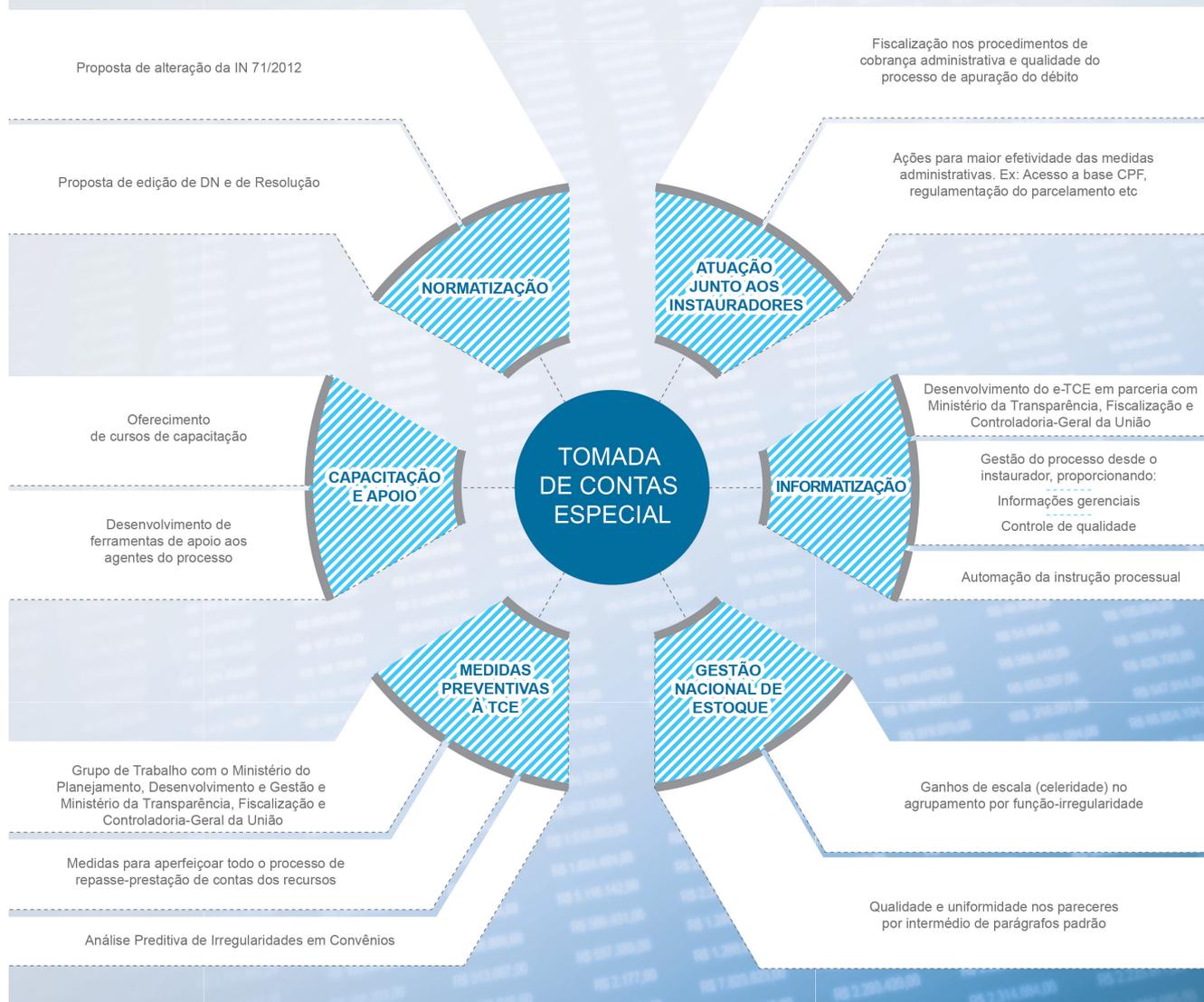
Identificação de oportunidades de melhoria no processo de Tomada de Contas Especiais (TCE)

Com o objetivo de racionalizar e tornar mais eficaz o processo de recuperação de dano ao erário, deu-se início a um conjunto de ações integradas voltadas à TCE abrangendo diversos aspectos: normatização, informatização, gestão de estoque, capacitação e apoio e medidas preventivas à TCE, conforme demonstra a figura a seguir:

Iniciativas Institucionais

TOMADAS DE CONTAS ESPECIAL

Secretaria-Geral de Controle Externo - Segecex



A seguir, são registradas as principais ações adotadas ou em curso voltadas à TCE.

No campo da normatização, destacam-se propostas de aperfeiçoamento da instrução normativa que rege a matéria e de expedição de decisão normativa. Foi encaminhada para apreciação pelo Tribunal proposta de alteração da Instrução Normativa-TCU 71/2012 para pontos considerados estratégicos, entre os quais, a definição de prazo para adoção das medidas administrativas, a mudança no prazo de encaminhamento das TCEs e a definição dos eventos para consideração da ocorrência do dano. Por sua vez, também se propôs a expedição de decisão normativa que detalhará peças e procedimentos desse tipo de processo.

Em fevereiro de 2016, também foi expedida a Portaria-Segecex 1/2016, que definiu parâmetros para a fixação de prazos para a instrução de processos de TCE nas unidades técnicas.

No campo da informatização, tem especial relevo o desenvolvimento do sistema e-TCE, identificado como uma das mais importantes ações para racionalizar o processo de TCE com expectativa de ganhos expressivos na qualidade do processo e redução do prazo de apreciação.

Com o sistema, as TCEs passarão a ser instauradas no próprio e-TCE, com orientações e controles de qualidade permeando todo o processo até a autuação no Tribunal. É prevista ainda a geração de instruções com campos “automatizados” e disponibilização de várias ferramentas que permitam ao auditor do TCU melhor contextualizar os assuntos abordados nas TCEs, inclusive em comparação com outros processos do TCU, porventura existentes sobre a matéria, bem como em relação a dados disponíveis em outras bases de dados. A implantação do sistema será gradativa a partir do final de 2016.

No que se refere à gestão nacional do estoque, realizou-se o gerenciamento centralizado do estoque de TCE de forma a permitir agrupá-las por casos semelhantes de instrução e, posteriormente, redistribuí-las, com vistas ao aumento da produtividade e da qualidade das instruções. Até o momento, foram redistribuídos cerca de 1.200 processos das funções de governo Saúde e Educação e da subfunção de governo Turismo, acompanhados de sugestões de encaminhamento e da jurisprudência predominante desses casos.

A avaliação dos resultados dessa sistemática, realizada no primeiro semestre de 2016, revelou impactos positivos sobre a qualidade e celeridade na instrução dos processos, principalmente em decorrência da instrução dos processos agrupados. Recomenda-se a expansão do modelo para outras funções de governo até que todo o estoque de TCE seja gerenciado sistemicamente pela Segecex.

No âmbito das ações de capacitação e apoio, foram revisados os parágrafos-padrão mais comumente utilizados nos processos de TCE, os quais foram disponibilizados no portal. Tais parágrafos subsidiam o auditor na elaboração das instruções, minimizando o trabalho de busca por jurisprudência, e contribuem para a construção de soluções semiautomatizadas de instrução processual.

Com relação às medidas preventivas, foi criado grupo de trabalho formado por representantes do TCU, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), o qual tem por objetivo identificar oportunidades de melhoria na gestão das transferências discricionárias e propor medidas para aperfeiçoar os respectivos procedimentos e normatização. Foram realizados workshops com representantes dos principais órgãos instauradores para identificação dos problemas e possíveis soluções para as transferências voluntárias. O grupo deverá entregar relatório conclusivo até o final deste exercício.

Projeto de Desenvolvimento Organizacional das Secretarias de Controle Externo nos Estados da Bahia e do Maranhão

Destina-se a promover diagnóstico, modernização e fortalecimento institucional da Secex-BA e Secex-MA, a fim de dotar essas unidades de gestão integrada e eficiente no que

se refere às pessoas, aos processos de trabalho e às estratégias, de forma a contribuir para o cumprimento da missão institucional do Tribunal.

O projeto conta com a parceria de várias unidades. Além do patrocínio da Segecex, atuam, em cooperação com aquelas Secex, a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Seplan), a Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep) e o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), para o desenvolvimento de ações a serem empreendidas numa visão integrada e multidisciplinar.

Após a realização de diagnóstico organizacional e construção de plano de ação para as unidades, há diversas iniciativas em andamento, voltadas, por exemplo, para a atuação nos processos de TCE e nos serviços de administração.

Na Secex-BA, o Projeto levou essa unidade a reavaliar vários de seus procedimentos e ações. Assim, a iniciativa possibilitou àquela unidade técnica conhecer e se aproximar da clientela; disseminar conhecimento e trabalhos entre seus servidores, parceiros da Rede de Controle da Gestão Pública e jurisdicionados; ajustar procedimentos administrativos e buscar novos caminhos para a resolução de problemas, identificados como "crônicos". Atualmente, há ações continuadas e outras em desenvolvimento que serão incorporadas à rotina de trabalho da secretaria.

No caso da Secex-MA, foram realizadas mudanças estruturantes na forma de atuação, principalmente do Serviço de Administração. O foco inicial do projeto foi identificar possíveis ineficiências e gargalos, de forma a fazer com que o SA conseguisse dar vazão às atividades de apoio ao controle externo e da própria administração. Entre os produtos e resultados alcançados, destacam-se a criação de núcleo e de padronização das comunicações processuais; criação do núcleo de exames preliminares de TCE; criação de sistema automatizado de elaboração de documentos de cobranças executivas (Cbex-10); mapeamento de processos de trabalho do SA e manuais operacionais; capacitação de agentes repassadores de recursos públicos; além de sugestões de melhorias nos sistemas corporativos.

Além disso, iniciaram-se as discussões para construção da estratégia de atuação de ambas as secretarias, que buscará maior equilíbrio entre as diversas vertentes e modalidades de controle, nas áreas de conformidade e operacional, com maior participação em trabalhos relevantes coordenados por outras unidades ou de iniciativa própria. A Secex-BA, por exemplo, coordena, em parceria com a Secex Educação, o primeiro trabalho de monitoramento em auditorias coordenadas com os tribunais de contas nos estados. O monitoramento decorre de auditorias coordenadas no ensino médio no Brasil.

Desenvolvimento de novo marco estratégico para a fiscalização de TI

Em 2016, completam-se dez anos desde que o TCU criou uma unidade especializada em fiscalização de TI. Nesse período, o Tribunal teve papel fundamental na indução de aprimoramento na gestão e no uso de TI na administração pública federal. O estabelecimento

de processo para as contratações, o amadurecimento da governança de TI nas instituições federais e a avaliação de sistemas e políticas públicas foram aspectos marcantes em tal etapa.

Para continuar avançando, porém, é necessário olhar para o futuro. Assim, em 2015, desenvolveu-se novo marco estratégico para a fiscalização de TI. O novo referencial foi construído por meio da identificação dos principais desafios estratégicos a serem enfrentados e destacou a nova missão da unidade especializada: induzir o melhor uso da TI no aprimoramento dos serviços públicos.

Implementação de novo modelo para tratamento de processos relativos a aquisições logísticas

Das ações de controle exercidas pelo TCU sobre as aquisições logísticas da administração pública, ainda predominam aquelas motivadas por denúncias e representações, bastante à frente, em volume e em custo organizacional, das recentes iniciativas internas associadas com diagnósticos sistêmicos das práticas de gestão e governança das aquisições públicas.

Denúncias e representações correspondem a trinta por cento dos processos autuados no TCU (quase dois mil por ano), cuja maioria refere-se a indícios de ilegalidade em licitações e contratos para aquisições logísticas – realidade que demandou, nos últimos anos, a criação e a designação de unidades organizacionais dedicadas ao tratamento desses processos.

Por um lado, alcançaram-se satisfatórios ganhos em especialização e produtividade. Por outro, ainda se percebe que a predominante direção da força de trabalho para o tratamento dessas demandas externas concorre significativamente com a também necessária orientação de esforços institucionais para a realização de análises sistêmicas sobre a referida temática pública e de consequentes ações de controle de maior potencial de efetividade no combate a desvios e no aprimoramento da administração pública nesta área.

Diante dessa realidade, em 2015 e 2016, novas ações vêm sendo desenvolvidas com o propósito de otimizar o tratamento de denúncias e representações no TCU. Tais ações são agrupadas essencialmente em três perspectivas de visualização do problema:

- **integração funcional** – criação da rede de aquisições logísticas composta pela unidade especializada da sede e oito unidades nos estados que, atuando de forma integrada, permitiu interações continuadas, presenciais e a distância, com o propósito de diagnosticar problemas afetos às competências comuns dessas secretarias e de propor melhorias.

A integração funcional permite o gerenciamento da distribuição dos processos de aquisições logísticas, baseada na prática colaborativa do apoio mútuo, de forma a equilibrar a carga entre as unidades parceiras.

- **normatização interna** – proposição de revisões pontuais do Regimento Interno e da Resolução-TCU 259/2014, com vistas à racionalização das regras procedimentais pertinentes, a serem encaminhadas até o final do ano para a Presidência do tribunal.

- **gestão da informação** – especificação conceitual de requisitos para solução de TI, consistente no melhoramento da inserção de dados, no e-TCU, em formato estruturado, sobre denúncias e representações, desde o cadastro dos documentos, a autuação processual até a conclusão da fase de instrutiva, de modo a propiciar a gestão da informação e a almejada produção de conhecimento institucional. A referida solução encontra-se em fase inicial de desenvolvimento, com previsão de resultados parciais até o fim deste ano.

Fortalecimento da auditoria financeira no TCU

Com vistas a dar consecução ao Projeto de Fortalecimento da Auditoria Financeira, iniciado em 2011, o TCU realizou amplo estudo do tema cujo resultado foi apreciado por meio do Acórdão 3.608/2014-TCU-Plenário. O citado acórdão determinou à Segecex que conduzisse diversas ações relacionadas ao desenvolvimento gradual da auditoria financeira e à ampliação de sua abrangência nas unidades jurisdicionadas do TCU. O principal objetivo do projeto é adotar, na auditoria realizada pelo Tribunal sobre as demonstrações financeiras consolidadas do governo federal, padrões e boas práticas internacionais de auditoria financeira que aumentem a segurança da opinião do TCU sobre essas demonstrações.

A Segecex vem implementando medidas para cumprimento ao plano de ação. Assim, foi criado o Comitê de Auditoria Financeira, pela Portaria-TCU 258/2015, com o objetivo de supervisionar a implementação da estratégia de fortalecimento da auditoria financeira no TCU, e realizada auditoria das demonstrações financeiras do Ministério da Fazenda referentes a 2014, bem como levantamento sobre a auditabilidade das demonstrações financeiras de órgãos e entidades selecionadas.

A expansão desse tipo de trabalho levou à conclusão das auditorias nas demonstrações contábeis de 2015 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nas demonstrações financeiras do Regime Geral de Previdência Social, nas informações da dívida pública federal evidenciadas no Balanço Geral da União (BGU) de 2015, e à consolidação na auditoria do BGU 2015.

Foi finalizado em setembro de 2016 o levantamento para avaliar a capacidade da CGU para realizar auditorias financeiras, como determinado pelo item 9.3.5 do Acórdão 3.608/2014-Plenário. Em 2017, será realizado novo levantamento, dessa vez abrangendo os demais órgãos de controle interno dos três poderes, completando assim o atendimento da determinação do Plenário.

Também foram realizadas ações para divulgar a auditoria financeira e capacitar servidores, como a publicação do Manual de Auditoria Financeira (MAF). Adicionalmente, estão sendo elaborados os modelos de papéis de trabalho e planilhas para o uso das equipes que realizam auditorias financeira, a serem publicados até março de 2017.

Com relação à capacitação, foi concluído, no início de 2016, o curso de auditoria financeira que visou preparar as equipes das auditorias-piloto. Também foram realizadas capacitações em DW-Tesouro Gerencial e em Contabilidade Aplicada ao Setor Público e foi elaborado o curso DW-Tesouro Gerencial para ser ministrado na modalidade EaD. O curso presencial de Análise das Demonstrações Financeiras do Setor Público e a segunda turma de Contabilidade Aplicada ao Setor Público são outras iniciativas de capacitação do exercício de 2016.

No contexto da regulamentação da realização de auditorias financeiras, foi publicada a Ordem de Serviço-TCU 4/2016, que criou grupo de trabalho encarregado de apresentar a minuta de resolução para regulamentar essa atividade no âmbito do Tribunal.

Em 2017, será finalizada a primeira auditoria financeira do BGU sob uma estrutura conceitual de auditoria de grupo em demonstrações financeiras consolidadas. Esse novo método conferirá maior consistência ao trabalho e vem ao encontro do objetivo de convergência aos padrões internacionais em busca de maior segurança na emissão de opinião sobre a fidedignidade das informações do BGU.

Aperfeiçoamento do recebimento e do tratamento das informações das prestações de contas das unidades jurisdicionadas

Com a consolidação da sistemática eletrônica de apresentação do relatório de gestão e demais peças componentes do processo de contas anuais, bem como de autuação automática do processo correspondente no TCU, o recebimento e tratamento das prestações de contas continuou evoluindo no ano de 2016, com a segunda etapa de desenvolvimento do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas).

Os principais avanços alcançados referem-se à entrega da estruturação dos dados relacionados ao rol de responsáveis e à identificação das unidades gestores do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Destacam-se ainda melhorias na usabilidade do Sistema e-Contas, com a inserção do detalhamento das informações exigidas e de orientações para o preenchimento em campos de ajuda do sistema e a simplificação das normas que regulamentam esse processo de trabalho.

Em 2016, foram realizados, ainda, estudos para o estabelecimento de estratégia para o processo de contas no TCU e de avaliação, pelas unidades técnicas da Segecex, das unidades prestadoras de contas (UPC) ao Tribunal, com o fim de classificá-las e selecionar aquelas cujos gestores devem ter contas julgadas pelo Tribunal no período de 2016 a 2019. Todo esse processo foi realizado por meio do Sistema de Gestão de Contas (GesContas).

Até março de 2017, estão previstos os seguintes trabalhos relevantes referentes ao processo de prestação de contas: i) finalização de documento-base para a análise de contas; ii) especificação do conteúdo e do escopo da auditoria de gestão relativa a 2016 para cada unidade prestadora de contas; e iii) preparação e abertura do e-Contas para recebimento dos relatórios de gestão relativos ao exercício de 2016.

Para o exercício de 2017, prevê-se mais evolução da sistemática e dos sistemas de apoio à gestão do processo de contas, com inovações relacionadas aos seguintes aspectos: i) discussão interna e apresentação ao Tribunal de proposta de Estratégia para o Processo de Prestação de Contas; ii) terceira fase de desenvolvimento do Sistema e-Contas, que contempla a customização e estruturação das informações dos conselhos de fiscalização da profissão, que representam cerca de 41% das unidades que apresentam relatório de gestão anualmente, bem como o aperfeiçoamento de diversas funcionalidades existentes; e iii) consolidação do GesContas como ferramenta de acompanhamento e gestão de informações relativas às UPCs.

Definição de método para seleção de linhas de ação e ações de controle

Com a finalidade de subsidiar o planejamento das unidades técnicas, instituiu-se grupo de trabalho com o objetivo de desenvolver e testar o método de seleção de objetos e ações de controle com base em análise de risco. Foram identificadas e estudadas iniciativas afins realizadas dentro e fora do TCU e definidas as etapas adotadas para o desenvolvimento do método: conhecimento do universo de controle, seleção de situações-problema, seleção de objetos de controle e definição de linhas de ação e ações de controle.

O modelo preliminar desenvolvido foi testado em três unidades técnicas e parte dos resultados foi utilizada pelas respectivas unidades na elaboração do Plano Operacional da Segecex 2016. Em seguida, para validação do método e com o apoio do Centro de Pesquisa e Inovação (CePI), foram realizadas cinco oficinas de trabalho com representantes de quarenta unidades do Tribunal nas quais foram colhidas impressões e contribuições.

Paralelamente, foram criadas a Comunidade de Prática "Seleção de Ações de Controle" e o Sistema Conhecer, que estão disponíveis para todos os servidores do tribunal que quiserem contribuir com as discussões em torno do novo método elaborado, bem como com o processo de planejamento do Controle Externo para o próximo biênio.

Por fim, foi aprovado pela Portaria-Segecex 21, de 30 de setembro de 2016, o documento técnico "Orientações para seleção de objetos e ações de controle", que materializa a metodologia desenvolvida.

Uniformização da forma de atuação dos Tribunais de Contas do Brasil

Pretende-se buscar a uniformização da forma de atuação dos Tribunais de Contas do Brasil mediante a criação de um padrão nacional que será materializado nas Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), baseadas nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI). Trata-se de iniciativa do Instituto Rui Barbosa (IRB), que tem contado com participação do TCU, por intermédio da Segecex.

Em setembro de 2015, foram concluídas as normas de nível 1 das NBASP, que compreendem os pré-requisitos sobre a Independência dos Tribunais de Contas (NBASP 10), Valor e Benefícios dos Tribunais de Contas – fazendo a diferença na vida dos cidadãos (NBASP 12), Transparência e Accountability dos Tribunais de Contas (NBASP 20), Gestão de Ética (NBASP 30) e o Controle de Qualidade para os Tribunais de Contas (NBASP 40). Essas normas definem os princípios basilares para o adequado funcionamento dos tribunais de contas brasileiros na realização de auditorias e, sempre que aplicáveis, nas demais atividades de controle externo do setor público.

Em julho de 2016, ficou definida a adoção das ISSAIs 100, 200, 300 e 400, as quais constituirão o nível 2 das NBASP, que trazem os princípios fundamentais que regem o desenvolvimento das auditorias financeiras, operacionais e de conformidade. A Segecex contribuiu com a tradução das referidas normas, efetuada pela Serint, posteriormente colocadas em consulta junto aos membros do Comitê instituído pelo IRB. A previsão de adoção é até o final de 2016.

A perspectiva é de que em 2017 ocorra interação efetiva entre o IRB, o Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (Conasci) e a CGU para que as NBASP passem a ser adotadas também pelos órgãos de controle interno (OCI). A adoção de normas nacionais de auditoria facilitará o uso de trabalhos dos OCI pelos órgãos de controle externo, a exemplo de avaliações de riscos e de controles internos realizadas pelos primeiros. Além disso a aplicação de uma estrutura comum de normas profissionais potencializará a capacitação e a certificação de auditores dos controles interno e externo.

Asseguração

Foram elaboradas orientações sobre asseguração em auditoria com vistas a garantir que os auditores documentem e referenciem da forma necessária e suficiente as conclusões dos trabalhos, a fim de aumentar o grau de confiança do leitor acerca dos resultados obtidos.

As informações levantadas subsidiaram as discussões promovidas pelo Subcomitê de Normas Profissionais de Auditoria Operacional (PAS) e de Conformidade (CAS) da *International Organization of Supreme Audit Institutions* (Intosai). O Brasil formulou documento-base apresentado ao grupo de trabalho encarregado de estudar o tema no PAS. Os estudos desenvolvidos também contribuíram para as discussões empreendidas pelo Subcomitê de Normas Profissionais de Auditoria de Conformidade (CAS) para o desenvolvimento de diretrizes para essa modalidade de auditoria.

Dentro da presente iniciativa, a Segecex contribuiu, ainda, com a elaboração dos capítulos do manual do *Intosai Development Initiative* (IDI) sobre auditoria operacional que tratam de asseguração e de risco de auditoria em auditoria operacional.

Em 2017, as normas e orientações do TCU sobre auditoria deverão ser revisadas de modo a alinhá-las com o novo marco referencial de auditoria do setor público a ser aprovado pela Intosai em dezembro de 2016.

O TCU implantou o Programa 3i – Iniciativa de Implementação das *International Standards of Supreme Audit Institutions* (Issai) – da agência de capacitação de pessoal da Intosai, que consiste em auxiliar as entidades fiscalizadoras superiores (EFS) a identificar sua situação no que se refere à implementação das normas internacionais de auditoria, bem como executar a estratégia definida para o estabelecimento das Issai nos três tipos de auditoria governamental: financeira, operacional e de conformidade.

A iniciativa contribui para a profissionalização dos auditores da instituição, para a maior qualidade dos trabalhos e, por conseguinte, para o fortalecimento da credibilidade dos trabalhos da entidade perante os auditados, as demais partes interessadas e a sociedade em geral.

O relatório final que retrata a aderência dos três tipos de auditoria praticadas pelo TCU às normas internacionais foi concluído. Os trabalhos desenvolvidos passaram pelo controle de qualidade do TCU e por revisão entre pares.

Como resultado da aplicação do Programa 3i, foram identificadas diversas oportunidades de melhoria das práticas de auditoria no TCU para que se tornem integralmente em conformidade com as ISSAI e a consequente necessidade de treinamento dos auditores.

As principais necessidades detectadas foram contempladas em plano de ação que delineia estratégias com vistas a mitigá-las, o qual deverá ser posto em prática em 2017.

Além de implantar o Programa 3i, o TCU contribui para a melhoria das ferramentas utilizadas. Nesse sentido, participou de oficina de trabalho cujos objetivos foram aperfeiçoar a segunda fase do programa, apresentar feedback dos produtos, iniciar a elaboração de novo documento sobre auditoria do setor público e iniciar proposta de estrutura de competências em auditoria, que servirá de base para o programa piloto de certificação da Iniciativa de Desenvolvimento da Intosai (IDI). O Tribunal também cedeu, sem ônus, ao IDI uma auditora para atuar como gerente global do Programa 3i em auditoria operacional.

Currículo profissional

A iniciativa visa à elaboração do currículo profissional e, posteriormente, a produção de conteúdo, identificação de ações de capacitação e manutenção de currículo mínimo (*syllabus*) atualizado que tenham em conta a educação profissional continuada.

Foi submetida à Comissão de Coordenação Geral (CCG) proposta de trajetória profissional em auditoria. A partir dessa proposta, considerada no contexto de outros projetos em desenvolvimento na Casa, está sendo definido, em conjunto com o ISC e a Segep, o escopo de prováveis ações de desenvolvimento, incluindo certificações profissionais a serem providas pelo TCU.

Com a conclusão do trabalho de levantamento de processos e competências associadas, coordenado pela Segep, a Segecex indicou os especialistas, e o ISC arrematou o processo que detalhou aproximadamente 70% dos temas apontados no levantamento, que abrangem os processos de auditoria financeira, auditoria de conformidade, auditoria operacional, prestação de contas, TCE, denúncia e representação. Os próximos passos envolvem o trabalho de identificação de ações de capacitação, a produção de conteúdo e a estruturação da certificação de competências.

Informativo Orientar

O Informativo Orientar, lançado em abril de 2016, tem como objetivo disseminar orientações sobre controle externo e jurisprudência do Tribunal às unidades técnicas da Segecex. Seu conteúdo é dividido em seções fixas, Jurisprudência Comentada e Consulta Prática, além de outros assuntos tais como leituras, notícias, normas recentes, modelos de instrução ou comunicação e oportunidades de capacitação.

A seção Jurisprudência Comentada analisa temas processuais e de responsabilização, principalmente decisões do TCU e dos tribunais superiores.

A seção de Consulta Prática traz uma seleção de questões já respondidas por e-mail ou pelo sistema Orientar. A vantagem dessa seção está no seu viés prático, porque trata de dúvidas do dia-a-dia encaminhadas pelas unidades técnicas e que interessam não apenas a quem perguntou, mas ao conjunto das unidades vinculadas à Segecex.

O Informativo Orientar é disponibilizado quinzenalmente em formato eletrônico. Todas as edições publicadas estão acessíveis ao público interno por meio do Portal do TCU, área Controle Externo.

Revisão do cálculo da produtividade das Unidades Técnicas

A produtividade é um dos fatores que mais influenciam a definição do Plano Operacional de uma unidade, pois é utilizada para estimar quantos HD a secretaria deve "reservar" para a instrução processual.

No intuito de aprimorar o cômputo da produtividade das unidades da Segecex, foram testadas em 2015 duas novas metodologias, sem resultados satisfatórios, e iniciado o desenvolvimento de uma nova forma de cálculo.

Com a contratação pela Segedam de estudo sobre dimensionamento da força de trabalho, que aprofundará o conhecimento a respeito dos parâmetros de produtividade das unidades técnicas da Segecex, com previsão de término ainda em 2016, esta unidade básica optou por alocar seus esforços no apoio à iniciativa da Segedam e paralisar, em parte, sua própria iniciativa.

No exercício de 2015, foram iniciados estudos para implementação de nova metodologia de trabalho para a avaliação de qualidade dos processos instruídos pelas unidades técnicas, com o objetivo de elevar a representatividade dos processos avaliados e aprimorar o feedback para as unidades, contribuindo mais significativamente para a melhoria da qualidade das ações de controle externo.

O novo modelo de trabalho prevê dois níveis de avaliação de qualidade. No primeiro nível (triagem), um percentual representativo dos processos encaminhados com mérito é avaliado de forma simplificada, com base em roteiro contendo itens gerais de verificação do controle de qualidade. A partir disso, os processos que apresentarem maiores indícios de inadequações são selecionados para a avaliação de segundo nível, mais completa e detalhada, com feedback do resultado para as unidades técnicas e impacto na avaliação de desempenho. Ressalte-se que, durante a implantação da nova metodologia, as unidades técnicas receberam o feedback das falhas constatadas na triagem, para conhecimento e adoção de providências, se ainda cabíveis, sem qualquer pontuação ou impacto na avaliação de desempenho.

No segundo semestre de 2015, foram aprovados e inseridos no sistema “Sisqualidade” os roteiros de avaliação de primeiro nível para processos de TCE, representações e auditorias de conformidade. De outubro até o final daquele exercício, com base nesses roteiros, foram triados 425 processos e selecionados 48 processos para avaliação de segundo nível.

Em 2016, foram aprovados e disponibilizados para consulta no Portal TCU novos roteiros para processos de monitoramento, prestação de contas, solicitação do Congresso Nacional e, mais recentemente, auditoria operacional.

Considerando o período até setembro de 2016, ao todo, foram triados 3.876 processos (instruídos no mérito) de TCE, auditoria de conformidade, representações, prestação de contas, solicitações do Congresso Nacional e monitoramento e selecionados 360 processos para avaliação de segundo nível.

Todos os roteiros podem ser acessados a partir deste link ou pela página do controle externo (público interno > controle externo > orientações gerais > controle de qualidade: roteiros de avaliação de qualidade – avaliações de 1º nível (roteiros de triagem)).

Dados abertos – internos e externos

Consciente dos benefícios sociais e econômicos da abertura de dados da administração pública e coerente com visão ampla e de longo prazo focada no aprimoramento da aproximação do Tribunal com a sociedade, essa iniciativa contempla o desenvolvimento de metodologia para avaliação da abertura de dados na administração pública e, ainda, a concepção de programa de abertura e divulgação de dados do TCU.

No que se refere aos dados externos, destacam-se a apresentação da primeira versão do produto “5 motivos para abertura de dados na administração pública”, no evento “Brasil 100% digital”, com o objetivo de sensibilizar as organizações públicas quanto aos benefícios e razões para abertura de seus dados; e a realização de auditoria, em caráter pioneiro, para avaliar a abertura de dados por órgãos do setor de educação, que resultou em determinações para abertura de bases de dados de programas como Fies e ProUni, bem como de auditoria para avaliar a condução da política brasileira de dados abertos governamentais, concluindo-se que, embora os órgãos responsáveis tenham adotado diversas ações com vistas a promover a cultura de dados abertos, há vários aspectos que podem ser aperfeiçoados. Nesse sentido, foram propostas determinações e recomendações aos órgãos responsáveis para sanar as falhas identificadas.

Internamente, no processo de elaboração do Plano de Dados Abertos do TCU (PDA/TCU), foram identificados os objetos de informação no âmbito do Tribunal passíveis de abertura e definidos os critérios de priorização. A partir das informações coletadas, trabalhou-se na definição da priorização dos dados a serem abertos e na proposta da estrutura de governança e do processo de trabalho para a abertura desses dados. Como resultado, a Comissão de Coordenação Geral do TCU (CCG) aprovou, em setembro de 2016, a versão final do Plano de Dados Abertos do TCU, determinando à Seplan que desse continuidade ao processo de aprovação desse Plano, com posterior divulgação.

Desenvolvimento de modelos preditivos para detecção de indícios de irregularidades

Com vistas a subsidiar a seleção de objetos de controle, foram desenvolvidos modelos preditivos, baseados em metodologia de mapeamento e classificação automática de risco, para detecção de indícios de irregularidades na descentralização de recursos públicos federais por meio de transferências voluntárias, em contratações públicas e na concessão de benefícios sociais.

Nesse sentido, trabalhou-se inicialmente na criação de modelo de inferência de renda para detecção de anomalias no Programa Bolsa Família em nível municipal. A partir dos roteiros elaborados para a estruturação da base de dados utilizada nesse modelo, a SecexPrevidência realizou procedimentos para o cruzamento de dados dos beneficiários do Programa Bolsa Família, com o objetivo de identificar fontes de renda não declaradas no âmbito de trabalhos de acompanhamento.

Ainda como parte da presente iniciativa, foi realizada Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) destinada à homologação e aperfeiçoamento de modelo probabilístico de análise de dados com objetivo de avaliar contratações públicas selecionadas a partir de classificação de riscos, visando à seleção de objetos a serem auditados com maior probabilidade de apresentar irregularidades que caracterizem fraudes e/ou desvios de recursos públicos. Os resultados obtidos no trabalho indicaram que o modelo probabilístico precisa ter sua acurácia melhorada.

Foi realizada, ainda, FOC com vistas à homologação e aperfeiçoamento do primeiro modelo de análise preditiva relativo às transferências voluntárias, e que resultou, entre outras deliberações, em determinação para que a Segecex disseminasse os sumários de tipologias utilizados no âmbito de suas unidades. Posteriormente, esse modelo foi aprimorado e vem sendo utilizado em nova FOC sobre o tema, em que participam vinte secretarias de controle externo, com previsão de finalização dos trabalhos de campo em novembro de 2016.

Atualmente, encontra-se em estudo e desenvolvimento a criação de modelos preditivos para detecção de indícios de irregularidades na descentralização de recursos públicos federais por meio de transferências fundo a fundo com ênfases nas áreas de saúde e educação, previstos para serem entregues em dezembro de 2016. A partir das experiências e do conhecimento adquirido, pretende-se ampliar a construção de modelos preditivos de classificação de risco para outros objetos de controle.

Análise de dados não estruturados

O TCU tem incorporado a seus processos de trabalho a análise automatizada de informações estruturadas em bancos de dados. Contudo, essa análise é pouco realizada para informações que se encontram em formato não estruturado, como textos de editais, contratos, instruções e acórdãos, ou ainda fotos e plantas baixas de obras, por exemplo. A avaliação desse conteúdo requer a aplicação de métodos e técnicas diferentes.

Nesse sentido, busca-se desenvolver a capacidade de recuperar e extrair informações, resumir documentos, descobrir padrões, associações e regras e realizar análises qualitativas e automáticas do conteúdo de dados não estruturadas relacionadas aos processos de trabalho do TCU.

Por meio da participação de empresas fornecedoras de soluções de TI, foram realizadas no decorrer do ano de 2015 algumas “provas de conceito” – uma espécie de “teste” no qual problemas reais do TCU são apresentados a empresas da área, para que as ferramentas tecnológicas ofertadas sejam colocadas à prova. Porém, as soluções de mercado apresentadas não se mostraram plenamente satisfatórias às necessidades do Tribunal. Por isso, optou-se por estender os testes, com o objetivo de realizar experimentos utilizando soluções desenvolvidas internamente e que se encontram relacionadas à classificação automática de itens de deliberação e de enunciados de jurisprudência sistematizada, cujos resultados estão sendo validados atualmente pelas áreas competentes.

Dessa forma, com o apoio da Secretaria de Soluções de Tecnologia da Informação (STI), foi criada funcionalidade de classificação automática de itens de deliberação, que será utilizada em aplicação que substituirá o atual Módulo de Registro de Apreciações e Deliberações (Radar).

Ademais, foi concebida nova aplicação, fruto da parceria entre o TCU, a CGU e outros Tribunais de Contas, para auxiliar na avaliação preventiva e automatizada de informações não

estruturadas mantidas por editais de licitação. Desde o início de 2016, tem-se trabalhado nessa solução, o que permitiu o desenvolvimento do sistema de Análise de Licitações e Editais (Alice) e a disponibilização de informativo diário, encaminhado eletronicamente às unidades técnicas interessadas, com informações gerais sobre licitações de sua clientela. Etapas subsequentes trarão a evolução da aplicação, como a detecção de indícios de irregularidade e de restrição de competitividade e a disponibilização dos resultados em painel de visualização de dados para consumo das informações agregadas.

LabContas

O Laboratório de Informações de Controle (LabContas) afigura-se como estratégia ampla de acesso, obtenção, tratamento, disponibilização e uso de bases de dados governamentais para fins do exercício das ações de controle. Utiliza a tecnologia de máquinas virtuais para disponibilizar aos usuários diversas ferramentas de consulta e análise de dados, incluindo dados e informações previamente tratadas e carregadas.

Atualmente, o LabContas consolida mais de cinquenta bases de dados, entre custodiadas, públicas e derivadas (geradas a partir de cruzamento entre as bases), totalizando 4,75 terabytes de dados utilizáveis, acessíveis a mais de 256 usuários cadastrados, entre usuários internos e externos ao TCU.

Com o intuito de ampliar a utilização de tais ferramentas por parte de outros integrantes da rede de controle, foram firmadas parcerias com Tribunais de Contas para compartilhamento dessas informações. Assim, criaram-se projetos-piloto de utilização externa do LabContas, permitindo o acesso de servidores dos tribunais de contas do Distrito Federal, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco a conjuntos específicos de informações disponíveis no Tribunal.

Por meio da plataforma disponibilizada, alguns desses tribunais efetuaram, entre outros trabalhos, análises quanto à acumulação de cargos públicos em suas respectivas esferas de controle. No Congresso Brasileiro dos Tribunais de Contas, realizado no final de 2015, essas iniciativas foram divulgadas, e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) incumbiu-se de capitanear esforços para estender essas parcerias aos demais Tribunais de Contas dos estados e municípios.

Com a utilização desse amplo conjunto de informações disponíveis no LabContas, também se realizou trabalho de destaque em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no acompanhamento das Eleições Municipais de 2016, em que o TCU analisou as informações de receitas e despesas declaradas no âmbito das campanhas eleitorais para identificar indícios de irregularidade, posteriormente reportados ao TSE. O trabalho encontra-se detalhado no item 2.2 deste relatório.

Com o intuito de facilitar, simplificar e difundir o acesso ao conjunto de informações de que o Tribunal dispõe, em conjunto com a STI e a Secretaria de Infraestrutura de TI (Setic), está sendo desenvolvida e testada solução que propiciará ao corpo técnico do Tribunal, especialmente o que

lida com produção de documentos e processos de controle externo, conjunto de funcionalidades informatizadas de grande utilidade em suas tarefas.

Esse aplicativo, atualmente denominado Sistema de Orientação sobre Fatos e Indícios para o Auditor (Sofia), fornece funcionalidades integradas ao ambiente do Word e torna possível acessos e consultas a bases de dados do LabContas pelos auditores no decorrer da elaboração das instruções e relatórios, efetuando diversas verificações de forma automática e consultas a bases de dados a partir da extração textual de informações sobre elementos como CPF e CNPJ, acórdãos, processos, nomes próprios, unidades jurisdicionadas, entre outras possibilidades. Atualmente, encontra-se em fase piloto de implantação e aprimoramento, com previsão de lançamento até o final deste ano.

Fortalecimento do controle social

Como forma de fortalecer o engajamento social e a aproximação do TCU com a sociedade, buscou-se implementar modelo adequado e viável de atuação no ecossistema dos dados abertos e das tecnologias cívicas, com a criação de plataforma de dados abertos tratados e serviços (webservices) que permita a concentração, distribuição e captação de dados por meio de aplicativos cívicos móveis.

Para tanto, houve a internalização de diversas bases de dados abertos, em especial ligadas aos temas educação e saúde. Foi firmado acordo de cooperação com a Universidade Católica de Brasília (UCB) e seu Programa Educacional Brasileiro de Desenvolvimento para iOS (BEPiD), possibilitando trabalho conjunto de concepção e testes da plataforma de serviços, assim como o desenvolvimento de aplicativos-piloto.

Ao todo, quatro protótipos foram concebidos: o Mapa da Saúde, que facilita o acesso do cidadão à rede de estabelecimentos de saúde em todo o Brasil; o Mami, que ajuda e orienta a gestante durante a gravidez; o Vacinapp, que oferece uma carteira de vacinação virtual para o cidadão e toda sua família; e o Nossa Escola, que cria um ambiente de rede social dentro das escolas. Os três primeiros aplicativos indicados encontram-se na loja virtual da Apple, disponíveis para download gratuito.

Ainda com o objetivo de fortalecer o controle social, foi revisada e republicada a cartilha “Orientação para os Conselheiros de Saúde”. O material já vinha sendo largamente utilizado como guia prático, de modo a solidificar a formação de conselheiros, com a finalidade de estender a visão de todos os envolvidos em relação ao papel de controle social que podem desempenhar na formulação e execução de políticas públicas para a área de saúde.

Também como parte da presente iniciativa, com o intuito de estimular o uso de dados disponíveis em bases governamentais e o desenvolvimento de aplicativos que promovam a comunicação com a sociedade, o TCU lançou, em agosto de 2016, edital promovendo o Desafio de Aplicativos Cívicos, um concurso nacional voltado aos desenvolvedores de tecnologias móveis (<http://portal.tcu.gov.br/desafio-aplicativos-civicos/>). Esse desafio incentiva o desenvolvimento

de aplicativos em plataforma Android e iOS e sua disponibilização em lojas online de forma gratuita. Os aplicativos criados devem utilizar os serviços de dados da Nuvem Cívica e ter como tema a educação, saúde ou assistência social. O julgamento e a premiação das melhores soluções ocorrerão no final deste ano.

Desenvolvimento e evolução de sistemas corporativos

A evolução dos sistemas corporativos tem sido essencial para o aumento da produtividade e da satisfação dos usuários. Nesse contexto, a parceria com a STI e a Setic mostra-se fundamental ao alcance dos resultados.

Com base nas necessidades identificadas junto aos usuários, foram aprimoradas funcionalidades no Sistema Fiscalis, objetivando a melhoria da gestão e da qualidade das fiscalizações.

Encontra-se em desenvolvimento solução para possibilitar a gestão e o tratamento de atos de pessoal encaminhados eletronicamente ao TCU (e-Pessoal). A primeira versão desse sistema foi implantada em abril de 2016 e trouxe a automatização de regras e críticas para atos de admissão, concessão e aposentadoria das forças armadas. A próxima versão da ferramenta contará com a extensão do sistema às empresas públicas que enviam somente atos de admissão do regime CLT. Serão mais de quarenta empresas espalhadas em todo o Brasil.

Como uma das estratégias da Segecex para o aprimoramento do processo de TCE, está em desenvolvimento o Sistema e-TCE, em parceria com a CGU. O sistema permitirá a obtenção de informações gerenciais, controle de qualidade já na autuação dos processos e automação de alguns campos da instrução processual.

Em agosto de 2016, foi concluído o primeiro teste-piloto, com a autuação de dois processos instaurados pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS). O teste apontou melhorias a serem realizadas, dentre as quais a inclusão de dados estruturados do processo e a possibilidade de sua integração com o Siafi e o Sistema de Convênios (Siconv) para a coleta de dados relativos às TCEs originadas de transferências discricionárias. A implantação do sistema será gradativa e terá início na Funasa, com previsão de finalização ainda neste semestre. Em outubro, será realizado o segundo teste-piloto.

Por meio da implantação de nova solução de TI, também foi aperfeiçoado o acesso e vista eletrônica de processos pelas partes, representantes legais e legitimados, inclusive para uso em aparelhos móveis. Os benefícios dessa solução incluem, entre outros, agilidade, facilidade e baixo esforço no compartilhamento das informações constituídas nos autos.

Dentro da estratégia de evolução de sistemas corporativos, o Protocolo Eletrônico do TCU será um novo serviço a ser oferecido por meio do Portal e permitirá o recebimento de documentos administrativos e de controle externo em meio eletrônico. Essa ferramenta vem ampliar, bem como aprimorar, o acesso dos cidadãos, entidades e demais interessados

no intercâmbio de documentos e informações com o Tribunal. Após a validação dos resultados do projeto-piloto, o Protocolo Eletrônico, que está sob a coordenação conjunta das equipes das Secretarias-Gerais da Presidência (Segepres), de Administração (Segedam) e de Controle Externo (Segecex), há previsão de o sistema ser disponibilizado para uso de todos os credenciados no Portal TCU até o final deste exercício.

Jogos Olímpicos

No que se refere ao acompanhamento das ações para realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos de 2016, os quais aconteceram na cidade do Rio de Janeiro nos períodos de 5 a 21 de agosto e de 7 a 18 de setembro, respectivamente, foi dado prosseguimento aos trabalhos de coordenação, consolidação e avaliação geral das fiscalizações do Tribunal para o acompanhamento da execução de programas e das ações do governo federal voltadas ao evento.

A consolidação das fiscalizações consistiu no acompanhamento dos trabalhos das diversas unidades técnicas envolvidas, bem como das deliberações do Tribunal nos processos correspondentes. As situações das fiscalizações e dos temas examinados foram sintetizadas no relatório de consolidação produzido no primeiro semestre de 2016 e apreciado no mês de junho. O relatório também tratou de questões gerais referentes à atuação dos entes governamentais, especialmente no tocante ao controle das despesas dos Jogos.

Ao longo do exercício de 2016, também foram acompanhadas as notícias e informações referentes às ações do TCU para fins de divulgação no site Fiscaliza Rio 2016. Outra atividade relevante ao longo desse período foi a participação da Coinfra em reuniões do grupo de trabalho Geolimpíadas, coordenado pelo Ministério do Esporte, e a realização de visitas aos locais dos Jogos, bem como de reuniões de trabalho com a Autoridade Pública Olímpica, com a CGU e com o TCE-RJ, com o objetivo de obter informações sobre assuntos de interesse para o acompanhamento do TCU e de debater questões relevantes para a realização dos Jogos.

No segundo semestre de 2016, será concluído o último relatório de consolidação, contendo o resultado das fiscalizações do TCU e as informações finais das ações que foram acompanhadas.

Evolução na fiscalização de obras públicas

Historicamente, as leis de diretrizes orçamentárias (LDO) incumbem o TCU de fiscalizar as principais obras nelas indicadas, para identificar a ocorrência de irregularidades graves e subsidiar o Congresso Nacional no tocante à formulação do orçamento.

A par dessa tradicional forma de atuação, o Tribunal identificou oportunidades de aprimorar a forma de seleção dos objetos a serem fiscalizados por meio de ações que contemplam o mapeamento de riscos em contratos de obras públicas.

Uma das iniciativas do TCU na área infraestrutura é o incentivo à abertura de dados da administração pública, à transparência na aplicação dos recursos e, sobretudo, ao uso de técnicas analíticas avançadas que permitam aos governos tomar melhores decisões sobre políticas e serviços públicos.

Pode-se mencionar, ainda, a constituição de grupo de trabalho para a elaboração de proposta de instrução normativa, disciplinando a elaboração e entrega de orçamentos de obras ao Tribunal, pelas unidades jurisdicionadas, de forma sistemática ou mediante requisição. O trabalho resulta de determinação constante do Acórdão 1184/2015-TCU-Plenário. O material obtido será utilizado para constituição do repositório sistematizado de informações sobre obras públicas. Foram iniciadas tratativas com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal para viabilizar, do ponto de vista técnico, o envio sistemático dos orçamentos.

Além disso, encontra-se em desenvolvimento e aperfeiçoamento o Sistema de Auditoria de Orçamentos de Obras (SAO), ferramenta de auxílio para pré-análises automáticas de orçamentos de obras públicas, construção de curvas ABC e avaliação do preço dos empreendimentos em etapas de licitação e execução contratual. No primeiro semestre, foi desenvolvido o módulo de curva ABC de insumos e analisados mais de trezentos orçamentos de obras públicas.

Contudo, o uso da tecnologia não se restringe à aplicação de métodos de análise, cruzamento e mineração de dados, estruturados e não-estruturados. Em razão da limitação dos recursos humanos, da materialidade dos valores envolvidos, da abrangência territorial e da quantidade de obras executadas com recursos da União, é necessário o emprego de recursos de geotecnologia. No que se refere ao uso de georreferenciamento, foi realizado teste-piloto para verificar a efetividade da utilização de Veículo Aéreo Não Tripulado (Vant) em fiscalizações de obras ferroviárias. O teste é uma das ações previstas no Projeto GeoControle, que se destina a aprimorar o processo de fiscalização de obras e concessões públicas pelo TCU por meio da aplicação de geotecnologias, tais como o uso de imagens de satélites e o geoprocessamento.

Além disso, emerge como perspectiva de atuação no âmbito do plano de fiscalização de obras, agora regido pela Resolução-TCU 280/2016, o desafio de exercer o controle externo em relação às empresas estatais que, nos últimos anos, têm se utilizado cada vez mais da constituição e posterior contratação, sem licitação, de empresas privadas nas quais a União detém participação minoritária. Embora isso se verifique em diversas áreas de atuação, as ocorrências envolvendo grandes empreendimentos de engenharia é especialmente preocupante, em função do valor e da complexidade de tais iniciativas, o que se apresenta como desafio para a fiscalização de obras.

Acompanhamento regular e periódico do Plano Nacional de Educação (2014-2024)

Com o objetivo de fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, aprovado pela Lei 13.005, de 25/6/2014, foi autuado processo de acompanhamento (TC 011.350/2015-6) para a verificação do alcance das metas previstas, mediante a seleção de ações de controle externo com base em conhecimento sistematizado sobre a execução do Plano,

inclusive com a utilização de técnicas de diagnóstico e análise de risco, a fim de que se possa comunicar tempestivamente à sociedade o desenvolvimento do Plano, o cumprimento das obrigações nele estabelecidas, os resultados já alcançados e a alcançar.

Em abril de 2016, conforme consignado no Acórdão 795/2016-TCU-Plenário, foi aprovada uma metodologia de acompanhamento do PNE apresentada pela SecexEducação, com cinco premissas de atuação, a fim de conceder uma visão sistêmica e crítica da execução do Plano: foco em risco, seletividade, agregação de valor e transparência, caráter preventivo e cooperação com tribunais de contas brasileiros.

No segundo semestre de 2016, elaborou-se a primeira versão da matriz de controle e do plano de acompanhamento. Esses documentos identificam, a partir da classificação das 254 estratégias do PNE com o uso das premissas citadas, objetos e ações de controle que devem receber atenção destacada nos próximos exercícios. Periodicamente, a matriz de controle deverá ser revalidada para avaliação do nível de progresso do Plano e as situações críticas, de modo a subsidiar a decisão quanto à permanência ou não das estratégias na lista de prioridades e à inclusão de outras.

Combate à corrupção e a outras irregularidades

Destacam-se duas ações vinculadas a essa iniciativa:

- Iniciou-se em outubro de 2015 projeto para elaboração de referencial básico de combate à fraude e corrupção, cujo objetivo é orientar gestores das três esferas de poder com medidas práticas para prevenir, detectar, investigar, corrigir e monitorar a ocorrência de fraude e corrupção em suas organizações. Para a construção do referencial, foi realizada pesquisa com organismos internacionais e EFS de vários países para identificação das melhores técnicas e práticas no combate à fraude e corrupção, e, no âmbito nacional, pesquisa com organizações públicas e privadas, além de considerar a legislação nacional. O citado documento será publicado até o final de 2016.

Internamente, encontra-se em andamento desde agosto de 2016 um projeto para elaboração de normativo de controle externo com objetivo de orientar o planejamento, a execução e o monitoramento de ações de controle que tenham o propósito de prevenir e detectar a ocorrência de fraude e corrupção. O projeto identificou que parte desse conhecimento está fragmentado em diversos normativos e parte não está sequer documentado, constando apenas na experiência prática de auditores.

Entende-se como fundamental a continuidade desse projeto na próxima gestão como meio para que o TCU ganhe mais eficiência e eficácia nesse tipo de trabalho.

- Foi dada continuidade ao grupo de trabalho constituído, em dezembro de 2014, com o objetivo de receber e dar tratamento às informações compartilhadas pela

Justiça Federal do Paraná no âmbito da Operação Lava Jato. Os documentos compartilhados, mais de doze mil recebidos e algumas centenas tratadas pelo grupo, além de servirem como elementos probatórios em processos abertos no Tribunal, também são analisados com vistas à prospecção de novos objetos de controle. Vale destacar que, com base na documentação obtida, o grupo desenvolveu novo método de cálculo para estimar o potencial prejuízo global ocorrido na Petrobras diante de eventual cartelização das contratações ocorridas na Diretoria de Abastecimento da companhia, no período entre 1997 e 2015, tomando por base metodologia econométrica e dados de regressão.

Em virtude da natureza do trabalho, o Plenário do TCU deliberou na sessão de 2 de dezembro de 2015 pela criação de unidade extraordinária de controle externo voltada para as operações anticorrupção em curso no país, a Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura, que prioriza instruções de processos que tratam de objetos conexos à Operação Lava Jato.

Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) refletem uma iniciativa global adotada em 2015 pelos 193 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de superar desafios comuns nas dimensões social, econômica e ambiental. Por meio de dezessete objetivos e 169 metas adotadas, pretende-se promover um desenvolvimento mais justo e equitativo, que vai muito além de questões ambientais.

Os ODS foram construídos de forma interdependente, ou seja, há um reconhecimento de que o alcance de um dos objetivos depende dos demais e que certos temas, como gênero, devem ser tratados de maneira transversal. Para atingir os objetivos, é fundamental a atuação governamental, uma vez que os ODS deverão ser observados como a base para o planejamento estratégico e implementação de ações durante os próximos quinze anos.

Como parte da estratégia de implantação, está previsto um sistema de acompanhamento e avaliação das ações de implementação. Nesse contexto, é possível perceber que as EFS têm um papel importante a cumprir. Essa importância já foi destacada pela ONU por meio da Resolução 66/209, que reconhece “o papel das EFS na promoção da eficiência, *accountability*, efetividade e transparência da administração pública, o que conduz ao alcance de objetivos nacionais de desenvolvimento bem como de objetivos de desenvolvimento internacionalmente acordados”. A Intosai também reconhece que as EFS podem contribuir positivamente para o sucesso dos ODS, devido à posição dessas instituições em seus respectivos sistemas nacionais e em função de seus mandatos, os quais cobrem, em diferentes graus, a maioria das áreas do gasto público.

O tema ODS será debatido no XXII Congresso da Intosai (Incosai) no final de 2016, mas, preliminarmente, foram estabelecidas quatro abordagens sobre o assunto:

- a. avaliar o grau de preparação dos sistemas nacionais que informarão sobre o progresso no cumprimento dos ODS e, posteriormente, auditar o seu funcionamento e a confiabilidade dos dados produzidos;
- b. realizar auditorias operacionais que examinem a economia, a eficiência e a eficácia dos principais programas governamentais destinados a contribuir com aspectos específicos dos ODS;
- c. avaliar e apoiar a implementação do ODS 16, relacionado, em parte, a instituições transparentes, eficientes e responsáveis; e
- d. ser modelo de transparência e responsabilidade em suas próprias atividades, incluindo na realização de auditorias e emissão de relatórios.

A Intosai está planejando diversas atividades dentro de cada uma dessas abordagens. No Incosai será aprovado o planejamento estratégico da organização para o período de 2017 a 2022, que traz o comando "Contribuir para o acompanhamento e revisão dos ODS dentro do contexto dos esforços específicos de desenvolvimento de cada nação e dos mandatos individuais das EFS" como uma de suas prioridades.

O TCU, por sua vez, alinhado às discussões da Intosai, reconhece a necessidade de incorporar a estrutura dos ODS em suas ações de controle, de modo a desempenhar o seu papel no acompanhamento da implementação desse compromisso internacional.

Sob o aspecto gerencial, foi incluído campo no sistema "Planejar", no qual é possível vincular a ação de controle a um dos ODS. Assim, já foi possível identificar 192 trabalhos no plano operacional em vigor que, apesar de não planejados para diagnósticos relativos a ODS, guardam relação com catorze dos dezessete objetivos. A iniciativa permitirá, ao longo do tempo, mapear a contribuição do TCU para cada um dos objetivos, além de identificar áreas que ainda não foram avaliadas.

Além disso, constam do plano operacional de 2016 dois trabalhos relacionados diretamente ao tema. O primeiro, referente à meta 2 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), antecessores dos ODS, tem por objetivo avaliar as unidades administrativas responsáveis pelas estatísticas educacionais em confronto com as melhores práticas internacionais. O segundo visa avaliar a implementação dos indicadores, objetivos e metas dos ODS para reduzir a pobreza (ODS 1), a fome (ODS 2) e a desigualdade de gênero (ODS 5).

O Tribunal elaborou, ainda, um framework para apresentação de resultados de auditorias relacionadas aos ODS, e diversos países foram convidados a testar esse modelo. Os resultados serão compilados pelo TCU e pela EFS dos Emirados Árabes Unidos e apresentados no Incosai no final de 2016.

Dada a relevância do tema, foi instituído, pela Portaria-TCU 225, de 8 de setembro de 2016, o Comitê de Gestão das Ações para Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Comitê ODS), com o objetivo de propor diretrizes e supervisionar a implementação das ações para acompanhamento dos ODS realizadas pelas unidades da secretaria do Tribunal.

Entre as iniciativas do TCU relacionadas às abordagens da Intosai, está a realização, em 2017, de uma FOC para avaliar a preparação de sistemas nacionais para monitorar o progresso em direção ao alcance dos ODS. Para tanto, encontra-se em andamento trabalho piloto, iniciado em maio, cujo produto esperado é o desenvolvimento do método a ser utilizado em fiscalizações sobre a matéria. Para 2017, está prevista, também com a utilização do método desenvolvido pelo TCU, a realização de auditoria coordenada internacional no âmbito da Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs). O TCU deverá participar, ainda, de auditoria cooperativa com o mesmo objetivo, a ser liderada pela IDI.

Ainda no âmbito da Intosai, o Tribunal deverá, sob a coordenação da IDI, compor equipe de criação do guia para auditorias de preparação nos ODS e de elaboração do curso virtual acerca da temática. Esses produtos serão usados inicialmente nas auditorias da IDI, que abrangerão EFS de 40 países de regiões de língua inglesa.

Aprimoramento do processo de Cobrança Executiva

Foi implantada solução de tecnologia de informação (e-Cbex) para a disponibilização automática das peças dos processos de cobrança executiva aos órgãos executores, anteriormente realizada manualmente pelo encaminhamento de e-mail. Foi automatizada, também, a sistemática de realização de pesquisa de bens dos responsáveis, com consultas ao Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), ao Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), à declaração de bens de candidatos junto à Justiça Eleitoral e, ainda, quanto à participação societária dos responsáveis em empresas constantes na base da Receita Federal do Brasil.

É importante ressaltar que o sistema continua em evolução. Um exemplo foi o lançamento de funcionalidade de consultas gerenciais que permite o acompanhamento de prazos de processos que têm maior potencial de gerar cobranças executivas, o que possibilita aos gestores se prepararem com antecedência para eventuais novas demandas.

Além disso, foram realizadas evoluções pontuais em funcionalidades e consultas, norteadas pela visão de futuro de completa automatização do processo de trabalho. Isso aumenta a eficiência do processo, acelera o encaminhamento de informações aos órgãos executores e contribui para tornar as decisões do Tribunal mais céleres.

Outra melhoria a ser ressaltada no tocante às cobranças executivas refere-se à centralização, no âmbito da Região Norte, da constituição eletrônica desse tipo de processo em determinadas unidades. No caso, as secretarias de controle externo dos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima são unidades doadoras de processos, enquanto as secretarias nos estados do Amapá, Pará e Tocantins são unidades receptoras. A iniciativa está alinhada com a orientação estratégica no sentido de adoção de um “TCU Uno”, baseado no Plano Estratégico do TCU para o período de 2015 a 2021, mais especificamente em relação aos objetivos de “promover integração e sinergia no Tribunal” e “promover a melhoria da governança e da gestão da estratégia no TCU”.



Capítulo 2

Parcerias com outros órgãos ou entidades



2.1 Parcerias Internacionais

Intosai

Dando continuidade à parceria com a Intosai, destacam-se as seguintes ações:

- eleição para a presidência do Comitê de Normas Profissionais (PSC) da Intosai, principal responsável pela função de elaboração de normas, com mandato a ser iniciado no final de 2016;
- coordenação do Subcomitê de Auditoria Operacional (PAS) na revisão e elaboração das *International Standards of Supreme Audit Institutions* (Issai);
- contribuição com o Subcomitê de Auditoria de Conformidade (CAS) na elaboração/revisão do normativo que detalha os procedimentos a serem observados nesse tipo de auditoria, Issai 4000;
- participação no Subcomitê de Controles Internos (ICS), contribuindo com sugestões para subsidiar a elaboração das normas de controle interno do setor público;
- apoio às atividades da agência de capacitação de pessoal da Intosai, atuando como especialistas em auditoria, junto aos países da região árabe, em novembro de 2015;
- revisão da tradução para o português das Issai de níveis 1, 2 e 3;
- revisão da tradução para o português das minutas das Issais de nível 4, aprovadas pelo PSC;
- elaboração de guia de governança de TI para as EFS no âmbito do projeto em governança de TI no *Working Group on IT Audit da International Organisation of Supreme Audit Institutions* (Wgita/Intosai), no qual o Tribunal atua como coordenador;
- ingresso como membro do Subcomitê de Auditoria Financeira da Intosai (Financial Audit Subcommittee – FAS); e
- proposta de ingresso deferida no *Intosai Working Group on Key National Indicators* (KNI), presidido pela EFS da Rússia;

Controle da Dívida Pública

Em 2014, o TCU assumiu a participação no Programa Global de Auditorias Especializadas promovido pela *Intosai Development Initiative* (IDI), com duração de três anos, para a realização de auditorias na dívida pública. A primeira etapa do programa consistiu em treinamento on-line já concluído.

Em janeiro de 2015, realizou-se encontro entre as EFS da América Latina participantes do programa, e, a partir de então, deu-se início à etapa de realização de auditoria-piloto sobre a dívida pública do Brasil.

A auditoria, cujo objetivo é avaliar o impacto das operações com títulos públicos emitidos diretamente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) entre 2008 e 2014 nos custos da dívida pública mobiliária federal, teve início em abril de 2015 e será concluída em dezembro de 2016. Os resultados desse trabalho serão encaminhados ao IDI.

OCDE – Aprimoramento da Governança Pública

Governança pública e controle externo são temas da parceria entre o TCU e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 2013. O objetivo principal do projeto é mapear o papel das EFS no fortalecimento da governança pública, identificando boas práticas de controle nas onze EFS dos países parceiros, com vistas à indução a um Estado mais ágil, estratégico, aberto e responsivo.

Em 2015, concluiu-se a segunda fase do estudo internacional, que resultou no documento “Entidades fiscalizadoras superiores: supervisão, visão e previsão”, que teve como enfoque realizar *benchmarking* das atividades de controle externo sobre o ciclo de políticas das EFS dos países parceiros do estudo, com vistas ao fortalecimento da capacidade de a administração formular, implementar e avaliar políticas públicas.

A terceira fase do estudo internacional será concluída em 2016, com a entrega do documento “Tribunal de Contas de União: induzindo a boa governança por meio do controle externo”. O estudo teve como objetivo identificar – considerando o contexto nacional e com base na estrutura analítica e no levantamento de boas práticas desenvolvidas nas fases anteriores – abordagens possíveis para induzir o aprimoramento de atividades-chave à boa governança pública.

De forma resumida, destacam-se, a seguir, algumas ações que foram conduzidas nos exercícios de 2015 e 2016 a fim de viabilizar a iniciativa:

- realização de tutoria a equipes de auditoria quanto à utilização do Referencial de Governança de Políticas Públicas;
- revisão e publicação do "Guia de boas práticas internacionais em governança";
- realização de evento sobre Centro de Governo como forma de divulgação interna;
- apoio à elaboração do Referencial de Governança do Centro de Governo, para ampliação da capacidade institucional para o controle externo do centro de governo e da governança de políticas públicas;
- curso “Avaliação Clínica de Treinamento Customizado em Avaliação de Impacto”, em parceria com o CePi e o Poverty Action Lab (J-PAL);
- realização de palestra sobre tomada de decisões baseada em evidências pelo Laboratório de Combate à Pobreza Abdul Latif Jameel;
- realização do II e III seminários internacionais "Governança e desenvolvimento: práticas inovadoras e o papel do controle externo".

Merece destaque a realização do II e III seminários internacionais “Governança e desenvolvimento: práticas inovadoras e o papel do controle externo”, realizado nos dias 3 e

4 de novembro de 2015 e 24 e 25 de novembro de 2016, respectivamente, na sede do TCU. Nesses eventos, foram abordados temas relevantes, como “Governança e desenvolvimento sustentável”, “Construindo uma visão de longo prazo no governo e na sociedade”, “Indicadores-chave nacionais: monitorando a evolução do país”, “Construindo eficiência nas políticas públicas por meio de evidências” e “Lidando com a complexidade nas políticas públicas”, com palestras proferidas por autoridades e servidores da Casa, especialistas nacionais e internacionais e pelo corpo técnico da OCDE. O evento teve como público-alvo a academia, a sociedade civil organizada, os gestores públicos, os consultores legislativos, os membros do centro de governo e servidores e autoridades dos Tribunais de Contas Estaduais.

Projeto GIZ

Iniciou-se em 2016 a cooperação técnica no âmbito do acordo firmado entre o Tribunal, a agência de cooperação internacional alemã *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) e a Olacefs.

O projeto, com duração prevista até 2020, tem o objetivo de contribuir para que o TCU e outras EFS da Olacefs cumpram de forma mais efetiva a missão institucional de aprimorar a Administração Pública, notadamente no que se refere a investimentos governamentais na área ambiental.

A parceria visa ao apoio em auditorias, desde o financiamento de *workshops*, contratação de consultores, ações de capacitação, publicações, entre outros.

A seguir, são listadas algumas das ações que contaram com apoio da GIZ:

- encontro "Inovações no controle externo para a agenda 2030", ocorrido em 30 de agosto de 2016, com a presença de representantes das EFS do Chile, Paraguai e Argentina;
- "Oficina de inovação", realizada entre os dias 28 e 30 de setembro, com a presença de servidores técnicos da Olacefs e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- capacitações em metodologia própria da GIZ com ferramentas para uma boa gestão de projetos (metodologia *Capacity Works*), destinadas a servidores do TCU envolvidos diretamente no projeto;
- contratação de consultoria para sistematizar o portfólio de auditorias ambientais, indicando aspectos de governança avaliados e áreas ainda não fiscalizadas.

Diálogos setoriais

No primeiro semestre, foram concluídos os levantamentos realizados pela Secex Previdência no âmbito do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil, coordenado pelo

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e pela Delegação da União Europeia no Brasil (Delbra). Os trabalhos tiveram por objetivo avaliar comparativamente:

- a estrutura de financiamento da previdência brasileira com países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE/UE);
- a estrutura de financiamento e dos controles do seguro-desemprego adotado no Brasil com os países da União Europeia; apreciado por meio do Acórdão 733/2015-TCU-Plenário.

Articulação com o Banco Mundial para realização de projetos

Três negociações merecem destaque:

- **Agenda Nordeste 2030**

Foi realizada reunião no Brasil com representante do Banco Mundial para América Latina sobre o Fisc Nordeste, com foco nos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). Encontra-se em elaboração documento para parceria com o Banco Mundial a fim de apoiar a iniciativa Nordeste 2030.

O objetivo principal do projeto é contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região Nordeste por meio da criação de uma rede interinstitucional, composta por diversos atores interessados e afetos ao desenvolvimento dessa Região, e da construção de plano de ação integrado, intitulado Agenda Nordeste 2030 que seja utilizado como referencial para a elaboração de políticas, planos, programas, projetos e ações a serem tomadas por todos os stakeholders envolvidos na rede. Trata-se de iniciativa que desconsidera as ações isoladas – seja por área, setor, instituição ou esfera – e busca articular atuação conjunta e com maior potencial de alcance de resultados efetivos.

A agenda a ser elaborada abordará ações de curto, médio e longo prazo considerando temas transversais e interdependentes, tais como: visão de longo prazo, produtividade e competitividade, educação, infraestrutura, inovação, confiança no setor público e capacidade estatal, visão integrada dos entes federativos e financiamento de políticas regionais e sustentabilidade fiscal.

- **Segurança viária e jurídica em empreendimentos rodoviários**

Em 2015, foram debatidas as possíveis maneiras de viabilizar empreendimentos rodoviários 100% seguros para o país e para os investidores, abrangendo os temas segurança viária, modelo de aquisições e controle de riscos nos contratos públicos. Ressalte-se que, durante conferência internacional realizada pelo Banco Mundial, o Tribunal apresentou plano de trabalho voltado à melhoria das condições das rodovias federais visando à redução de acidentes. Tal plano foi considerado como referência pelos especialistas participantes.

As ações de controle nesse tema visam atingir a meta proclamada pela ONU, denominada “Década Mundial da Segurança Viária (2010-2020)”, em que os países, incluindo o Brasil, se comprometeram a reduzir o número de mortes previsto para 2020 pela metade, o que significa um valor em torno de 30% menor que o atual número. Nesse sentido, iniciou-se, no segundo semestre de 2016, auditoria de natureza operacional para avaliar a política pública de infraestrutura dos empreendimentos rodoviários, de forma a obter diagnóstico, por meio de indicadores, do problema do elevado número de acidentes nas rodovias federais.

- **Apoio ao desenvolvimento da auditoria governamental e financeira**

No segundo semestre de 2016, foram iniciadas negociações com o Banco Mundial para a formalização de Memorando de Entendimento, com o objetivo de efetivar cooperação no desenvolvimento de atividades destinadas à formação de recursos humanos e desenvolvimento institucional em auditoria do setor público, *accountability* financeira e governança pública. Entre as formas pelas quais essa parceria poderá ser desenvolvida, estão previstos compartilhamento de conhecimentos e treinamentos, planejamento de atividades em áreas de interesses comuns, colaboração na organização e execução de pesquisas e elaboração de referenciais e documentos técnicos.

2.2 – Parcerias Nacionais

Tribunal Superior Eleitoral

O Tribunal forneceu apoio técnico ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na fiscalização e apuração das informações de receitas e despesas declaradas pelos candidatos municipais das eleições de 2016. Por meio de acordo firmado, o TCU efetuou diversas análises sobre as informações fornecidas pelos candidatos, com uso de cruzamento de dados entre essas informações e aquelas mantidas nas bases de dados do próprio TCU. Essas análises foram baseadas em regras e procedimentos concebidos conjuntamente entre os dois órgãos, com a colaboração da CGU, utilizando a experiência e o conhecimento do corpo técnico do TCU sobre o conteúdo das bases de dados selecionadas.

No âmbito desse trabalho, o TCU não atuou na apuração dos dados resultantes dos cruzamentos, limitando-se a compilar as informações e transmiti-las por canal seguro ao TSE para disseminação aos juízes eleitorais nos municípios, os quais são responsáveis por confirmar os indícios levantados e tomar as providências cabíveis. Esses cruzamentos e análise de dados foram realizados em ambiente computacional do TCU e, após dois meses de execução periódica desses procedimentos, às vésperas do 2º turno das eleições, foram identificados 248.722 doadores com indícios de irregularidades – em uma base de 700.256.

Quanto às despesas de campanhas, em um total de 980.662 registros de fornecedores, 15.240 apresentaram algum indício de irregularidade.

Acordos de cooperação técnica com o Ministério Público Federal, os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios e outros entes

Com o propósito de fortalecer parcerias com instituições de controle e outros entes da Administração Pública foram iniciadas e/ou concluídas tratativas para celebração, renovação, por intermédio da Segecex, dos seguintes termos de cooperação:

- com a Atricon e o Instituto Rui Barbosa (IRB), a fim de realizar trabalhos coordenados em âmbito nacional – esferas federal, estadual, distrital e municipal –, nos temas de previdência social, saúde, educação, segurança pública, pessoal, bem como na área de governança pública, conforme especificado a seguir:
 - » auditoria nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) instituídos por Estados, Municípios e Distrito Federal;
 - » levantamento em governança e gestão da saúde em organizações estaduais e municipais;
 - » auditoria para avaliar a qualidade e a disponibilidade das instalações e equipamentos de escolas públicas de Ensino Fundamental;
 - » auditoria para verificar as informações obtidas no levantamento nacional acerca da situação de governança na administração pública;
 - » auditoria com vistas a atualizar informações a respeito da situação de governança na administração pública;
 - » auditoria para planejamento da estratégia de controle da segurança pública;
 - » auditoria para planejamento da estratégia de controle conjunto de vínculos e remunerações de pessoal na Administração Pública nacional;
 - » monitoramento, sob a coordenação da Secex-BA, em parceria com a SecexEducação e participação de 15 tribunais estaduais, para avaliar as ações adotadas, desde as deliberações proferidas quando da auditoria coordenada do ensino médio, realizada em 2013, bem como examinar as estratégias relacionadas à Meta 3 do PNE. Esse é o primeiro monitoramento coordenado realizado pelo TCU. A fiscalização foi precedida da oferta de curso a distância para os TCEs e TCMs, além de oficina para a construção e validação da matriz de planejamento.
- com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, a fim de promover o intercâmbio de informações e a cooperação técnico-científica, objetivando a capacitação de recursos humanos e o desenvolvimento da gestão pública.
- com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com a finalidade de promover o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao

aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública.

- com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), para estimular e promover o intercâmbio de conhecimentos, informações e bases de dados estatísticos.

Além disso, com vistas a garantir maior efetividade nas ações decorrentes do acordo de cooperação técnica e assistência mútua firmado entre o TCU e o Ministério Público Federal (MPF), representantes da Segecex e do MPF acordaram a definição de um protocolo geral que estabeleça a forma de interação entre os dois órgãos, abordando, principalmente, os procedimentos a serem adotados quando do encaminhamento e solicitação de informações, bem como quando do planejamento e realização de ações conjuntas.

Espera-se que tal documento seja elaborado e validado até o final do presente exercício, para que, posteriormente, possa ser amplamente disseminado entre as unidades técnicas da Segecex.

Enccla

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) foi criada em 2003, por iniciativa do Ministério da Justiça, como forma de contribuir para o combate sistemático da corrupção e da lavagem de dinheiro no país. Consiste na articulação de diversos órgãos dos três poderes da República, Ministérios Públicos e da sociedade civil, que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, com o objetivo de identificar e propor seu aprimoramento.

O TCU participa da Enccla desde sua instituição e, ao longo desses anos de vigência da parceria, tem contribuído ativamente na implementação e coordenação das ações deliberadas pelo grupo. Nesses últimos dois anos, destacaram-se as seguintes ações:

Concluídas:

- estabelecimento de estratégia articulada de fomento, monitoramento e cobrança do cumprimento da Lei de Acesso à Informação, em relação à transparência ativa e passiva; os órgãos participantes da ação desenvolveram metodologia unificada para avaliar a transparência ativa, a qual foi aplicada pelo Ministério Público Federal em mais de 5 mil municípios de todo o país, viabilizando a criação do Ranking Nacional da Transparência (concluída);
- elaboração e discussão de documento que orienta órgãos e entidades de todos os poderes das esferas federal, estadual, municipal e distrital a avaliarem os programas de integridade de médias e grandes empresas no âmbito de processo administrativo de responsabilização (PAR) ou de acordo de leniência, ambos previstos na Lei 12.846, de 2013 (Lei Anticorrupção); a citada lei dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional

ou estrangeira, e dá outras providências; além desse documento, estão sendo descritos os dezesseis parâmetros de avaliação dos programas de integridade, definidos pelo art. 42 do Decreto 8.420, de 18/3/2015; os órgãos participantes estão detalhando os critérios de efetividade, as boas práticas e o que não deve ser aceito em cada um dos parâmetros (concluída);

- continuidade do desenvolvimento do Sistema de Consulta e Análise de Dados de Contratação com o Poder Público e proposição de norma para sua implementação em todos os tribunais de contas; no âmbito dessa ação, o Tribunal elaborou e disponibilizou para homologação interface que fornece aos tribunais de contas informações referentes aos dados do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg);
- concepção e proposição de mecanismos para viabilizar aos órgãos de controle interno e externo e órgãos de defesa da concorrência acesso à base de nota fiscal eletrônica e à escrituração contábil digital do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped);

Em andamento:

- avaliação da transparência nos poderes Legislativo (3 esferas), Judiciário (esfera Federal e Estadual), Ministério Público (esfera Federal e Estadual) e Tribunais de Contas (esfera Federal, Estadual e Municipal);
- criação de diretrizes para implantação e efetivo funcionamento dos sistemas estadual e municipal de controle interno;
- elaboração de diagnóstico e proposição de aprimoramento do sistema brasileiro de proteção e incentivo ao denunciante e whistleblower;
- proposição de criação de mecanismos que incentivem a adoção de programas de integridade em contratações públicas;
- mapeamento de sistemas de informação e bases de dados úteis para a prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, com vistas: (i) à difusão dos resultados obtidos; (ii) ao compartilhamento, quando possível; e (iii) à interoperabilidade;
- aprimoramento das regras de sigilo bancário e fiscal, objetivando tornar mais ágil e eficaz o compartilhamento de informações entre órgãos de fiscalização, controle, persecução penal e defesa do patrimônio público; e
- acompanhamento da implementação do novo marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC) e seus efeitos sobre desvios de finalidade.

Grupos de Trabalho

Foram designados representantes do Tribunal para compor grupo de trabalho interno do governo brasileiro encarregado de formular proposta ao governo do Paraguai para constituir uma Comissão Binacional de Contas para a Fiscalização da Usina Itaipu.

O Tribunal, por intermédio da Aspar, ofereceu contribuições à comissão parlamentar mista responsável pela elaboração do projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais.

Menciona-se, ainda, a participação da SeinfraUrbana na Coordenação dos trabalhos relativos à auditoria coordenada sobre a temática de obras de habitação no âmbito do Grupo de *Trabajo de Auditoría de Obras Públicas* (GTOP), vinculado à Olacefs. A auditoria teve como objetivo verificar a adequação da política pública e das obras de habitação social dos países participantes aos aspectos e recomendações propostos pela ONU no “*Guidelines on Social Housing*” (2006). Nessa mesma linha, acrescenta-se a participação da SeinfraRodovia na auditoria coordenada sobre qualidade de obras rodoviárias, envolvendo EFS de 11 países no âmbito do (GTOP/Olacefs).

Capítulo 3

Segecex em números



Os dados gerenciais e os gráficos a seguir buscam demonstrar a atuação da Segecex no período de janeiro a setembro de 2016, conforme informações dos sistemas disponíveis no Tribunal, em especial o Sinergia e o Planejar.

Os números referentes às instruções de mérito realizadas pelas secretarias de controle externo, às fiscalizações realizadas ou em andamento, bem como à força de trabalho disponível, nesse período de 2016, podem ser sintetizados nos quadros a seguir, em que também são apresentados dados do mesmo período de anos anteriores. Devido à mudança de metodologia de aferição de metas, a comparação limitou-se ao biênio anterior (2013-2014), não sendo aplicável a exercícios anteriores.

a. instruções de mérito em processos de controle externo:

| Instruções de mérito | | | | | | |
|----------------------|-------|-------|-------|----------------------|--------------------|------------------------|
| 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | Dif. % 2016/ 2015 | Média 2014-2015 | Dif. % 2016 / Média |
| 4.776 | 4.901 | 5.245 | 4.995 | -4,8% | 5.073 | -1,5% |

b. HD disponível (desconsidera FC de secretário, diretor e assessor):

| HD disponível | | | | | | |
|---------------|---------|---------|---------|----------------------|--------------------|------------------------|
| 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | Dif. % 2016/ 2015 | Média 2014-2015 | Dif. % 2016 / Média |
| 122.411 | 119.171 | 114.931 | 122.614 | 6,7% | 117.051 | 4,8% |

c. HD alocado em fiscalizações:

| HD em fiscalizações | | | | | | |
|---------------------|--------|--------|--------|----------------------|--------------------|------------------------|
| 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | Dif. % 2016/ 2015 | Média 2014-2015 | Dif. % 2016 / Média |
| 36.048 | 34.558 | 30.873 | 35.514 | 15,0% | 32.716 | 8,6% |

Cabe observar que, de acordo com os dados aprovados no Plano Operacional da Segecex 2016 (abril de 2016 a março de 2017), a previsão de alocação de cerca de 30% da força de trabalho na realização de fiscalizações totalizará, ao final do plano, cerca de 43 mil HD alocados em fiscalizações.

d. % de HD alocado em fiscalizações:

| %HD em fiscalizações | | | | | | |
|----------------------|-------|-------|------|----------------------|--------------------|------------------------|
| 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | Dif. % 2016/ 2015 | Média 2014-2015 | Dif. % 2016 / Média |
| 29,4% | 29,0% | 26,9% | 29% | 7,8% | 27,9% | 3,8% |

e. Produtividade:

| Produtividade | | | | | | |
|---------------|------|------|------|----------------------|--------------------|------------------------|
| 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | Dif. % 2016/ 2015 | Média 2014-2015 | Dif. % 2016 / Média |
| 10,8 | 11,3 | 12,2 | 11,2 | -8,1% | 11,7 | -4,7% |

Em razão da entrada de novos servidores no final de 2015, houve aumento do HD disponível, em relação aos anos de 2014 e 2015. Também houve aumento do HD alocado em fiscalizações e de seu percentual em relação ao total de HD.

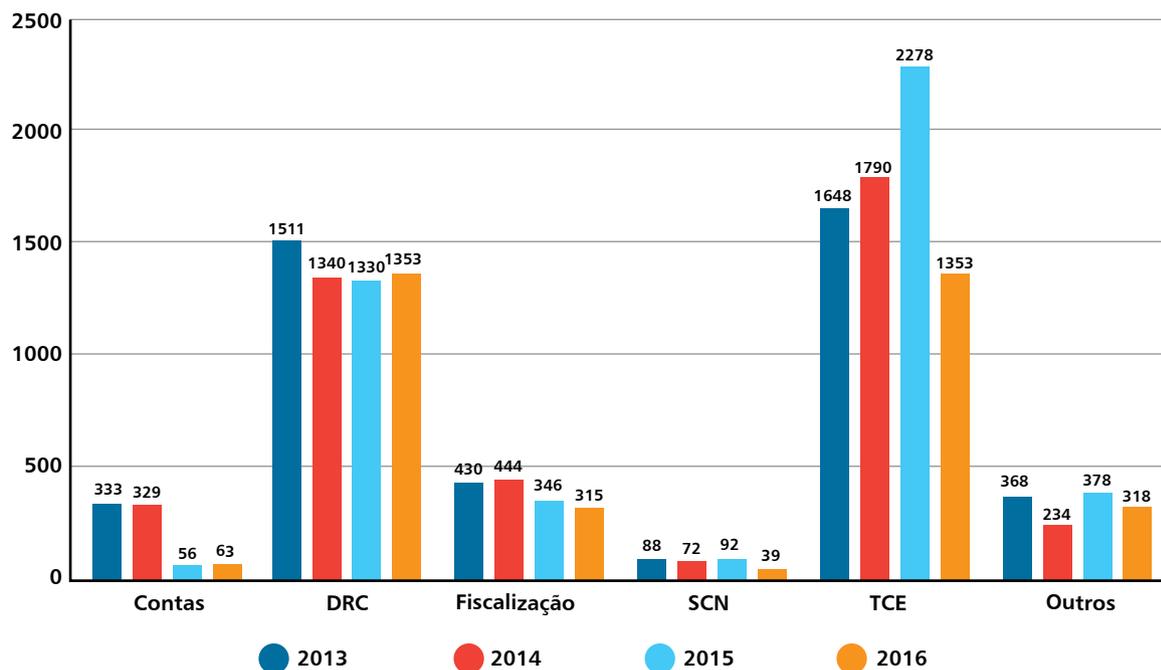
Entretanto, a produtividade teve pequena queda em relação à média de 2014-2015 no período. Acredita-se que isso ocorreu por dois motivos:

- queda na autuação de processos (principalmente dos TCEs, conforme demonstrado na tabela a seguir). Esse tipo de processo possui instrução mais célere, fazendo com que o tempo médio necessário para realizar uma instrução processual tenha sido maior no período;
- houve maior foco nas fiscalizações em relação a períodos anteriores (o que pode ser aferido pelo aumento no percentual de HDF em relação à média 2014-2015).

Ressalte-se que a Segecex tem realizado ajustes nas metas das secretarias cuja “frustração de autuação” seja superior a 10% em relação ao planejado. A meta da própria Segecex foi reduzida de 6.231 para 6.029 processos em estoque, levando em conta essa realidade.

A tabela e o gráfico a seguir mostram a quantidade de processos autuados por grupo de processos, no período de janeiro a setembro:

| Autuados | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Contas | 333 | 329 | 56 | 63 |
| DRC | 1.511 | 1.340 | 1.330 | 1.353 |
| Fiscalização | 430 | 444 | 346 | 315 |
| SCN | 88 | 72 | 92 | 39 |
| TCE | 1.648 | 1.790 | 2.278 | 1.353 |
| Outros | 368 | 234 | 378 | 318 |
| TOTAL | 4.378 | 4.209 | 4.480 | 3.441 |



Convém explicar que o conceito de produtividade é uma projeção. Essa medida deve ser entendida como a quantidade estimada de instruções de mérito realizadas, no período de um ano, por um AUFC **que não participa de fiscalizações**. É como se a secretaria fosse dividida em dois grupos: um que só realiza fiscalizações e outro que só instrui processos. Desse segundo grupo, na média, os AUFC instruíam, em um ano, uma quantidade de processos equivalente ao valor da produtividade.

A produtividade é calculada de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Produtividade} = \frac{\text{NP} \times 195}{\text{HDP}} \quad (\text{unidade: } \frac{\text{Processos}}{\text{AUFC} \times \text{ano}})$$

Onde:

NP – número acumulado de processos instruídos com mérito;

195 – dias de trabalho estimados no ano (extrapolação para um ano);

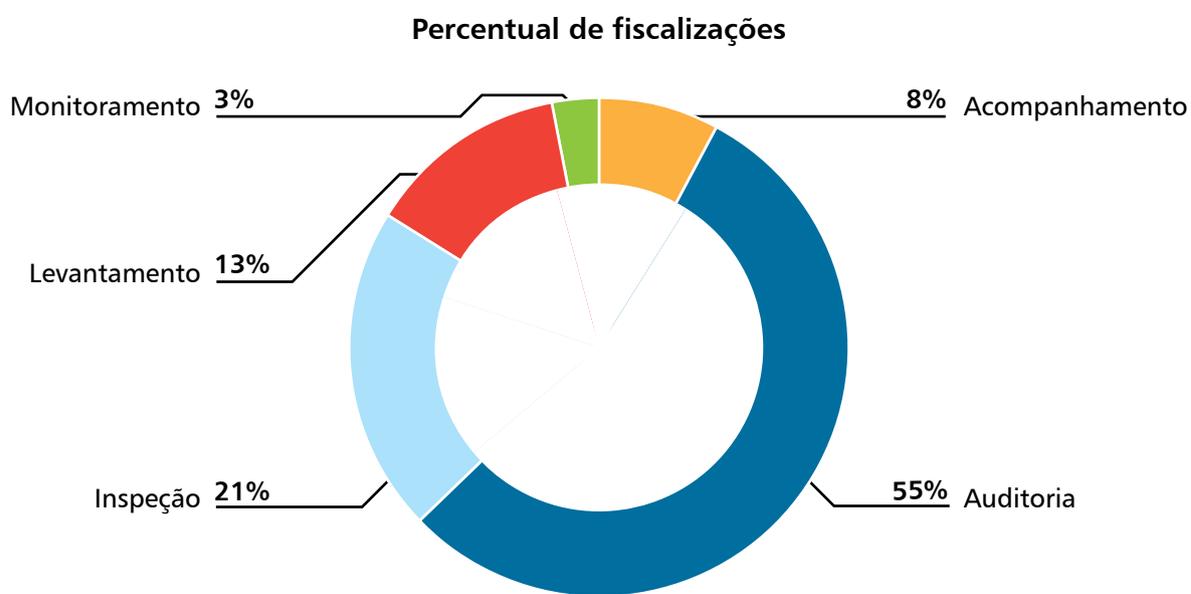
HDP – homens-dia alocados em instrução de processos (= **HD disponível sem FC – HD em fisc.**);

HD disponível sem FC – Homens-dia dos servidores que não ocuparam função de secretário, diretor ou assessor, no período considerado. São descontados todos os afastamentos: férias, recesso, licenças em geral (médica, maternidade, capacitação etc.), cursos, seminários, APC, entre outros;

HD em fisc. – homens-dia alocados em fiscalização.

Considerando todos os registros no sistema Fiscalis até o dia 30/9/2016, foram realizadas, estão previstas ou em andamento na Segecex 545 fiscalizações.

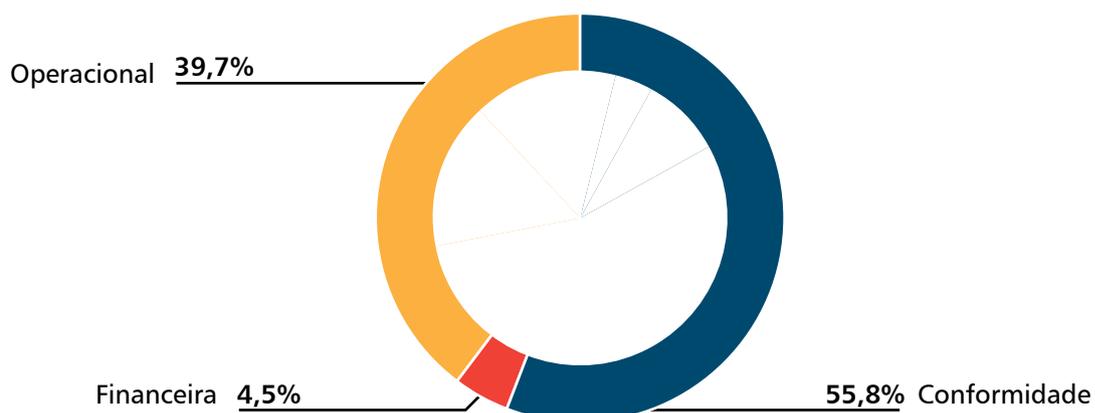
| Instrumento de fiscalização | 2016 | |
|-----------------------------|-----------------------------|---------------|
| | Quantidade de fiscalizações | HDF |
| Acompanhamento | 45 | 3.169 |
| Auditoria | 300 | 23.633 |
| Inspeção | 112 | 3.842 |
| Levantamento | 72 | 7.867 |
| Monitoramento | 16 | 1.148 |
| TOTAL | 545 | 39.659 |



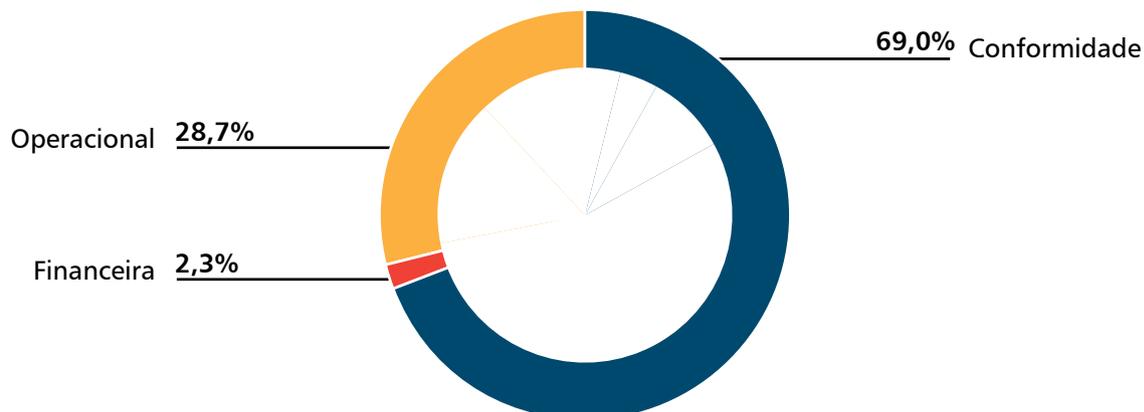
A tabela e o gráfico abaixo refletem a distribuição das fiscalizações, instrumento auditoria, que foram realizadas, estão previstas (já registradas no sistema Fiscalis) ou estão em andamento em 2016, de acordo com cada modalidade:

| Modalidade de fiscalização | Quantidade | % Quantidade | HDF | %HDF |
|----------------------------|------------|--------------|---------------|-------------|
| Conformidade | 207 | 69,0% | 13.207 | 55,9% |
| Financeira | 7 | 2,3% | 1.054 | 4,5% |
| Operacional | 86 | 28,7% | 9.372 | 39,7% |
| TOTAL | 300 | 100% | 23.633 | 100% |

Percentual de HD em auditorias em 2016

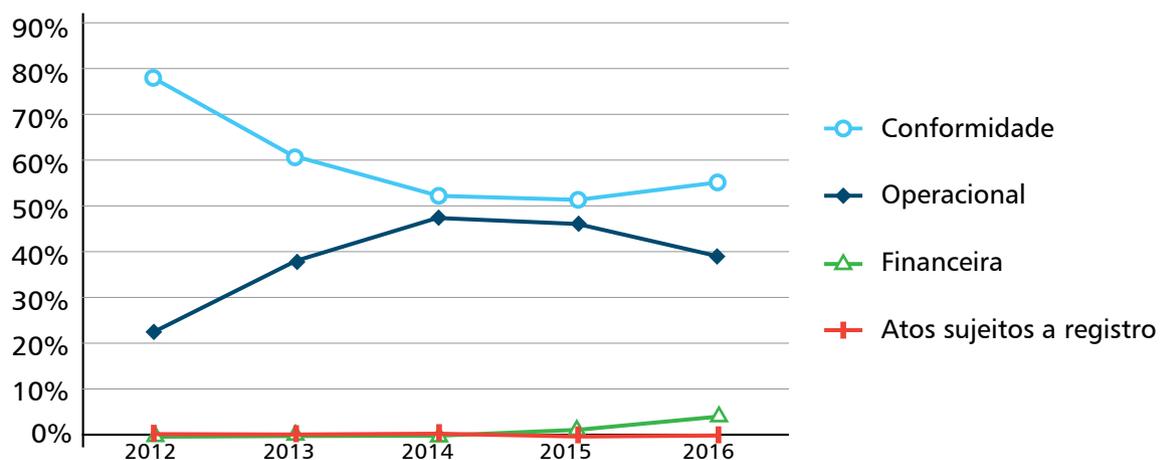


Percentual de auditorias realizadas ou em andamento em 2016



O gráfico seguinte mostra a comparação do percentual de HD alocado em cada modalidade de auditoria a partir do exercício de 2010:

Percentual de alocação de HD em auditorias



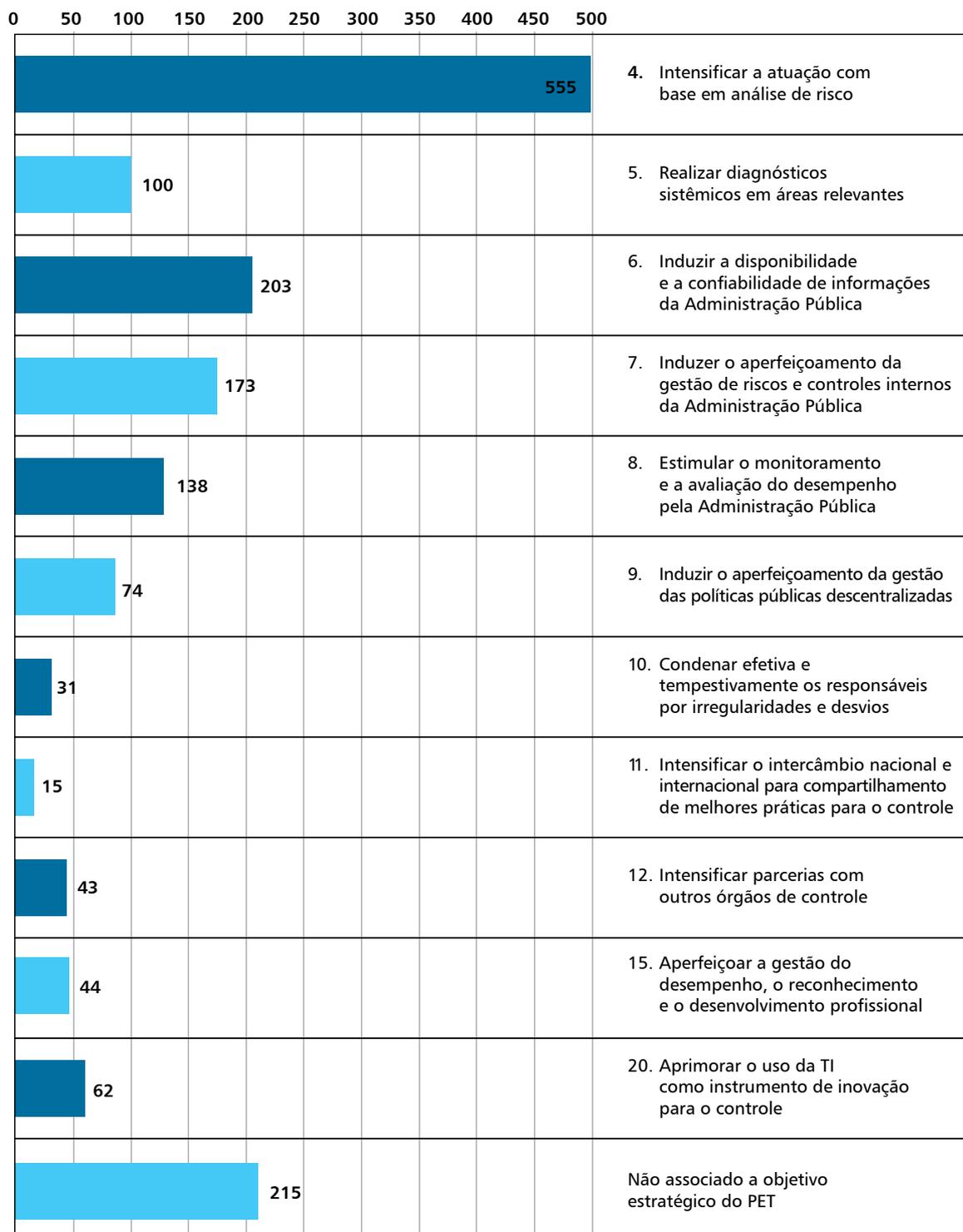
A partir das informações elencadas, nota-se que a Segecex tende para um maior equilíbrio entre as modalidades de auditoria operacional e de conformidade. Contudo, em 2016, houve maior foco em auditorias de conformidade, invertendo a tendência do gráfico. Esse movimento acontece de forma proposital e coerente com a estratégia, considerando a orientação do ciclo “conhecer, orientar e verificar”, de modo que, no início, é esperada a realização de um maior número de Levantamentos, passando a auditorias operacionais e posteriormente a verificação da conformidade.

A tabela e o gráfico a seguir mostram a quantidade de ações incluídas no Plano Operacional da Segecex de 2016, agrupadas por objetivo estratégico do PET, conforme dados do sistema Planejair.

Ressalte-se que alguns dos objetivos estratégicos do PET na perspectiva “Gestão e inovação” não estão contemplados, até o momento, em linhas de ação do PCE. Como o Plano Operacional se relaciona diretamente com as linhas de ação do PCE (por ser o plano tático da Segecex), os objetivos estratégicos que não têm linhas de ação associadas não aparecem nas informações adiante.

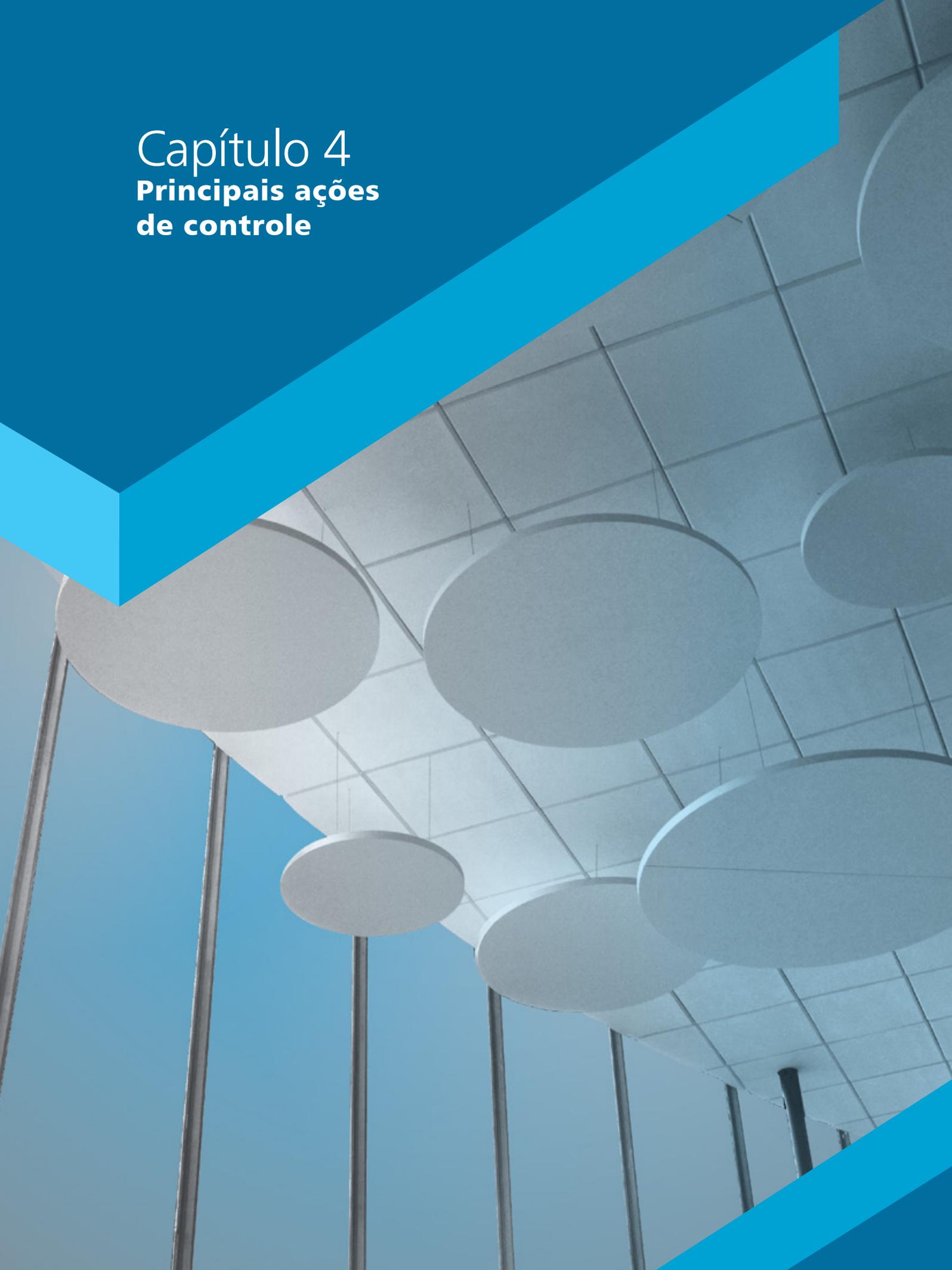
| Ações – Vinculação estratégica | Quantidade | % Quantidade | HD | %HD |
|--|-------------------|---------------------|----------------|-------------|
| 4 - Intensificar a atuação com base em análise de risco | 555 | 33,6% | 43.910 | 31,1% |
| 5 - Realizar diagnósticos sistêmicos em áreas relevantes | 100 | 6% | 9.701 | 6,9% |
| 6 - Induzir a disponibilidade e a confiabilidade de informações da Administração Pública | 203 | 12,3% | 7.709 | 5,5% |
| 7 - Induzir o aperfeiçoamento da gestão de riscos e controles internos da Administração Pública | 173 | 10,5% | 14.531 | 10,3% |
| 8 - Estimular o monitoramento e a avaliação do desempenho pela Administração Pública | 138 | 8,3% | 7.376 | 5,2% |
| 9 - Induzir o aperfeiçoamento da gestão das políticas públicas descentralizadas | 74 | 4,5% | 4.240 | 3,0% |
| 10 - Condenar efetiva e tempestivamente os responsáveis por irregularidades e desvios | 31 | 1,9% | 6.294 | 4,5% |
| 11 - Intensificar o intercâmbio nacional e internacional para compartilhamento de melhores práticas para o controle | 15 | 0,9% | 951 | 0,7% |
| 12 - Intensificar parcerias com outros órgãos de controle | 43 | 2,6% | 1.880 | 1,3% |
| 15 - Aperfeiçoar a gestão do desempenho, o reconhecimento e o desenvolvimento profissional | 44 | 2,7% | 4.841 | 3,4% |
| 20 - Aprimorar o uso da TI como instrumento de inovação para o controle | 62 | 3,8% | 5.020 | 3,6% |
| Não associado a objetivo estratégico do PET | 215 | 13% | 34.750 | 24,6% |
| TOTAL | 1653 | 100% | 141.203 | 100% |

Quantidade de ações por Objetivo Estratégico



Capítulo 4

Principais ações de controle



Neste capítulo, serão apresentadas as principais ações de controle relacionadas aos temas afetos a cada uma das coordenações-gerais de controle externo vinculadas à Segecex, a saber: Coordenação-Geral de Controle Externo dos Serviços Essenciais ao Estado e das Regiões Sul e Centro-Oeste (Coestado), Coordenação-Geral de Controle Externo da Área Social e da Região Nordeste (Cosocial), Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Desenvolvimento Nacional e da Região Norte (Codesenvolvimento) e Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste (Coinfra).

Considerando que as secretarias de controle externo nos estados têm competência para atuar em todos os temas das coordenações-gerais e tendo em vista que a vinculação institucional a essas coordenações obedeceu a critério geográfico, e não de especialização, as ações de controle a cargo daquelas unidades técnicas foram alocadas para fins deste relatório de acordo com o tema a que se referem.

Essa característica das secretarias nos estados, que possibilita a atuação em temas de todas as coordenações-gerais, oferece as condições para que, na medida das prioridades estabelecidas, ocorram integração e sinergia na realização das atividades.

4.1 – Ações relacionadas à área de serviços essenciais ao Estado

Os chamados serviços essenciais ao Estado compreendem aqueles serviços que são prestados pelo Estado e são de sua responsabilidade, em contraposição àqueles que são delegados ou concessionados a outros entes fora da esfera pública. A atuação do TCU no tocante a esses serviços envolve três vertentes.

A primeira corresponde às ações afetas à própria administração central do Estado, conduzidas pelos órgãos centrais e estruturantes do governo – englobando os três Poderes –, os chamados Órgãos Governantes Superiores da Administração Pública Federal, como o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério da Defesa, o Ministério da Justiça, a Advocacia-Geral da União, a CGU, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, a Casa Civil da Presidência da República, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e outros.

A segunda contempla as ações relativas à segurança pública e à defesa nacional, incluindo as ações das polícias, do Ministério da Justiça, dos órgãos responsáveis pela segurança pública e as políticas multiministeriais da área.

A terceira é relacionada aos serviços que dão suporte às atividades do Estado, sem os quais os projetos e políticas públicas não podem se concretizar. Os serviços são transversais e abrangem todas as áreas temáticas da Administração. Como exemplo, citam-se os serviços de TI, pessoal e licitações/compras públicas.

Sobre a área da administração central do Estado, buscou-se realizar **diagnóstico sistêmico da função judiciária**, possibilitando fornecer ao Congresso Nacional, aos gestores das unidades judiciárias abrangidas e à sociedade brasileira subsídios à busca de soluções para melhorar e aperfeiçoar o Poder Judiciário Federal. Essa fiscalização foi apreciada por meio do Acórdão 1.295/2015-TCU-Plenário. O trabalho permitiu também que o Tribunal obtivesse insumos para futuras ações de controle no Judiciário. Na mesma linha, foi planejado

e iniciado levantamento com o objetivo de obter conhecimento sistêmico dos órgãos que compõem as funções essenciais à justiça.

Ainda na área da administração central do Estado, foi desenvolvido **levantamento de governança pública nacional**. O trabalho foi realizado em coordenação com o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e mais 28 tribunais de contas de estados/municípios. As conclusões baseiam-se em dados coletados por meio de questionário de autoavaliação, respondido pelos dirigentes máximos de 7.770 organizações públicas (respostas válidas), sendo 380 federais, 893 estaduais e 6.497 municipais. Dentre os resultados, foi possível aferir o chamado Índice Geral de Governança de vários órgãos da administração federal, estadual e municipal. Os resultados desse levantamento apontam diversas oportunidades de melhoria para a governança na administração pública.

A unidade responsável pela administração do Estado realizou também o levantamento para elaboração de **Referencial de Avaliação de Governança do Centro de Governo**, trabalho que contou com apoio da OCDE e que envolveu vários órgãos da administração central. Estima-se que o documento proporcionará o aumento da governança do centro de governo brasileiro com a maximização da capacidade de alcance de resultados, possivelmente refletindo na melhoria da administração pública e na entrega de serviços aos cidadãos.

Com relação ao tema defesa nacional e segurança pública, foi dado prosseguimento ao trabalho, com o objetivo de avaliar a efetividade da estrutura de **gestão e controle do Projeto-Piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)**, com foco no monitoramento da execução do projeto e no monitoramento de riscos. Outra estratégia importante que orientou as ações na área relaciona-se à **segurança durante os Jogos Olímpicos – Rio 2016**, resultando em trabalho de natureza operacional no Ministério da Justiça e no Ministério da Defesa, com o objetivo de avaliar o arranjo institucional e as ações a serem implementadas pelas forças de segurança pública e de defesa nacional, a fim de mitigar ameaças que possam comprometer a incolumidade das pessoas, a ordem pública e os patrimônios público e privado durante a realização dos jogos.

Com relação aos serviços transversais de suporte ao Estado, buscou-se, na área de pessoal, atuar na **governança, transparência e identificação de irregularidades nas questões relativas à folha de pagamento** da administração pública, inclusive mediante acompanhamento contínuo nos gastos com pessoal. Ademais, foi realizada auditoria para avaliar o **processo de elaboração de editais da Esaf para concursos públicos**, cujos resultados têm potencial de aperfeiçoar o processo de recrutamento e seleção, a partir da implementação do planejamento da força de trabalho de forma sistemática na administração pública. Cabe ressaltar que está em andamento levantamento com o objetivo de avaliar a **situação atual e a evolução da governança e da gestão de pessoas** em amostra abrangente de organizações da administração pública federal, a fim de identificar os pontos mais vulneráveis e induzir melhorias nessa área.

Na área de licitações e compras públicas, houve foco na avaliação do **perfil da governança das aquisições públicas**, objetivando induzir a melhoria na governança e gestão das unidades jurisdicionadas no tema, bem como na realização de auditorias para

verificar se as práticas de governança e de gestão de aquisições públicas estão de acordo com a legislação aplicável e aderentes às boas práticas.

Além disso, deu-se continuidade ao **acompanhamento de licitações e contratos publicados no Diário Oficial da União**, com o intuito de identificar indícios de falhas antes que essas se concretizem – controle prévio. Foi realizado, ainda, o **levantamento das aquisições realizadas por meio da Central de Compras do Governo Federal** e está sendo feita auditoria (FOC) em objetos relativos a contratações públicas selecionados com base em análise de dados (a partir de modelo preditivo).

No campo da TI, houve destaque às **tendências e inovações tecnológicas** que têm impactado a forma como governos e empresas prestam serviços, tais como os serviços em nuvem e os dados abertos. Nesse sentido, foram realizadas fiscalizações com o objetivo de avaliar a efetividade de ações em prol da abertura de dados na área de educação, além de avaliar a condução da própria política brasileira de dados abertos governamentais.

Na linha da transparência, realizou-se FOC nos órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo, inclusive o TCU, bem como do Ministério Público e das empresas estatais vinculadas ao Poder Executivo Federal, com o objetivo de avaliar o nível de transparência dos sítios eletrônicos desses órgãos. Além disso, realizou-se levantamento para identificar **riscos em contratações de serviços de TI sob o modelo de computação em nuvem**, tendo em vista a crescente adoção desse modelo em escala mundial.

Ainda no campo das contratações, houve ação de controle visando avaliar a eficácia e a eficiência do modelo de **contratação de desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados pelas organizações públicas**, em especial quando utilizados métodos ágeis de desenvolvimento. A governança de TI, por sua vez, foi examinada, em 2015, em seis auditorias realizadas sob orientação centralizada (FOC), com o objetivo de avaliar as práticas adotadas por organizações públicas para **implementação e melhoria da governança e da gestão de TI**, considerando as respostas ao questionário do levantamento de governança de TI de 2014. Ademais, foi realizado novo ciclo do **levantamento de governança de TI – 2016**, abrangendo 376 organizações da administração pública federal.

No campo dos serviços públicos eletrônicos, atenção especial foi dada à Previdência Social. Como sequência de auditoria iniciada em 2014 e que avaliou a oferta de serviços públicos eletrônicos pelo INSS, realizou-se **diagnóstico na cadeia de produção e de gestão de serviços e sistemas da Previdência Social**. O objetivo foi analisar deficiências, riscos e dificuldades que impactam o oferecimento de serviços digitais e as atividades das agências da Previdência, com reflexo na vida dos cidadãos. Visando expandir o conceito de serviço público eletrônico e aumentar o escopo da análise, foi realizada auditoria operacional sobre governo digital para avaliar se o governo possui visão centrada nas necessidades do cidadão.

Já no tocante à busca do Tribunal por novas formas de atuar, pode-se citar a construção do painel *dashboard* de informações do Comprasnet, que vai permitir o acompanhamento das licitações e dos contratos da administração pública, com vistas a ganhar eficiência e tempestividade na atuação do TCU.

Destacam-se ainda as estratégias de atuação na área indigenista e de proteção à fronteira seca entre o Brasil e os demais países latinos, as quais geraram ações de controle inter-regionais conduzidas por secretarias de controle externo nos estados. Foram assim desenvolvidos o trabalho que produziu **relatório sistêmico sobre a política indigenista brasileira**, bem como a auditoria que avaliou **aspectos de governança das políticas públicas voltadas à fronteira**. Os resultados apontam destaques e falhas em aspectos de governança das referidas políticas e fomentarão ações de controle futuras nos respectivos temas.

Por fim, registra-se a relevância de outros trabalhos de destaque conduzidos por secretarias regionais, quais sejam:

- **FOC em transferências voluntárias selecionadas a partir de modelo preditivo**; o trabalho, além de identificar irregularidades nas transferências realizadas, contribuiu para o ateste da funcionalidade do modelo, que pode se tornar importante ferramenta de seleção de objetos de controle;
- Auditoria para **avaliação do cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelos conselhos profissionais**, que aferiu o cumprimento da referida lei pelos conselhos e teve abrangência nacional, com divulgação dos resultados do trabalho por meio de eventos de Diálogo Público;
- Auditoria, em âmbito nacional, de **avaliação da transparência das Fundações de Apoio** junto às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), entidades que gerenciam significativos recursos do Orçamento Geral da União (cerca de R\$ 2 bilhões, conforme dados de 2014)

Principais ações de controle – Área de serviços essenciais ao Estado

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|--|--|---|
| 1 | Fiscalização 010.997/2014-8 Min. José Múcio | Auditoria na administração pública federal indireta, com o objetivo de avaliar a maturidade da gestão de risco, além de validar as respostas apresentadas pelas entidades ao questionário aplicado no levantamento efetuado em 2013 por este Tribunal. | Concluída Acórdão 1.294/2015-TCU- Plenário |
| 2 | Fiscalização 014.980/2015-0 Min. Raimundo Carreiro | Acompanhamento com o objetivo de apurar indícios de irregularidade identificados a partir de críticas executadas de forma automática e contínua nas folhas de pagamento encaminhadas semestralmente pelas unidades jurisdicionadas que não utilizam o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), bem como nas folhas de pagamento das unidades que utilizam esse sistema. | Em andamento |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|--|---|
| 3 | Fiscalização 011.954/2015-9 Min. Vital do Rêgo | Levantamento com o objetivo de identificar e avaliar riscos relativos a cargos/funções de livre provimento, assim como dar transparência acerca dos quantitativos, atribuições, requisitos de acesso e outras informações relevantes. | Concluída Acórdão 1.332/2016- TCU-Plenário |
| 4 | Fiscalização 017.599/2014-8 Min. Subst. Augusto Sherman | FOC – Governança e gestão de aquisições, ciclo 2014 – em vinte organizações da administração pública federal, com o objetivo de avaliar a aderência às boas práticas e a conformidade com a legislação aplicável das práticas de governança e de gestão de aquisições públicas. | Concluída Acórdão 2.328/2015- TCU-Plenário |
| 5 | Fiscalização 020.830/2014-9 Min. Augusto Nardes | Levantamento nacional com o objetivo de obter o perfil de governança pública e das aquisições das organizações da administração pública estadual e municipal e de governança pública das organizações da administração pública federal. | Concluída Acórdão 1.273/2015- TCU-Plenário |
| 6 | Fiscalização 025.994/2014-0 Min. Benjamin Zymler | Levantamento com vistas a apresentar os principais riscos envolvidos em contratações de serviços remotos (nuvem) pelas organizações públicas, considerando o uso já relevante desse tipo de contratação pela iniciativa privada. | Concluída Acórdão 1.739/2015- TCU-Plenário |
| 7 | Fiscalização 002.116/2015-4 Min. Augusto Nardes | Auditoria operacional com o objetivo de avaliar a eficácia e a eficiência do modelo de contratação de desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados adotado pelas organizações componentes da administração pública federal, em especial quando utilizados métodos ágeis de desenvolvimento, visando apresentar entendimentos quanto aos riscos e métricas utilizados. | Concluída Acórdão 2.362/2015- TCU-Plenário |
| 8 | Fiscalização 013.531/2015-8 Min. Raimundo Carreiro | FOC – Avaliação de Governança de TI 2015 –, com o objetivo de avaliar os resultados do perfil de governança de TI 2014 e obter subsídios para a próxima edição do levantamento. | Em andamento |
| 9 | Fiscalização 024.704/2014-8 Min. José Múcio | Relatório Sistêmico da Função Judiciário – Fisc Judiciário com a finalidade principal de fornecer ao Congresso Nacional, suas comissões e Casas Legislativas, e aos gestores das unidades judiciárias abrangidas nos trabalhos, bem como à sociedade brasileira, subsídios à busca de soluções para a melhoria e aperfeiçoamento do Poder Judiciário Federal. | Concluída Acórdão 1.295/2015- TCU-Plenário |
| 10 | Fiscalização 011.913/2015-0 Min. Benjamin Zymler | Levantamento com o objetivo de obter conhecimento sistêmico dos órgãos que compõem as Funções Essenciais à Justiça, identificando seus principais objetivos, projetos, processos de trabalho, produtos, indicadores de desempenho e controles internos, de modo a subsidiar a elaboração de propostas de revisão e aperfeiçoamento da configuração e conteúdo da prestação de contas anuais desses órgãos. | Concluída Acórdão 2.018/2016- TCU-Plenário |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|--|---|
| 11 | Fiscalização 007.501/2015-3 Min. Subst. Augusto Sherman 033.796/2013-0 Min. Raimundo Carreiro | Monitoramento no Siconv com o objetivo de verificar o cumprimento de deliberações, visando ao aprimoramento das operações relativas à transferência de recursos por parte dos órgãos repassadores (Acórdãos 2927/2013-TCU-Plenário e 6679/2013-TCU-2ª Câmara). | Concluída Acórdão 468/2016- TCU-Plenário |
| 12 | Fiscalização 009.926/2015-1 Min. Raimundo Carreiro | Levantamento no referencial de avaliação de governança do centro de governo, com o objetivo de orientar ações de controle no mencionado centro para verificar se este pode assegurar o atingimento de objetivos estratégicos e responder de forma satisfatória aos desafios que se apresentam. | Concluída Acórdão 2.970/2015- TCU-Plenário |
| 13 | Fiscalização 025.650/2014-9 Min. Subst. Marcos Bemquerer | Auditoria operacional no Ministério da Defesa – Comando do Exército, podendo se estender a outros órgãos e entidades relacionados, com o objetivo de avaliar a efetividade da estrutura de gestão e controle do projeto-piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), com foco no acompanhamento da execução do projeto e riscos envolvidos. | Concluída Acórdão 543/2016- TCU-Plenário |
| 14 | Fiscalização 007.604/2015-7 Min. Ana Arraes | Auditoria operacional no Ministério da Justiça e no Ministério da Defesa, com o objetivo de avaliar o arranjo institucional e as ações a serem implementadas pelas forças de segurança pública e de defesa nacional, a fim de mitigar ameaças que possam comprometer a incolumidade das pessoas, a ordem pública e os patrimônios público e privado durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. | Em andamento |
| 15 | Fiscalização 014.856/2015-8 Min. Subst. Weder de Oliveira | Auditoria de conformidade nos conselhos de fiscalização profissional para verificar o atendimento da Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei 12.527/2011). | Em andamento |
| 16 | Representação 017.695/2014-7 Min. Subst. Weder de Oliveira | Representação do MPF para verificar a regularidade na aquisição de novos trens da Trensurb e da CBTU, já em circulação, com materialidade em torno de R\$ 243 milhões. | Concluída Acórdão 96/2016- TCU-Plenário |
| 17 | Fiscalização 004.905/2015-6 Min. Augusto Nardes | Auditoria de conformidade, em atendimento à Solicitação do Congresso Nacional, com objetivo de avaliar a aplicação de recursos federais na Saúde Indígena pelo Município de Dourados/MS. | Concluída Acórdão 1.786/2015- TCU-Plenário |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|---|---|
| 18 | Fiscalização 009.062/2015-7 Min. Augusto Nardes | Auditoria operacional com objetivo de avaliar aspectos de governança das políticas públicas voltadas à fronteira – 2ª etapa (“participação”, “capacidade organizacional e recursos” e “coordenação e coerência”). | Concluída Acórdão 2.252/2015- TCU-Plenário |
| 19 | Fiscalização 008.223/2015-7 Min. José Múcio | Relatório sistêmico relativo à política indigenista – Fisc Indigenista, com a finalidade principal de fornecer ao Congresso Nacional suas comissões e Casas Legislativas, bem como à sociedade brasileira panorama da política em questão. | Concluída Acórdão 2.626/2015- TCU-Plenário |
| 20 | Fiscalização 010.247/2015-7 Min. Benjamin Zymler | FOC – Transferências Voluntárias –, com o objetivo principal de validar a seleção de objetos de controle com base em análise preditiva de dados relativos a transferências voluntárias. | Concluída Acórdão 539/2016- TCU-Plenário |
| 21 | Fiscalização 007.561/2015-6 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria com o objetivo de avaliar o processo de elaboração de editais da Esaf para concursos públicos e uma amostra de editais, com vistas a identificar possível existência de critérios que colidam com os princípios da isonomia e do julgamento objetivo e com o interesse público. | Concluída Acórdão 1.594/2016- TCU-Plenário |
| 22 | Fiscalização 020.127/2015-4 Min. Benjamin Zymler | Levantamento na Central de Compras e Contratações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), para verificar e conhecer a política de aquisições realizadas pela Central, nos aspectos estratégicos de compras (planejamento e inteligência), políticas de sustentabilidade e desenvolvimento, riscos e oportunidades e estrutura funcional do órgão. | Concluída Acórdão 2.848/2015-T CU-Plenário |
| 23 | Fiscalização 008.801/2015-0 Min. Ana Arraes | Auditoria operacional para avaliar a efetividade das iniciativas conduzidas pelo MEC, pelo FNDE e pelo Inep com o objetivo de promover a abertura de seus dados governamentais. | Concluída Acórdão 3.022/2015- TCU-Plenário |
| 24 | Fiscalização 032.064/2015-2 Min. Augusto Sherman | FOC – Probabilística 2016 – com o objetivo de detectar a ocorrência de irregularidades em contratações públicas selecionadas a partir de classificação de riscos realizada por modelo probabilístico de análise de dados. | Concluída Acórdão 1.096/2016- TCU-Plenário |
| 25 | Fiscalização 005.693/2015-2 Min. Vital do Rêgo | Levantamento no Ministério da Previdência Social (MPS), na Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) e no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o objetivo de identificar deficiências, desconformidades, oportunidades de melhoria e de emprego de inovações tecnológicas, em busca de maior eficiência e efetividade dos serviços previdenciários prestados à sociedade. | Concluída Acórdão 716/2016- TCU-Plenário |
| 26 | Fiscalização 016.394/2016-0 Min. Walton Alencar Rodrigues | Auditoria realizada na Comissão de Ética Pública da Presidência da República, com o objetivo de fiscalizar atos de concessão de quarentena. | Concluída Acórdão 1.844/2016- TCU-Plenário |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|--|--|--------------|
| 27 | Fiscalização 014.566/2016-8 Min. Augusto Nardes | Levantamento com o objetivo de avaliar a situação atual e a evolução da governança e da gestão de pessoas em amostra abrangente de organizações da Administração Pública Federal, a fim de identificar os pontos mais vulneráveis e induzir melhorias nessa área. | Em andamento |
| 28 | Fiscalização 011.775/2016-5 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria operacional realizada na Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de contribuir para a distribuição mais eficiente dos recursos humanos no âmbito daquele órgão. | Em andamento |
| 29 | Fiscalização 025.594/2016-8 Min. Ana Arraes | Auditoria operacional para a avaliação da transparência das fundações de apoio junto às instituições federais de ensino superior (Ifes) em âmbito nacional. | Em andamento |
| 30 | Fiscalização 034.896/2015-5 Min. Benjamin Zymler | Auditoria Operacional com o objetivo de avaliar a atuação do órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp) e da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (Inda) na condução da política de abertura de dados do Poder Executivo Federal. | Em andamento |
| 31 | Fiscalização 008.127/2016-6 Min. Subst. Marcos Bemquerer | Levantamento para avaliar e acompanhar a situação de governança de TI adotados pelas organizações públicas federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público e do Terceiro Setor, abrangendo 376 organizações. | Em andamento |
| 32 | Fiscalização 015.902/2016-1 Min. Benjamin Zymler | Acompanhamento com o objetivo de verificar as contratações públicas operadas nos sistemas Sidec, Siasg e Comprasnet, utilizando procedimentos de auditoria contínua e aplicando técnicas de <i>analytics</i> , a fim de propiciar a construção de painel eletrônico de contratações (dashboard), por meio do qual se espera fazer avaliações de risco mais tempestivas das contratações do governo federal operadas naqueles sistemas. | Em andamento |
| 33 | Fiscalização 017.368/2016-2 Min. Augusto Nardes | FOC – Transparência – nos órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo, inclusive o TCU, bem como do Ministério Público e das empresas estatais vinculadas ao Poder Executivo Federal, com o objetivo de avaliar o nível de transparência dos sítios eletrônicos desses órgãos. | Em andamento |
| 34 | Fiscalização 010.638/2016-4 Min. Benjamin Zymler | Auditoria operacional com o objetivo de avaliar a oferta de serviços públicos digitais por meio da análise da atuação dos órgãos governantes superiores na promoção do Governo Digital. | Em andamento |
| 35 | Fiscalização 014.541/2016-5 Min. Marcos Bemquerer | Monitoramento da implementação dos planos de ação encaminhados pelos órgãos da Justiça Eleitoral, em atendimento ao Acórdão 199/2011-Plenário referente à regularização da situação dos servidores requisitados. | Em andamento |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|--|---|
| 36 | Fiscalização 014.292/2016-5 Min. Walton Alencar Rodrigues | Auditoria para avaliar a suficiência e adequabilidade da gestão, estrutura e organização dos recursos administrativos, patrimoniais, financeiros, de pessoas e de TI utilizados pela AGU para a defesa do patrimônio, das finanças e políticas públicas da União e de suas autarquias e fundações federais. | Em andamento |
| 37 | Fiscalização 011.609/2016-8 Min. Benjamin Zymler | Auditoria para avaliar o grau de confiabilidade quantitativa e qualitativa das bases de dados dos sistemas estruturantes da SPU. | Em andamento |
| 38 | Fiscalização 011.759/2016-0 Min. Walton Alencar Rodrigues | Levantamento para avaliar riscos, e conhecer as principais características do sistema de controle interno adotado pelo Poder Executivo, verificando a aderência dos conceitos, processos de trabalho, normas e estrutura organizacional ao prescrito nos modelos de referências internacionais, bem como verificar a capacidade dos órgãos de controle interno em atuar em apoio às ações do controle externo, em especial na análise e certificação das contas anuais na qual se insere a auditoria financeira. | Em andamento |
| 39 | Fiscalização 011.591/2016-1 Min. Walton Alencar Rodrigues | Auditoria de conformidade, decorrente de Solicitação do Congresso Nacional, nos Palácios do Planalto e Alvorada para averiguar possível desvio ou desaparecimento de bens pertencentes à União. | Concluída Acórdão 2255/2016 TCU-Plenário |
| 40 | Fiscalização 006.982/2016-6 Min. Augusto Nardes | Auditoria para selecionar e avaliar, por meio de análise documental e posterior confirmação em campo, as organizações públicas que se declararam com melhores índices de governança pública, com vistas à confirmação, ou não, da efetiva adoção de boas práticas de governança | Concluída Acórdão 2.238/2016- TCU-Plenário |
| 41 | Fiscalização 026.651/2016-5 Min. Walton Alencar Rodrigues | Levantamento para desenvolver os questionários no Modelo Integrado do Projeto de Levantamento de Governança Pública para que se possa obter o retrato da situação de governança nos entes públicos, além de subsidiar gestores e avaliações de risco. | Em andamento |
| 42 | Fiscalização 015.942/2016-3 Min. Walton Alencar Rodrigues | Levantamento para obter informações sobre os gastos públicos relacionados à Política Pública de Comunicação Social no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Federal, centrado, especialmente, na Secretaria de Comunicação Social da Casa Civil da Presidência da República, nos exercícios correspondentes ao PPA 2012/2015. | Em andamento |
| 43 | Fiscalização 011.303/2014-0 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria com o objetivo de avaliar a capacidade de atuação da Secretaria de Gestão Pública (Segep) como órgão central indutor do aperfeiçoamento da gestão pública. | Concluída Acórdão 41/2015- TCU-Plenário |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|--|---|---|
| 44 | Fiscalização 025.218/2015-8 Min. José Múcio | Relatório Sistemático de Segurança Pública – Fisc Segurança, com finalidade de apresentar um panorama da segurança pública no país, com foco no papel exercido pela União e na identificação das principais dificuldades existentes na implementação de políticas públicas que possam reverter os resultados negativos da área. | Concluída Acórdão 1.943/2016- TCU-Plenário |
| 45 | Representação 002.999/2015-3 Min. Vital do Rêgo | Representação destinada a verificar as medidas administrativas adotadas relativamente à observação da ordem cronológica dos pagamentos a fornecedores de bens e serviços no âmbito da Administração Pública. | Concluída Acórdão 551/2016- TCU- Plenário |
| 46 | Fiscalização 019.806/2014-0 Min. Raimundo Carreiro | Levantamento com o objetivo de examinar a alocação de recursos federais aos municípios por meio de transferências voluntárias. | Concluída Acórdão 544/2016- TCU- Plenário |

4.2 - Ações relacionadas à área social

No planejamento das ações ligadas à área social, foram centrados esforços no enfrentamento de desafios identificados nas áreas de saúde, educação, desporto, previdência, assistência social e trabalho, particularmente na indução da melhoria na gestão das políticas públicas descentralizadas, na oferta de serviços públicos de qualidade para o cidadão, na garantia do financiamento sustentável de políticas sociais, no alinhamento dessas políticas à competitividade nacional e, por fim, no desenho e na implementação efetiva de políticas considerando a territorialidade e as desigualdades regionais.

No que se refere à saúde, destaca-se o empenho na avaliação da governança e gestão de políticas públicas. O Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, tem o grande desafio de prestar assistência à saúde a toda a população brasileira, assegurando os princípios da universalidade, equidade e integralidade. Trata-se de administrar orçamento limitado frente a diferentes aspectos que denotam o aumento progressivo da demanda por diagnósticos e tratamentos, representado, entre outros fatores, pelo crescimento populacional, transição epidemiológica, aumento da longevidade e inovações tecnológicas.

Assim, encontram-se realizadas e/ou em andamento fiscalizações nas diversas áreas da saúde, entre as quais destacam-se o **levantamento de governança e gestão em saúde**, a FOC sobre o **impacto da judicialização das ações em saúde**, a avaliação de aspectos da **Política Nacional de Assistência à Saúde Integral da Mulher**, a **auditoria operacional sobre órteses e próteses**, o **monitoramento sobre resíduos sólidos** e a **auditoria para avaliação sobre a capacidade de fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)**.

Nesse sentido, é fundamental informar que o Tribunal vem apontando várias oportunidades de melhoria para o setor, entre as quais: aperfeiçoar a distribuição das responsabilidades dos

entes quanto à oferta de serviços e ações de saúde; simplificar as regras de financiamento; centralizar nos estados as informações sobre vagas para exames, consultas e procedimentos hospitalares, além de torná-las públicas; melhorar a qualidade e integridade de dados da saúde e criar mecanismos de regulação do profissional de saúde, com controles de assiduidade.

Na área da educação, busca-se investir em abordagem sistêmica, por meio do **acompanhamento da implantação do PNE 2014-2024**. Essa área apresenta quatro principais macrodesafios, a saber: garantia de acesso e permanência do aluno na escola, melhoria da qualidade da educação, atratividade da carreira do magistério e financiamento da educação.

Com a edição da Lei do PNE, em 2014, encontra-se em curso a construção de metodologia de acompanhamento das metas do PNE 2014-2024, em conjunto com a utilização de referencial convencionado internacionalmente, com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS).

Desse modo, o Tribunal poderá comunicar à sociedade, anualmente, por meio de relatório sistêmico da área de educação, a evolução do plano, o cumprimento das obrigações nele estabelecidas para as diversas instâncias operativas, bem como os resultados já alcançados e as lacunas encontradas, em articulação e coordenação com os tribunais de contas dos estados e municípios, o que permitirá a avaliação das ações em cada esfera de governo.

Complementarmente, e no intuito de caracterizar e avaliar a formulação, a implementação e os resultados de políticas públicas, foi realizado um conjunto de fiscalizações nas ações e programas de capacitação profissional nacionais, com foco no **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**. Esse programa se propõe a aumentar a produtividade e estimular a competitividade de diversos setores produtivos do país. Atualmente, encontra-se em andamento em auditoria operacional no referido programa.

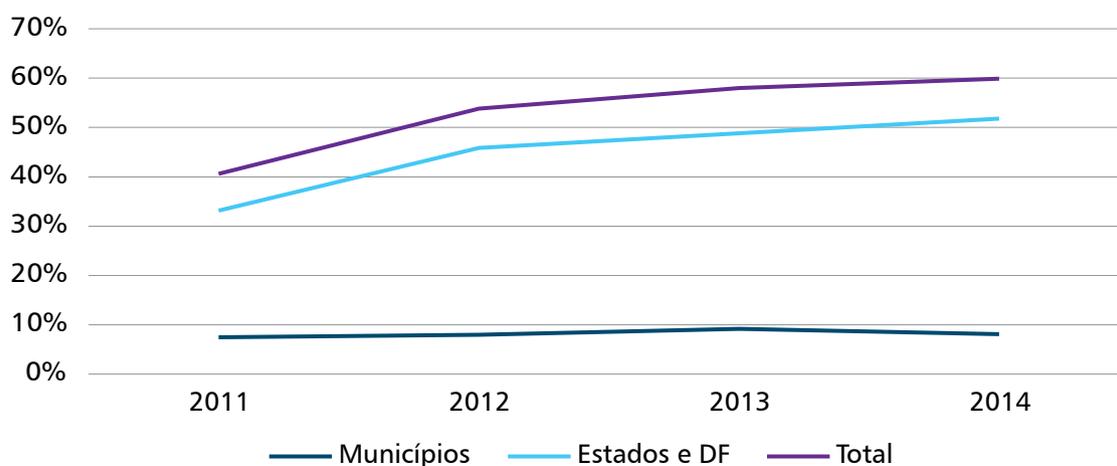
Ressaltando a oportunidade de atuação transversal na área social com foco na oferta de serviços públicos de qualidade, foi realizada **auditoria operacional na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)**. A fiscalização tratou de aspectos tanto de avaliação da governança e gestão na área de saúde como na de educação, pilares do desenvolvimento social sustentável. Foram feitas determinações para correção de inconsistências e falhas detectadas.

Em relação à política de desporto, realizou-se **Levantamento no Sistema Nacional do Desporto (SND)**, incluindo o Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), a Confederação Brasileira de Clubes (CBC) e as entidades de administração do desporto (confederações). Nessa fiscalização, que resultou no Acórdão 1785/2015-TCU-Plenário, foram analisadas as fontes de financiamento do SND, formas de aplicação dos recursos públicos recebidos, controles e resultados. O diagnóstico realizado permitiu a compreensão desse sistema, bem como a identificação de seus pontos críticos, que poderão direcionar futuras fiscalizações voltadas à melhoria do desempenho dos órgãos envolvidos.

Registra-se, ainda, a realização da auditoria de conformidade em **Confederações, Comitês Olímpico (COB) e Paralímpico (CPB) e na Confederação Brasileira de Clubes (CBC)**, com o objetivo de verificar a regularidade da aplicação de recursos provenientes da Lei 9.615/1998, alterada pela Lei 10.264/2001 (Lei Agnelo/Piva) por parte de entidades componentes do Sistema Nacional do Desporto (SND), como parte da estratégia traçada para atendimento ao item 9.5 do Acórdão 765/2014-TCU-Plenário.

No tocante à **previdência social**, trata-se de tema que ocupa, no atual cenário econômico, orçamentário e político brasileiro, posição de grande destaque e preocupação, não apenas por conta da alta materialidade das despesas da função e da alta relevância social que possui, mas também por ser elemento fundamental para redução do risco Brasil. O gráfico a seguir demonstra a rápida deterioração da situação atuarial dos estados da federação. Num período de três anos, o déficit atuarial agregado dos estados praticamente dobrou em valores correntes e já é hoje uma ameaça para o equilíbrio das finanças do Brasil em futuro próximo, chegando a 50% do PIB. Nos municípios, o déficit é da ordem de 10% do PIB, frente a uma menor capacidade de financiamento.

Evolução do Déficit Atuarial, em % do PIB



No intuito de fortalecer as parcerias, o TCU, por intermédio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Instituto Rui Barbosa (IRB), firmou acordo de cooperação com 26 tribunais de contas, além de acordo direto entre o TCU e o Ministério da Previdência Social para promover a articulação e a coordenação interfederativa, e no primeiro semestre de 2015 iniciou-se a **auditoria coordenada nos regimes próprios de previdência social (RPPS)** instituídos por estados, municípios e Distrito Federal, em questões afetas aos seus controles administrativos e operacionais, a qual se encontra em andamento.

Destaca-se a implementação de estratégia de **acompanhamento de benefícios previdenciários, assistenciais e trabalhistas (fiscalizações contínuas)**, com vistas a identificar, por meio de cruzamentos sistemáticos de bases de dados, indícios de irregularidades nos benefícios, e propor, quando couber, ações de controle que mitiguem o risco de pagamentos indevidos e busquem aperfeiçoar a fiscalização dessa matéria. Tal ação complementa trabalhos que já vêm sendo realizados nessa política, como foi o caso da auditoria na atividade pericial do INSS e concessão de benefícios por incapacidade (Acórdão 594/2015-TCU-Plenário).

No que tange à temática do trabalho, o Tribunal, utilizando-se de sua capilaridade em todas as regiões da federação, iniciou FOC com objetivo de verificar o **nível de transparência**

apresentado pelas entidades do Sistema S em relação a suas operações, em especial quanto às receitas, despesas, demonstrações contábeis e resultados, incluindo nesse contexto o nível de atendimento aos mandamentos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Esse tipo de trabalho busca avaliar, em termos de disponibilidade e de qualidade, o acesso à informação ofertado pelas entidades, visando fomentar a utilização de dados em formato aberto, o controle social, o combate à fraude e à corrupção e a credibilidade pública.

Para além das políticas setoriais, destaca-se no período olhar inovador sob o aspecto territorial das políticas públicas, central no enfrentamento das desigualdades regionais perpetuadas há décadas no país. Dessa forma, optou-se por iniciar a abordagem pelas regiões Norte e Nordeste, com a apresentação de panoramas de cada um dos estados, contemplando visão ampla e abrangente de sua situação geográfica e econômico-social, incluindo o mapeamento dos desafios locais para seu desenvolvimento – em seus aspectos econômico, social, inclusivo e sustentável –, bem como uma síntese do conjunto de ações de controle relevantes realizadas pelo controle externo com foco no território do respectivo estado.

Os panoramas estaduais identificaram 181 desafios para o desenvolvimento sustentável dos estados do Nordeste, que estão relacionados aos mais diversos temas, tais como: infraestrutura, educação, saúde, energia, saneamento, entre outros. Os desafios foram agrupados em “situações-problema”, observando a metodologia, desenvolvida pelo TCU, para seleção de objetos de controle, com base em risco, sendo que cada conjunto de desafios que compõem uma situação-problema está associado a um ODS. O conjunto desses trabalhos subsidiou a elaboração do relatório sistêmico sobre Desenvolvimento, com recorte Nordeste.

Principais ações de controle – Área social

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|---|--|
| 1 | <p>Fiscalização 013.388/2015-0 (AL) Min. José Múcio 016.215/2015-0 (BA) Min. Subst. Augusto Sherman 013.781.2015-4 (CE) Min. Subst. Marcos Bemquerer 016.165/2015-2 (MA) Min. Walton Alencar 017.516/2015-3 (PB) Min. Raimundo Carreiro 033.570/2015-9 Min. Subst. André de Carvalho (PE) 011.470/2015-1 (PI) Min. Subst. Marcos Bemquerer 014.754/2015-0 (RN) Min. Vital do Rêgo 018.323/2015-4 Min. Subst. Weder de Oliveira</p> | <p>Levantamento com objetivo de apresentar panorama de cada um dos estados do Nordeste contemplando uma visão ampla e abrangente de sua situação geográfica e econômico-social, incluindo o mapeamento dos desafios locais para seu desenvolvimento (em seus aspectos econômico, social, inclusivo e sustentável), bem como síntese do conjunto de ações de controle relevantes realizadas pelo controle externo com foco no território do respectivo estado.</p> | <p>Concluídas Acórdãos 2.751 (PI) e 2.892/2015-TCU-Plenário (AL) e Acórdãos 471 (BA) 475 (MA) 863 (RN) 1.935 (SE) 1.937 (PB) 1.547 (CE) e 1.898/2016-TCU-Plenário (PE)</p> |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|--|---|
| 2 | Fiscalização 020.126/2015-8 Min. José Múcio | Relatório sistêmico sobre o tema desenvolvimento, com recorte na Região Nordeste, com o objetivo de produzir diagnóstico sistêmico sobre a referida região e as políticas de desenvolvimento a ela destinadas; além de apresentar o panorama local, contempla uma visão ampla e abrangente de sua situação geográfica e econômico-social, inclui o mapeamento dos desafios locais para seu desenvolvimento, bem como síntese do conjunto de ações de controle relevantes realizadas na região. | Em andamento |
| 3 | Fiscalização 009.285/2015-6 Min. Vital do Rêgo | Auditoria coordenada com os tribunais de contas dos estados e municípios, com o objetivo de avaliar os regimes próprios de previdência dos referidos entes em questões afetas aos seus controles administrativos e operacionais, entre outros. | Concluída Acórdão 1.331/2016- TCU-Plenário |
| 4 | Fiscalização 011.350/2015-6 Min. Ana Arraes | Acompanhamento com o objetivo de construir metodologia/sistemática para fiscalização das metas do PNE 2014-2024. | Concluída Acórdão 795/2016- TCU-Plenário |
| 5 | Fiscalização 011.748/2015-0 Min. Raimundo Carreiro | Levantamento no Ministério da Fazenda, Ministério da Previdência Social, Ministério da Saúde, Ministério da Defesa, Ministério da Educação e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de avaliar o nível de gestão financeira dos ministérios federais, visando verificar a auditabilidade das demonstrações financeiras. | Em andamento |
| 6 | Fiscalização 008.089/2015-9 Min. Ana Arraes | Levantamento no Pronatec e nas principais ações governamentais de capacitação profissional para, entre outros pontos, identificar fragilidades e riscos operacionais e de conformidade associados aos programas de capacitação profissional e avaliar a viabilidade de realizar avaliação de impacto com escopo a ser definido. | Concluída Acórdão 3.330/2015- TCU-Plenário |
| 7 | Fiscalização 010.947/2015-9 Min. Vital do Rêgo | Acompanhamento contínuo de benefícios previdenciários com o objetivo de identificar indícios de irregularidades. | Concluída Acórdão 718/2016- TCU-Plenário |
| 8 | Fiscalização 030.760/2015-1 e 022.036/2015-6 Min. Weder de Oliveira | Acompanhamento contínuo de benefícios assistenciais e trabalhistas com o objetivo de identificar indícios de irregularidades. | Concluída Acórdão 1.009/2016- TCU-Plenário |
| 9 | Fiscalização 011.770/2015-5 Min. Bruno Dantas | Levantamento de governança e gestão em saúde, coordenado com outros tribunais de contas, com o objetivo de obter e sistematizar informações sobre governança e gestão da saúde nas organizações públicas das esferas estadual e municipal em todo o país. | Em andamento |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|---|---|
| 10 | Fiscalização 014.248/2015-8 Min. Subst. Weder de Oliveira | FOC – Levantamento da Transparência no Sistema S – com o objetivo geral de verificar o nível de transparência apresentado pelas entidades do Sistema S em relação a suas operações, em especial quanto às receitas, despesas, demonstrações contábeis e resultados, incluindo nesse contexto o nível de atendimento aos mandamentos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). | Concluída Acórdão 699/2016- TCU-Plenário |
| 11 | Fiscalização 021.654/2014-0 Min. Augusto Nardes | Levantamento no Sistema Nacional do Desporto, com destaque para o Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), a Confederação Brasileira de Clubes (CBC) e as entidades de administração do desporto (confederações), suas fontes de financiamento, formas de aplicação dos recursos públicos recebidos, controles e resultados, com objetivo de compreender o funcionamento do citado Sistema, a fim de evidenciar pontos críticos que possam direcionar futuras fiscalizações do Tribunal. | Concluída Acórdão 1.785/2015- TCU-Plenário |
| 12 | Solicitação do Congresso Nacional 003.613/2015-1 Min. Bruno Dantas | Atendimento à Solicitação do Congresso Nacional de avaliação quanto aos problemas e gargalos operacionais da Política Nacional de Assistência à Saúde Integral da Mulher, como: exame de mamografia realizado no SUS; motivos da baixa cobertura do exame de mamografia na população-alvo; motivos do aumento da taxa de mortalidade do câncer de mama; serviços de anatomia patológica credenciados pelo SUS; rede de atendimento credenciada pelo SUS, entre outros. | Concluída Acórdão 2.115/2016- TCU-Plenário |
| 13 | Fiscalização 009.253/2015-7 Min. Bruno Dantas | FOC – Impacto da judicialização das ações em saúde – com o objetivo de identificar o perfil, o volume e o impacto das ações judiciais na área da saúde, bem como investigar a atuação do Ministério da Saúde e de outros órgãos e entidades dos três Poderes, a fim de mitigar seus efeitos nos orçamentos e no acesso dos usuários à assistência à saúde, bem como a situação nos estados. | Em andamento |
| 14 | Fiscalização 010.604/2014-6 Min. Augusto Nardes | FOC – Atividade pericial e concessão de benefícios por incapacidade – com o objetivo de avaliar os procedimentos e controles relacionados à concessão de benefícios por incapacidade no que tange à atividade pericial no INSS. | Concluída Acórdão 594/2015- TCU-Plenário |
| 15 | Fiscalização 013.478/2015-0 014.855/2015-1 014.435/2015-2 014.864/2015-0 Min. Bruno Dantas | FOC – Semiárido – com o objetivo de acompanhar ações e programas, previstos no PPA 2012-2015, que contemplem a execução de empreendimentos para oferta de água na região do Semiárido. | Concluída Acórdão 1.743/2016- TCU-Plenário |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|---|---|
| 16 | Fiscalização 024.643/2014-9 Min. Subst. Marcos Bemquerer | Auditoria de conformidade com o objetivo de avaliar a legalidade e legitimidade dos atos de gestão relativos à utilização dos recursos federais transferidos a municípios pernambucanos com os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como verificar o andamento das obras relacionadas à função educação dos municípios envolvidos. | Concluída Acórdão 1.521/2015- TCU-Plenário |
| 17 | Fiscalização 013.327/2015-1 Min. Subst. Marcos Bemquerer | Acompanhamento, por meio de sistemas informatizados (Siafi, Tesouro Gerencial, Siconv etc.), da aplicação de recursos descentralizados pela União ao estado do Piauí (valores superiores a R\$ 10 milhões) para ações nas áreas de educação e gestão ambiental. | Concluída Acórdão 5.940/2015- TCU-Plenário |
| 18 | Fiscalização 032.519/2014-1 Min. Bruno Dantas | Auditoria operacional com o objetivo de avaliar a eficácia das ações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsehr) voltadas para melhoria da gestão e da infraestrutura dos hospitais universitários, bem como para substituição dos trabalhadores terceirizados que atuam nessas unidades hospitalares. | Concluída Acórdão 2.983/2015- TCU-Plenário |
| 19 | Fiscalização 007.444/2015-0 014.109/2015-8 Min. Bruno Dantas | Auditoria operacional para atendimento à Solicitação do Congresso Nacional, com o objetivo de examinar a efetividade dos procedimentos de controle adotados pelo Ministério da Saúde no que tange à aquisição e utilização de órteses, próteses e materiais especiais (OPME). | Concluída Acórdão 39/2016- TCU-Plenário |
| 20 | Fiscalização 009.796/2015-0 Min. Ana Arraes | Auditoria de conformidade com o objetivo de analisar a legalidade e a legitimidade dos termos celebrados para implantação da unidade "Campus do Cérebro" da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bem como verificar a destinação dos equipamentos adquiridos e dos prédios construídos. | Concluída Acórdão 1.335/2016- TCU-Plenário |
| 21 | Fiscalização 007.684/2015-0 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria de conformidade na Companhia de Docas da Bahia (Codeba) com o objetivo de verificar a regularidade das despesas incorridas com dívidas trabalhistas. | Em andamento |
| 22 | Fiscalização 013.566/2015-6 Min. Benjamin Zymler | Auditoria operacional na Política Nacional de Saúde Mental com o objetivo de avaliar a gestão dos recursos federais recebidos pelos governos municipais e estadual no Paraná, verificar os principais obstáculos encontrados no enfrentamento da precariedade da atenção à saúde mental e as principais oportunidades e soluções para empreender mudança efetiva no modelo de assistência tradicional daquela política. | Em andamento |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|---|---|
| 23 | Fiscalização 029.223/2014-8 029.225/2014-0 029.221/2014-5 029.226/2014-7 029.228/2014-0 Min. Walton Alencar | Auditoria de conformidade na regulação em saúde em municípios de Anápolis, Goiânia, Catalão, Jataí e Luziânia, com o objetivo de verificar a implementação dos complexos reguladores a cargo do município de Anápolis/GO, previstos na ação "Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade" e no "Programa Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada". | Concluída Acórdãos 644, 645, 647 e 648/2015-TCU-Plenário |
| 24 | Fiscalização 028.227/2013-1 Min. Raimundo Carreiro | Acompanhamento dos critérios de fixação dos preços unitários nas compras de medicamentos pelo estado de Mato Grosso: aplicação de jurisprudência inovadora, uso da curva de Pareto, comparações com Banco de Preços em Saúde, aquisições anteriores, entre outros. | Concluída Acórdão 1.863/2015-TCU-Plenário |
| 25 | Fiscalização 010.447/2015-6 Min. Subst. André Luís | Auditoria de conformidade com o objetivo de verificar a boa e regular aplicação dos recursos federais transferidos aos municípios tocantinenses por conta do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). | Concluída Acórdão 25/2016-TCU-Plenário |
| 26 | Fiscalização 013.672/2015-0 Min. Subst. Weder de Oliveira | Auditoria operacional no Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no estado de São Paulo (Sesi/SP), com o objetivo de avaliar o desempenho da entidade, quanto à eficácia, eficiência e efetividade das ações na área de educação, verificando em que medida os objetivos institucionais da entidade vêm sendo atingidos. | Concluída 480/2016-TCU-Plenário |
| 27 | Fiscalização 014.275/2015-5 Min. Ana Arraes | Levantamento em universidades federais localizadas em Minas Gerais, com o objetivo de identificar, conhecer e sistematizar os principais aspectos administrativos de pelo menos três universidades, para subsidiar futuras ações de controle no âmbito da Secex/MG. | Concluída Acórdão 10.581/2015-TCU-2ª Câmara |
| 28 | Fiscalização 019.090/2015-3 Min. Weder de Oliveira | FOC – Conselhos de Assistência Social –, com o objetivo de avaliar o papel dos conselhos de assistência social na operacionalização da Política Nacional de Assistência Social. | Em andamento |
| 29 | Fiscalização 031.235/2015-8 Min. Vital do Rêgo | Auditoria financeira nas contas do Regime Geral de Previdência Social com o objetivo de avaliar os demonstrativos financeiros (Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais) do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS), no período compreendido entre 03/11/2015 e 23/03/2016. | Concluída Acórdão 1.749/2016-TCU-Plenário |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|--|--|---|
| 30 | Fiscalização 029.252/2015-6 Min. Weder de Oliveira | Monitoramento na Fundação Nacional de Saúde, podendo se estender a outros órgãos e entidades relacionados, com o objetivo de dar continuidade ao monitoramento das determinações e recomendações proferidas nos Acórdãos 2.067/2008-TCU-Plenário e 2.697/2011-TCU-Plenário, levando em consideração as inovações trazidas pela Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. | Concluída Acórdão 2.023/2016- TCU-Plenário |
| 31 | Fiscalização 023.176/2015-6 Min. Bruno Dantas | Auditoria operacional para avaliar a atuação da ANS ante as competências estabelecidas na Lei 9.961/2000 (art. 4º, inc. XXIII, XXVI, XXVII, XXIX, XXXIX e XLI), traduzidas no poder-dever de a agência fiscalizar as operadoras dos planos de saúde nos aspectos técnico-assistencial e econômico-financeiro, bem como de aplicar a elas sanções pelo descumprimento das disposições da Lei 9.656/1998, considerando, em especial, apontamentos do Relatório de Levantamento objeto do TC 014.971/2011-9. A auditoria é decorrente do Acórdão nº 2345/2012 - Plenário (TC14971/2011-9) | Em andamento |
| 32 | Fiscalização 025.384/2015-5 Min. Ana Arraes | Auditoria Coordenada com o objetivo de avaliar, com a participação dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, a qualidade e a disponibilidade das instalações e equipamentos das escolas públicas de Ensino Fundamental, a conformidade da aplicação dos recursos recebidos pela escola no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Plano de Ações Articuladas (PAR-infraestrutura) e os respectivos controles do MEC e do FNDE, qualificando as informações prestadas pela escola ao Censo Escolar da Educação Básica. | Concluída Acórdão 1.007/2016-TCU- Plenário alterado pelo Acórdão 1696/2016-TCU- Plenário |
| 33 | Fiscalização 023.922/2015-0 Min. Vital do Rêgo | Auditoria de conformidade em Confederações, Comitês Olímpico (COB) e Paralímpico (CPB) e na Confederação Brasileira de Clubes (CBC), com o objetivo de verificar a conformidade da aplicação dos recursos da Lei 10.246/2001 (Lei Agnelo/Piva) pelo COB, CPB, CBC e dez confederações de modalidades olímpicas e/ou paraolímpicas. | Em andamento |
| 34 | Fiscalização 024.329/2015-0 Min. Ana Arraes | FOC – Pronatec – com o objetivo de verificar a regularidade de ações relacionadas com os cursos oferecidos na iniciativa Bolsa-Formação do Pronatec, financiadas por meio da transferência de recursos da União. | Concluída Acórdão 3.330/2015 – TCU – Plenário |
| 35 | Fiscalização 019.154/2015-1 Min. Ana Arraes | Auditoria operacional no Pronatec com o objetivo de avaliar aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade e, simultaneamente, dar suporte à utilização da técnica de avaliação de impacto em ações do programa. | Em andamento |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|---|---|
| 36 | Fiscalização 011.721/2016-2 Min. Bruno Dantas | Levantamento para identificar atividades e setores com potenciais riscos de ineficiência ou irregularidades na gestão dos programas e ações sob responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), relacionados à implantação, administração e fiscalização de Perímetros Irrigados, bem como na gestão da segurança de barragens. | Concluída Acórdão 2.517/2016-TCU- Plenário |
| 37 | Fiscalização 008.602/2016-6 Min. Vital do Rêgo | Relatório sistêmico na função desporto (Fisc Esporte 2016) para consolidar informações acerca de dados orçamentários e financeiros e grandes temas do desporto acompanhados pelo TCU. | Em andamento |
| 38 | Fiscalização 030.960/2015-0 Min. Ana Arraes | Auditoria Coordenada Internacional no âmbito da Olacefs, na educação básica, com o objetivo de avaliar os processos de trabalhos relativos à produção de dados estatísticos em educação para o envio aos organismos internacionais, principalmente à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). | Em andamento |
| 39 | Fiscalização 016.474/2016-3 Min. Vital do Rêgo | Acompanhamento, de natureza contínua, para identificar, por meio de cruzamentos sistemáticos de bases de dados, indícios de irregularidades em benefícios trabalhistas. | Em andamento |
| 40 | Fiscalização 016.216/2016-4 Min. Vital do Rêgo | Acompanhamento com o objetivo de estruturar fiscalização contínua dos de benefícios previdenciários concedidos em todo o país. | Em andamento |
| 41 | Fiscalização 022.584/2016-1 Min. Walton Alencar | FOC – Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – com a finalidade de avaliar governança da política pública para pessoas com deficiência e monitoramento e avaliação do Plano Viver sem Limite. | Em andamento |
| 42 | Fiscalização 020.414/2016-1 Min. Augusto Nardes | Auditoria operacional para avaliar a capacidade operacional de implementação de indicadores do ODS relativos à pobreza, à fome e à desigualdade de gênero (ODS 1, 2 e 5). | Em andamento |
| 43 | Fiscalização 008.368/2016-3 Min. Vital do Rêgo | Auditoria coordenada nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com o objetivo de avaliar a sustentabilidade dos regimes. | Em andamento |
| 44 | Fiscalização 012.230/2016-2 Min. Vital do Rêgo | Auditoria de conformidade com a finalidade de aprofundar a avaliação dos fatos que levaram ao elevado déficit acumulado nos fundos de investimentos administrados pelo Postalís. | Em andamento |
| 45 | Fiscalização 006.516/2016-5 Min. Bruno Dantas | Auditoria operacional para examinar a regularidade dos procedimentos adotados pela Anvisa em relação ao controle posterior ao registro dos medicamentos, visando à fiscalização da manutenção da fórmula, dos efeitos esperados e de sua segurança. | Em andamento |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|--|--|---|
| 46 | Fiscalização 024.043/2016-8 Min. Bruno Dantas | FOC – SNA – com o objetivo de avaliar o Sistema Nacional de Auditoria do SUS. | Em andamento |
| 47 | Fiscalização 023.421/2016-9 Min. Bruno Dantas | Acompanhamento das ações do Ministério da Saúde no combate ao Aedes Aegypti. | Em andamento |
| 48 | Fiscalização 023.721/2016-2 Min. Bruno Dantas | Monitoramento nos órgãos federais ligados à educação e às secretarias estaduais e municipais de educação, com vistas a verificar a elaboração de plano de ação que aborde a avaliação da qualidade do ensino médio por escola, o estabelecimento de sistemática para verificar consistência das informações prestadas pelos entes federados no Siope de acordo com lei do Fundeb, a regulamentação de padrões mínimos de qualidade do ensino e a definição, a partir dos padrões de qualidade, de valor mínimo por aluno que assegure ensino de qualidade e que sirva de parâmetro para complementação do Fundeb pela União. | Em andamento |
| 49 | Fiscalização 027.767/2014-0 Min. Augusto Nardes | Auditoria operacional com o objetivo de avaliar aspectos da governança da pactuação intergovernamental no SUS. | Concluída Acórdão 2.888/2015- TCU-Plenário |
| 50 | Fiscalização 008.963/2014-2 Min. Benjamin Zymler | Auditoria coordenada para avaliar a qualidade dos serviços de saúde prestados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). | Concluída Acórdão 1.714/2015- TCU-Plenário |
| 51 | Denúncia 017.562/2015- 5 Min. Bruno Dantas | Apuração de denúncia acerca de supostas irregularidades em contratação emergencial pela Hemobrás. | Concluída Acórdão 54/2016- TCU-Plenário |
| 52 | Fiscalização 005.391/2014-8 Min. Benjamim Zymler | FOC – Mais Médicos – com o objetivo de avaliar a eficácia do Programa Mais Médicos, sobretudo quanto ao Projeto Mais Médicos para o Brasil. | Concluída Acórdão 331/2015-T CU-Plenário |
| 53 | Fiscalização 015.443/2015-9 Min. Vital do Rêgo | Auditoria decorrente de solicitação do Congresso Nacional no Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalís), com o objetivo de avaliar os sistemas de governança e supervisão sobre a entidade. | Concluída Acórdão 864/2016- TCU-Plenário |
| 54 | Fiscalização 011.025/2014-0 Min. Subst. Augusto Sherman | Auditoria no Fundo Nacional de Assistência Social com a finalidade de melhorar a sistemática de governança e controle do processo de transferência de recursos via fundo a fundo. | Concluída Acórdão 310/2015- TCU-Plenário |

4.3 – Ações relacionadas à área de desenvolvimento nacional

A área de desenvolvimento nacional compreende múltiplos e variados temas que podem ser reunidos nos seguintes grandes grupos: sistema financeiro nacional; finanças públicas; transferências obrigatórias; agricultura e organização agrária; meio ambiente; ciência, tecnologia e inovação; indústria e comércio exterior; relações exteriores; e turismo.

Ao elaborar o planejamento das ações a serem realizadas em 2015 e 2016, foi dada ênfase aos temas transversais que abrangessem não só o desenvolvimento regional e nacional que compõem essa coordenação, como também os temas relacionados a outras coordenações.

Em continuidade ao planejamento feito em 2014, quando foram levantados mais de cem desafios para o desenvolvimento nacional, por meio do sistema de cadastramento de desafios, e também mais de setenta itens considerados riscos ou oportunidades de melhoria para a Região Norte, obtidos em trabalho de produção de conhecimento realizado por todas as secretarias da região, foi elaborada relação de macrodesafios, com a participação das secretarias da sede, conforme a seguir: desburocratizar e destravar o desenvolvimento nacional, aumentar a efetividade e eficiência das políticas públicas, estimular a produtividade e a inovação, incrementar a competitividade e incentivar a sustentabilidade e a redução de desigualdades e fortalecer a estabilidade macroeconômica.

Considerando esses macrodesafios, foram propostos trabalhos dos quais se destacam, entre aqueles relacionados ao tema **Sistema Financeiro Nacional, o exame da legalidade da aplicação dos recursos públicos pelas instituições financeiras federais e avaliação da eficiência e da eficácia dos mecanismos utilizados pelas entidades responsáveis pela supervisão do sistema bancário brasileiro.**

Também foram previstas ações de controle com o **objetivo de fortalecer a gestão e governança dos órgãos e entidades do Ministério da Fazenda**, com foco em riscos e controles internos, além de trabalhos com vistas a realizar diagnósticos sobre a sustentabilidade das fontes de recursos utilizadas para financiar políticas públicas regionais. Além desses, destaca-se também os trabalhos realizados com a finalidade de apurar as causas e consequências do aumento da dívida interna federal no período de 2011 a 2014. Trata-se de iniciativas que buscam induzir a regularidade, a eficiência e a transparência do financiamento de políticas públicas e do sistema financeiro nacional.

Com relação ao tema finanças públicas, referente à macroavaliação do governo federal, apresenta-se como principal destaque a emissão de **parecer prévio conclusivo acerca das contas prestadas pela Presidente da República, exercício de 2014**, que teve o primeiro acórdão proferido em 17/6/2015 e que, pela primeira vez, concedeu prazo à Presidente da República para apresentar contrarrazões às ressalvas apontadas. Após análise das contrarrazões, foi proferido o Acórdão 2461/2015-TCU-Plenário, em 14/10/2015, que, ao deliberar sobre o **parecer prévio das contas prestadas pela Presidente da República**, considerou que as contas não estavam em condições de serem aprovadas e recomendou sua rejeição pelo Congresso Nacional.

Quanto às contas de 2015, em 5/10/2016, foi proferido o Acórdão 2523/2016-TCU-Plenário, que, ao decidir sobre o **Parecer Prévio das contas da Presidente da República**, considerou que estas não estavam em condições de serem aprovadas, com recomendação de sua rejeição pelo Congresso Nacional.

Cabe mencionar, ainda, a Representação (TC 021.643/2014-8) que tratou do **atraso de repasses a instituições financeiras públicas e privadas de verbas destinadas ao pagamento de despesas de responsabilidade do governo federal** (designadas como pedaladas fiscais), a qual foi julgada em 5/10/2016, por meio do Acórdão 2575/2016-TCU-Plenário.

Merecem destaque também os trabalhos que possibilitam a emissão desse parecer, como o acompanhamento e análise do relatório de gestão fiscal, a emissão de opinião sobre a credibilidade do BGU e o acompanhamento dos resultados fiscais da União, como o exame do relatório resumido de execução orçamentária.

No grupo referente aos temas agricultura e organização agrária, bem como meio ambiente, buscou-se realizar trabalhos que permitissem analisar as ações governamentais relacionadas à **gestão das áreas protegidas e unidades de conservação (UC)**. Esse trabalho foi realizado em parceria com onze EFS. Como resultado, destaca-se recomendação ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para que apresente planos de ação contendo medidas para implementar medidas para corrigir falhas e inconsistências identificadas.

Ainda sobre esse tema, destaca-se que 2015 foi declarado pelas Nações Unidas o Ano Internacional dos Solos, e, aproveitando a oportunidade, desenvolveu-se trabalho que buscou avaliar as **políticas e iniciativas relacionadas à gestão territorial e à promoção da sustentabilidade do solo e da água**.

Também nesse mesmo grupo destacam-se levantamentos com o objetivo de obter informações para melhor planejamento do controle externo referente à gestão federal de crise hídrica, bem como de avaliar o processo de seleção e manutenção de beneficiários da reforma agrária.

No contexto ambiental, realizou-se, ainda, auditoria operacional no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre **biopirataria do patrimônio genético da Amazônia, com vistas a identificar as ações de combate a essa prática irregular**.

Com relação ao tema descrito no grupo ciência, tecnologia e inovação, desenvolvimento, indústria e comércio exterior e turismo, destacam-se linhas de ação com vistas a: i) caracterizar e avaliar aspectos de formulação, implementação e/ou resultados de políticas públicas por meio de diagnósticos sistêmicos de ações para o fomento à ciência, pesquisa e inovação, conduzidas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e entidades vinculadas; ii) contribuir para reduzir a burocracia e alavancar o ambiente de negócios e a competitividade; e iii) avaliar a estratégia governamental para reduzir o déficit na balança comercial e de turismo.

Quanto a esse último item, ressalta-se o **levantamento de escopo amplo sobre micro e pequenas empresas no Brasil**, em que se elaborou visão geral sobre as micros e pequenas empresas (MPE) e permitiu a realização de diagnóstico da situação atual.

Além disso, iniciou-se, em outubro de 2016, trabalho inédito no Tribunal (monitoramento sistêmico), com a finalidade de avaliar o impacto da atuação do TCU na gestão do Ministério do Turismo, tendo em vista a intensa atuação do TCU em ações de fiscalização junto àquela pasta para verificar a regularidade e o aperfeiçoamento de sua gestão entre 2009 e 2015.

Em consonância com trabalhos desenvolvidos pela área social, a área de desenvolvimento nacional também incluiu questões relacionadas ao desenvolvimento econômico sob a perspectiva inovadora, do ponto de vista de delimitação de escopo, do aspecto territorial das políticas públicas, a fim de realizar **diagnóstico sistêmico da eficiência de políticas públicas do governo federal executadas na região Norte** e mapear os desafios locais para o desenvolvimento inclusivo e sustentável daquela região.

Nesse sentido, foram realizados levantamentos por todas as secretarias da região Norte, dos quais dois já foram apreciados, sendo que em um deles, o ministro relator, determinou que a Segecex estendesse os trabalhos a todas as unidades da federação. Com vistas à consolidação desses levantamentos, está previsto para iniciar em novembro de 2016 o Projeto – Fisc Norte, com objetivo de produzir diagnóstico sistêmico sobre o tema desenvolvimento com recorte na região Norte, com aspectos de execução orçamentária, desafios para o desenvolvimento e avaliações de políticas públicas e iniciativas federais.

Convém mencionar, também, tratando de tema conexo com o trabalho citado no item precedente, que foram realizados levantamentos nos estados do Acre e Rondônia, com a finalidade de investigar, identificar e mapear as conexões existentes entre os principais instrumentos de planejamento governamental e o rebatimento territorial de seus programas, iniciativas e ações. Como **principal produto**, foram desenvolvidas **as linhas gerais de método apto a identificar usos sistêmicos relevantes de políticas públicas, a cargo da União, no território de determinada unidade federativa**, possibilitando contribuir com o planejamento de ações de controle externo nas unidades regionais do Tribunal.

Relativamente à fiscalização dos recursos federais transferidos a prefeituras, realizou-se levantamento com o objetivo de avaliar o cumprimento, pelos portais na Internet dos quinze maiores municípios paraenses, dos requisitos de transparência ativa e passiva exigidos pela Lei Complementar 101/2000 (LRF) e pela Lei 12.527/2011 (LAI). Para a Enccla, há forte correlação entre atos de improbidade administrativa e a ausência de transparência pelo poder público.

Entre os principais trabalhos em andamento, merecem ser destacados: a auditoria-piloto para o estabelecimento de método para avaliar as ações de preparação do governo federal para implementar os ODS; a auditoria operacional nas ações da administração federal para a redução do consumo próprio de papel, energia elétrica e de água (A3P); e o monitoramento dos instrumentos de mitigação de riscos da atividade agropecuária (Seguro Rural, Proagro e Garantia Safra).

Principais ações de controle – Área de desenvolvimento nacional

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|---|--|
| 1 | Fiscalização 020.372/2014-0 Min. José Múcio | Auditoria na gestão de riscos na Embrapa. | Concluída Acórdão 2.524/2015-TCU- Plenário |
| 2 | Fiscalização 011.645/2015-6 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria com o objetivo de avaliar a atual estrutura organizacional do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (Carf), bem como das alterações promovidas com vistas à melhoria da gestão, diante das fragilidades reveladas pela Operação Zelotes. | Concluída Acórdão 1.075/2016-TCU- Plenário |
| 3 | Representação 026.675/2013-7 Min. Walton Alencar | Representação do MPTCU para apurar possíveis irregularidades relativas a eventuais afrontas à Lei de Responsabilidade Fiscal e prejuízos à instituição financeira no âmbito do Programa Minha Casa Melhor, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal. | Em andamento |
| 4 | Fiscalização 001.636/2015-4 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria das demonstrações financeiras do Ministério da Fazenda com o objetivo de evidenciar a situação patrimonial ao final do exercício de 2014 e os resultados patrimonial, financeiro e orçamentário. | Em andamento |
| 5 | Representação 008.695/2015-6 Min. Raimundo Carreiro | Representação do MPTCU, com pedido de medida cautelar, para examinar as operações de crédito realizadas e a realizar pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil com a empresa Sete Brasil, relativas à construção de sondas para a exploração do Pré-Sal. | Em andamento |
| 6 | Fiscalização 016.711/2015-7 Min. Subst. Weder de Oliveira 013.329/2015-4 Min. Subst. Marcos Bemquerer 016.311/2015-9 Min. Ana Arraes 013.493/2015-9 Min. José Múcio 017.585/2015-5 Min. Subst. Weder de Oliveira 017.355/2015-0 Min. Subst. André Luís 017.935/2015-6 Min. Subst. André Luís | Levantamento com o objetivo de apresentar panorama dos estados da Região Norte, contemplando visão ampla e abrangente de sua situação geográfica e econômico-social, incluindo o mapeamento dos desafios locais para seu desenvolvimento (em seus aspectos econômico, social, inclusivo e sustentável), bem como síntese do conjunto de ações de controle relevantes realizadas pelo controle externo com foco no território da unidade da federação. | Em andamento Acórdãos 738/2016, 44/2016, 1.934/2016 e 2.358/2015-TCU- Plenário |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|--|---|
| 7 | Fiscalização 006.762/2014-0 Min. Subst. Marcos Bemquerer | Auditoria coordenada com onze EFS da América Latina com o objetivo de analisar as ações governamentais relacionadas à gestão das áreas protegidas – Unidades de Conservação (UC). | Concluída Acórdão 1.206/2015-TCU- Plenário |
| 8 | Fiscalização 021.212/2014-7 Min. Walton Alencar | Levantamento nas políticas e iniciativas federais relacionadas à gestão territorial e à promoção da sustentabilidade do solo e da água, com o objetivo de avaliar a maneira pela qual o Estado brasileiro administra seus recursos econômicos e sociais, com vistas a regular o uso – compreendendo propriedade, território e manejo – e gerir a conservação e a recuperação de seus solos não urbanos. | Concluída Acórdão 1.745/2015-TCU- Plenário |
| 9 | Fiscalização 011.713/2015-1 Min. Walton Alencar | Auditoria operacional para avaliar os aspectos de institucionalização, planos, objetivos, coordenação, coerência e monitoramento acerca dos solos brasileiros, adotando como critério o Referencial de Governança de Políticas Públicas do TCU. | Concluída Acórdão N° 1.942/2015-TCU- Plenário |
| 10 | Fiscalização 010.827/2015-3 Min. José Múcio | Acompanhamento com o objetivo de avaliar os resultados fiscais da União ao longo do exercício de 2015, com foco em despesas obrigatórias, arrecadação, restos a pagar e contingenciamento, abrangendo a execução orçamentária e financeira federal do primeiro quadrimestre de 2015, cujos resultados foram divulgados pelo Poder Executivo no último mês de maio. | Concluída Acórdão 2.823/2015-TCU- Plenário Acórdão 2.267/2016-TCU- Plenário |
| 11 | Fiscalização 011.704/2015-2 Min. José Múcio | Acompanhamento das publicações e do envio a esta Corte de Contas dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) concernentes ao primeiro quadrimestre de 2015 pelos titulares dos Poderes e órgãos da esfera federal, com o objetivo de verificar o cumprimento do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – que determina que os RGF deverão ser emitidos pelos titulares dos Poderes e órgãos autônomos da União, publicados quadrimestralmente e disponibilizados ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder – bem como de analisar o conteúdo neles divulgado. | Concluída Acórdão 2.891/2015-TCU- Plenário |
| 12 | Fiscalização 011.748/2015-0 Min. Raimundo Carreiro | Levantamento no Ministério da Fazenda, Ministério da Previdência Social, Ministério da Saúde, Ministério da Defesa, Ministério da Educação e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de avaliar o nível de gestão financeira dos ministérios federais, visando verificar a auditabilidade das demonstrações financeiras. | Em andamento |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|--|---|---|
| 13 | Fiscalização 011.846/2015-1 Min. Augusto Nardes | Levantamento com o objetivo de investigar a estrutura de governança, a atribuição de responsabilidade e os controles internos das renúncias de receitas afetas aos Jogos Olímpicos de 2016 (Lei 12.780/2013), englobando os seguintes componentes do modelo de avaliação de governança em políticas públicas do TCU: institucionalização, planos e objetivos, coordenação e coerência, gestão de riscos e controle interno e <i>accountability</i> . | Concluída Acórdão 1.071/2016- TCU-Plenário |
| 14 | Fiscalização 013.310/2015-1 Min. Walton Alencar | Levantamento no Ministério da Fazenda, na Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, na Secretaria da Micro e Pequena Empresa, no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Departamento Nacional, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior com o objetivo de construir visão geral sobre as micros e pequenas empresas (MPE) no Brasil, visando identificar, entre outros aspectos: a) os principais agentes governamentais que atuam na política de apoio às MPE; b) as principais ações governamentais e os recursos públicos envolvidos (despesas e renúncias). Além disso, busca realizar diagnóstico da situação atual das MPE, considerando questões qualitativas e quantitativas. | Concluída Acórdão 880/2016- TCU-Plenário |
| 15 | Contas do Governo 005.335/2015-9 Min. Augusto Nardes | Apreciação e emissão de parecer prévio conclusivo acerca das contas prestadas pela Presidente da República, etapa fundamental no processo de controle externo da gestão pública brasileira, por oferecer ao Poder Legislativo elementos técnicos essenciais para o julgamento das contas da chefe do Poder Executivo. | Concluída Acórdão 2.461/2015- TCU-Plenário |
| 16 | Fiscalização 003.330/2015-0 Min. Bruno Dantas | Acompanhamento com vistas à análise da legalidade da aquisição de participação acionária na CPMBraxis Capgemini, empresa brasileira de serviços de TI, pela Caixa Participações (CaixaPar), diante dos objetivos do negócio e da permissão concedida pela Lei 11.908/2009. | Concluída Acórdão 1.220/2016- TCU-Plenário |
| 17 | Fiscalização 003.880/2015-0 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria no Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) em atendimento à Solicitação do Congresso Nacional para avaliação da aplicação dos recursos do FCDF no período de 2011 a 2014. | Em andamento |
| 18 | Fiscalização 011.669/2015-2 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria operacional com o objetivo de analisar a eficiência e a eficácia da supervisão bancária do Banco Central do Brasil (Bacen) no Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF). | Concluída Acórdão 612/2016- TCU-Plenário |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|--|---|
| 19 | Fiscalização 011.432/2015-2 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria operacional nos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, nas Superintendências do Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Nordeste e da Amazônia, no Banco da Amazônia, no Banco do Brasil, no Banco do Nordeste e na Caixa Econômica Federal, com o objetivo de identificar os riscos para a sustentabilidade e a eficiência do financiamento regional. | Em andamento |
| 20 | Fiscalização 013.269/2015-1 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria de conformidade no Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) com o objetivo de avaliar a adequação dos procedimentos adotados relativos à concessão de créditos com recursos administrados pelo Banco. | Em andamento |
| 21 | Fiscalização 001.554/2015-8 Min. Subst. André Luís | Levantamento no Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de identificar os principais atores institucionais, programas, ações, arcabouço legal e normativo que possibilitem planejamento do controle externo referente à gestão federal de crise hídrica. | Concluída Acórdão 809/2016-TCU- Plenário |
| 22 | Fiscalização 007.723/2015-6 Min. Subst. Augusto Sherman | Levantamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para avaliar o processo de seleção e manutenção da relação de beneficiários da reforma agrária. | Concluída Acórdão 2.028/2015-TCU- Plenário |
| 23 | Fiscalização 017.537/2015-0 Min. Subst. Weder de Oliveira | Levantamento na Secretaria do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SDP/MDIC) com o objetivo de conhecer e descrever as atribuições e atividades empreendidas pela SDP/MDIC para a consecução de suas competências legais, em especial aquelas relacionadas ao “desenvolvimento produtivo”. | Concluída Acórdão 530/2016-TCU- Plenário |
| 24 | Fiscalização 030.814/2015-4 Min. Vital do Rêgo | Auditoria operacional no Ministério do Turismo para avaliar a efetividade da aplicação dos recursos federais destinados às localidades que abrigam sítios ou conjuntos declarados patrimônio mundial pela Unesco. | Em andamento |
| 25 | Fiscalização 011.919/2015-9 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria operacional no Banco Central do Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional com o objetivo de apurar as causas e consequências do aumento da dívida interna federal no período de 2011 a 2014. | Em andamento |
| 26 | Fiscalização 007.722/2015-0 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria operacional no Banco Central do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Secretaria do Tesouro Nacional, com o objetivo de avaliar o impacto das operações com títulos públicos emitidos diretamente ao BNDES, de 2008 a 2014, nos custos da dívida pública mobiliária federal. | Em andamento |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|--|--|---|
| 27 | Fiscalização 020.367/2014-7 Min. José Múcio | Levantamento com o objetivo de identificar os critérios de previsão de indicadores macroeconômicos para elaborar a Lei Orçamentária Anual (LOA), comparar valores previstos com os realizados e avaliar os efeitos das eventuais distorções sobre as finanças públicas. | Concluída Acórdão 1.723/2015-TCU- Plenário |
| 28 | Fiscalização 020.764/2015-4 Min. José Múcio | Acompanhamento dos resultados fiscais da União, com exame do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. | Concluída Acórdão 3.324/2015-TCU- Plenário |
| 29 | Contas do Governo 008.389/2016-0 Min. José Múcio | Apreciação e emissão de parecer prévio conclusivo acerca das contas prestadas pela Presidente da República, etapa fundamental no processo de controle externo da gestão pública brasileira, por oferecer ao Poder Legislativo elementos técnicos essenciais para o julgamento das contas da chefe do Poder Executivo. | Concluída Acórdão 2.523/2016-TCU- Plenário |
| 30 | Fiscalização 020.984/2015-4 Min. Bruno Dantas | Auditoria operacional com o objetivo de avaliar os sistemas de controles internos das Fundações Nacionais de Saúde (Funasa) na Amazônia Ocidental (AC, AM e RO, consolidando os resultados com o da Funasa/RR, outrora avaliada), em nível de entidades e nível de atividades, notadamente no que diz respeito ao processo de análise de propostas, concessão e gestão de transferências voluntárias aos municípios. | Em andamento |
| 31 | Fiscalização 006.167/2016-0 Min. José Múcio | Acompanhamento para avaliar o cumprimento, pelos Poderes e órgãos federais, dos limites, condições e demais parâmetros da gestão fiscal responsável previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e demais normas correlatas, relativamente ao 3º quadrimestre de 2015. | Concluída Acórdão 2.118/2016-TCU- Plenário |
| 32 | Fiscalização 030.790/2015-8 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria das demonstrações financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional com o objetivo de identificar eventuais distorções materialmente relevantes e verificar seu grau de confiabilidade. | Concluída Acórdão 1.540/2016-TCU- Plenário |
| 33 | Fiscalização 030.786/2015-0 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria das demonstrações financeiras da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com o objetivo de identificar eventuais distorções materialmente relevantes e verificar seu grau de confiabilidade. | Em andamento |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|--|--|---|
| 34 | Fiscalização 023.678/2015-1 André de Carvalho | Levantamento para analisar, sob a ótica da governança, a forma pela qual está institucionalizada e normatizada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), considerada um dos principais instrumentos ambientais para a gestão integrada e o correto gerenciamento de resíduos sólidos. | Em andamento |
| 35 | Fiscalização 012.779/2014-8 Min. André de Carvalho | Auditoria para verificar a eventual utilização de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para custear ações típicas de outros órgãos e programas da área de Ciência, Tecnologia e Inovação que originalmente deveriam ser financiadas com verbas de orçamentos próprios. | Concluída Acórdão 500/2015- TCU-Plenário |
| 36 | Fiscalização 018.688/2014-4 Min. Augusto Sherman | Auditoria Operacional para analisar a governança no tratamento administrativo nacional do comércio exterior. | Concluída Acórdão 2.744/2015- TCU-Plenário |
| 37 | Fiscalização 025.203/2015-0 Min. André Luís de Carvalho | Levantamento com vistas a verificar o atendimento a determinadas condicionantes impostas pela legislação federal no estado do Tocantins e em seus municípios, em especial pelo Plano Plurianual da Administração Pública Federal, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei nº 4.320, de 17/3/1964. | Concluída Acórdão 128/2016 - TCU - Plenário |
| 38 | Consultas 018.695/2016-7 020.056/2016-8 Min. Raimundo Carreiro 018.996/2016-7 Min. Bruno Dantas | Respostas a consultas sobre abertura de créditos extraordinários por medida provisória formuladas por autoridades do Poder Executivo Federal. | Concluídas Acórdãos 1.634, 1.716 e 1.863/2016- TCU-Plenário |
| 39 | Fiscalização 021.791/2016-3 Weder de Oliveira | Monitoramento do cumprimento das determinações e recomendações decorrentes de auditoria operacional para avaliar o processo de concessão florestal federal no que se refere aos fatores que prejudicam a implantação e consolidação das concessões, com vistas a identificar gargalos e oportunidades de melhorias, bem como identificar os resultados alcançados pelas concessões em execução, conforme Acórdão 2176/2014-TCU-Plenário. | Concluída Acórdão 2.590/2016- TCU-Plenário |
| 40 | Fiscalização 018.441/2016-5 Min. Raimundo Carreiro | Acompanhamento para avaliar a conformidade e impactos econômico-fiscais decorrentes de possível devolução antecipada de recursos, no montante de R\$ 100 bilhões, referentes a empréstimos do Tesouro Nacional ao BNDES. | Em andamento |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|--|--------------|
| 41 | Fiscalização 024.930/2016-4 Min. Vital do Rêgo | Acompanhamento do processo de elaboração do orçamento geral da União para o exercício de 2017, com foco na consistência da receita prevista, da despesa fixada e das metas fiscais propostas. | Em andamento |
| 42 | Fiscalização 015.918/2016-5 Min. Raimundo Carreiro | Levantamento referente à gestão do crédito tributário no âmbito da receita federal do Brasil, com o objetivo de produzir e estruturar o conhecimento sobre os riscos e os controles internos envolvidos. | Em andamento |
| 43 | Representação 026.478/2015-3 Min. Raimundo Carreiro | Representação do MPTCU a fim de verificar a regularidade e a economicidade dos procedimentos adotados pela Caixa Econômica Federal decorrentes de operações de cessão de carteiras de crédito. | Em andamento |
| 44 | Fiscalização 031.505/2015-5 Min. Vital do Rêgo | Inspeção decorrente de solicitação do Congresso Nacional, realizada no BCB, Caixa e no FGTS, com o objetivo de examinar possíveis irregularidades relacionadas ao correto cálculo da taxa referencial e à análise da dívida subordinada entre a Caixa e o FGTS. | Em andamento |
| 45 | Fiscalização 028.938/2016-0 Min. Augusto Nardes | Auditoria-piloto dos ODS com o objetivo de estabelecer método para que o TCU avalie a preparação do governo federal para implementar os ODS. | Em andamento |
| 46 | Fiscalização 013.179/2016-0 Augusto Nardes | Levantamento no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) para avaliar áreas de risco nos financiamentos concedidos ao setor agropecuário. | Em andamento |
| 47 | Fiscalização 006.615/2016-3 André de Carvalho | Auditoria operacional nas ações empreendidas para promover o consumo sustentável da administração federal, com vistas a reduzir o consumo próprio de papel, energia elétrica e de água, principalmente, em comparação à situação registrada quando da fiscalização que deu origem ao Acórdão 1.752/2011 – Plenário (A3P). | Em andamento |
| 48 | Fiscalização 016.631/2016-1 José Múcio Monteiro | Monitoramento do cumprimento das determinações decorrentes da auditoria operacional realizada no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, conforme Acórdãos 453/2014 e 493/2015, ambos do Plenário do TCU, com vistas a avaliar sua eficácia na mitigação de riscos da atividade agropecuária e a identificar oportunidades de melhoria no programa. | Em andamento |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|--|--|
| 49 | Fiscalização 016.633/2016-4 José Múcio Monteiro | Monitoramento do cumprimento das determinações e recomendações decorrentes de auditoria de natureza operacional realizada no Proagro e no Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc), conforme Acórdãos 450/2014 e 20/2015, ambos do Plenário do TCU, com vistas a avaliar a eficácia dos programas na mitigação dos riscos da atividade agropecuária. | Em andamento |
| 50 | Fiscalização 016.634/2016-0 José Múcio Monteiro | Monitoramento do cumprimento das determinações e recomendações decorrentes de auditoria de natureza operacional realizada no Fundo Garantia Safra do governo federal na mitigação de riscos na agricultura, conforme Acórdãos 451/2014 e 21/2015, ambos do Plenário do TCU, com vistas a avaliar a eficácia da Ação 0359 – Contribuição para o Fundo Garantia Safra na mitigação de riscos na agricultura. | Em andamento |
| 51 | Fiscalização 027.987/2015-9 Min. André de Carvalho | Auditoria operacional no Ibama, com o objetivo de identificar e conhecer as ações no combate à biopirataria do patrimônio genético da Amazônia, tendo como amostra a atuação do Ibama no estado do Amazonas. | Em andamento |
| 52 | Representação 021.643/2014-8 Min. José Múcio Monteiro | Representação do MPTCU acerca de atraso do repasse a instituições financeiras públicas e privadas de verbas destinadas ao pagamento de despesas de responsabilidade do governo federal. | Em andamento Acórdãos 825 e 3.297/2015-TCU-Plenário e 2.575/2016-TCU-Plenário |
| 53 | Representação 035.909/2015-3 Min. Bruno Dantas | Representação de unidade técnica do Tribunal acerca de proposta de diretrizes para apreciar as contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2016. | Em andamento Acórdão 41/2016-TCU-Plenário |
| 54 | Representação 000.517/2016-0 Min. Augusto Sherman | Representação de unidade técnica do Tribunal, com pedido de medida cautelar, diante de indícios de irregularidades ocorridas na concessão de lotes do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em todo o país, pelo Instituto de Reforma Agrária (Incra). | Em andamento Acórdão 775/2016-TCU-Plenário |

4.4 – Ações relacionadas à área de infraestrutura

Os empreendimentos da área de infraestrutura envolvem os setores de petróleo e gás, de mineração, de energia elétrica, de infraestrutura urbana, de habitação, de comunicação, de obras hídricas e de transportes em seus diversos modais (rodoviário, aéreo, aquaviário, ferroviário, metroviário). Nesse cenário, importa enfatizar que o controle externo realizado pelo TCU na área de infraestrutura vai além da auditoria de obras públicas. Com efeito,

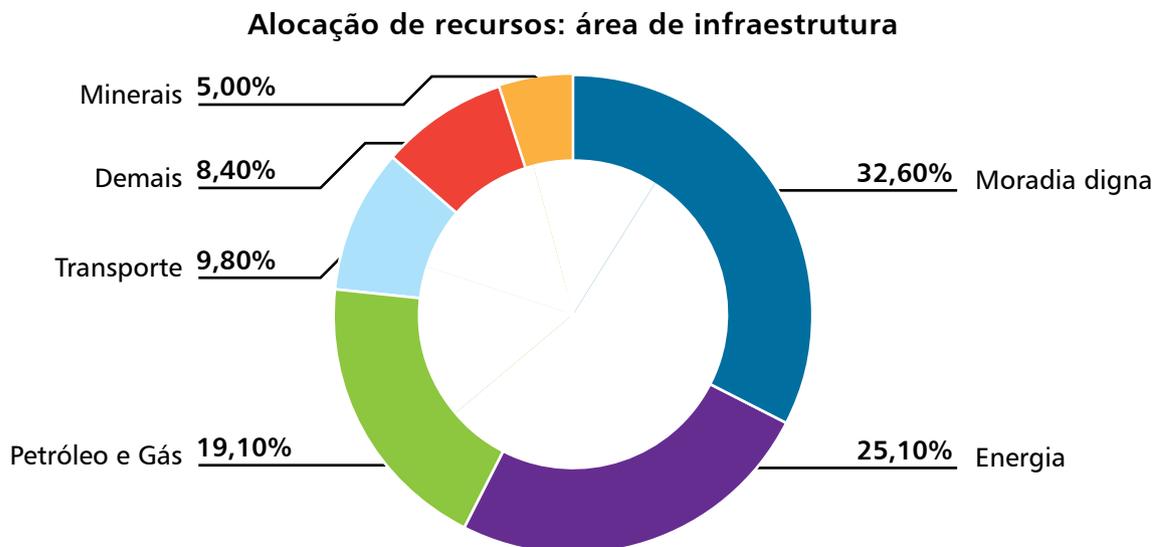
fiscalizam-se as concessões de serviços públicos, a gestão e a governança das entidades públicas que atuam no setor e o exame empreendido no tocante a atos e contratos, que abarca as vertentes operacional e de regularidade.

A superação dos desafios colocados no setor da infraestrutura nacional interessa especialmente à sociedade, que ganha com o aumento na qualidade da prestação do serviço. De modo reflexo, a superação dos desafios também interessa ao setor produtivo, o qual tem operado com elevados custos resultantes de infraestrutura pouco apropriada para os padrões de competitividade exigidos no mercado global.

Estudos produzidos por diversas entidades e pelos diferentes setores da sociedade que demandam infraestrutura adequada para o exercício de suas atividades produtivas retratam, cada qual com seus matizes, os gargalos que estão a impedir ganhos de produtividade para o país.

No tocante à administração pública, a agenda governamental relativa ao setor em análise está descrita, em sua dimensão estratégica, no PPA 2012-2015. O macrodesafio lá posto consiste na expansão da infraestrutura, garantindo a integração nacional e com os países da América do Sul.

No PPA 2012-2015, foi alocado o montante aproximado de R\$ 1,19 trilhão para quinze programas temáticos da área de infraestrutura. Esse valor corresponde a 26% do total destinado a todos os programas temáticos do mencionado PPA. A maior parte desse valor estava distribuída entre os programas Moradia Digna, Petróleo e Gás, Energia Elétrica e Transportes. O gráfico a seguir ilustra a participação relativa dos principais grupos de programas da área e a relevância da área de infraestrutura no contexto do planejamento de longo prazo do governo federal.



Quanto aos recursos alocados para a área de infraestrutura no PPA 2016-2019, verifica-se o montante aproximado de R\$ 1,4 trilhão, equivalente a 21% dos valores estimados

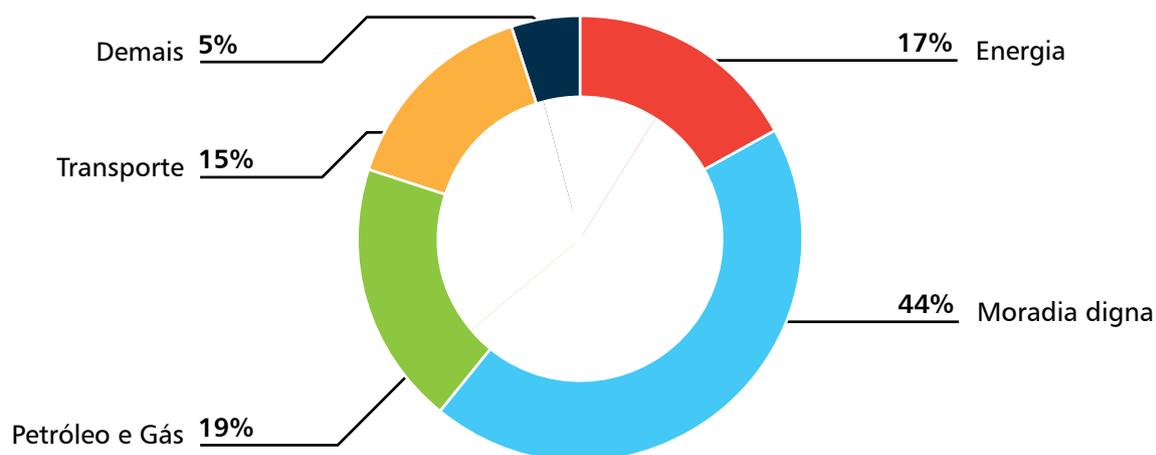
para programas temáticos do referido plano plurianual. Esse total destina-se a financiar treze programas temáticos, cabendo destacar os programas Moradia Digna, Petróleo e Gás, Energia Elétrica e Transportes. A tabela e o gráfico a seguir apresentam os recursos e percentual de representatividade desses grupos de programas.

Distribuição de recursos nos programas da área de infraestrutura

| DESCRIÇÃO | VALOR (em milhares R\$) | % |
|----------------|-------------------------|-------------|
| Energia | 251.934.047,00 | 17,14% |
| Moradia digna | 637.846.815,00 | 43,40% |
| Petróleo e Gás | 281.556.720,00 | 19,16% |
| Transportes | 219.298.228,00 | 14,92% |
| Demais | 78.985.039,00 | 5,37% |
| TOTAL | 1.469.620.849,00 | 100% |

Fonte: PPA 2016 -2019

Alocação de recursos para os principais programas da área de infraestrutura no PPA 2016- 2019



Diante desse quadro e a partir dos estudos setoriais e dos planos de governo, deu-se início a um conjunto principal de ações de controle, relacionadas na tabela adiante, dentre as quais se destacam:

- A realização de cento e vinte e seis (126) **auditorias de obras públicas no âmbito do Fiscobras 2016** envolvendo os segmentos de energia, infraestrutura urbana, transportes, obras hídricas e edificações totalizando R\$ 34,7 bilhões em dotação orçamentária.

Distribuição geográfica das fiscalizações realizadas no âmbito do Fiscobras 2016



Fonte: Relatório Consolidado do Fiscobras 2016

- No setor portuário: auditoria nas **prorrogações antecipadas de contratos de arrendamentos portuários** que, além de investimentos vultosos, trata de processo de grande complexidade e relevância para o setor.
- No setor aeroportuário: auditoria sobre as atuações da Secretaria de Aviação Civil, da Anac e da Infraero visando à melhoria da **qualidade dos serviços prestados aos usuários nos aeroportos brasileiros** e auditoria operacional na Empresa Brasileira de Infraestrutura (**Infraero**) com o objetivo de avaliar a **sustentabilidade financeira da agência reguladora** diante das novas concessões de aeroportos. Ressalta-se, ainda, o acompanhamento dos processos de concessões de quatro aeroportos: Salvador, Porto Alegre, Florianópolis e Fortaleza.
- No setor ferroviário: levantamento sobre o andamento das obras de construção da ferrovia **Nova Transnordestina (TLSA)**, sendo a primeira fiscalização a utilizar os métodos definidos pelo projeto GeoControle, que visa estruturar o uso de geotecnologias como ferramenta de controle externo no TCU.
- No setor rodoviário: avaliação dos resultados para a administração pública federal quanto à utilização do **regime diferenciado de contratações públicas (RDC)**. Destacam-se as 26 fiscalizações relacionadas ao Fiscobras 2016. Além disso, finalizou-se

a auditoria de conformidade na execução das obras de construção da BR-040/RJ, no segmento da Serra de Petrópolis, a cargo da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio (Concer).

- No segmento de transporte hidroviário: auditoria operacional – **Fisc Hidrovias**, com o objetivo de avaliar a governança do Plano Hidroviário Estratégico (PHE), os principais desafios e gargalos desse setor.
- Em relação à habitação e infraestrutura urbana: 24 auditorias de conformidade em atos, licitações e/ou contratos para construção de relevantes obras públicas de **edificações, mobilidade urbana e saneamento básico no âmbito do Fiscobras 2016**, figurando dentre elas auditorias nas obras para construção de arenas esportivas destinadas a sediar os **Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016** no Rio de Janeiro/RJ; auditoria coordenada no âmbito da Olacefs com o objetivo de fiscalizar, em território nacional, a política e as obras de habitação social do **programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV)**; auditoria sobre a **regularização fundiária urbana e o ordenamento territorial** do Distrito Federal e de municípios vizinhos em Goiás, com a participação do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), Tribunal de Contas do estado de Goiás e Tribunal de Contas dos Municípios do estado de Goiás (TCM/GO).
- No setor de energia: no setor de energia elétrica, auditoria operacional com a finalidade de avaliar os controles exercidos pelas estatais acionistas da Norte Energia S.A., Sociedade de Propósito Específico responsável por implantar a **Usina Hidrelétrica de Belo Monte**, notadamente no que se refere à possibilidade de superavaliação dos investimentos, em potencial prejuízo aos cofres públicos e acompanhamento da revisão do **contrato de cessão onerosa, firmado em 2010 entre a União e a Petróleo Brasileiro S.A.** Esse contrato tem por objeto a cessão onerosa à cessionária (Petrobras), do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos localizados na área do pré-sal, limitado à produção de cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo.
- No setor de comunicações: destacam-se o **relatório sistêmico de fiscalização de infraestrutura de telecomunicações (FiscTelecomunicações)**, a fim de avaliar a evolução da política pública do setor de telecomunicações; a auditoria operacional com o objetivo de avaliar a atuação da Anatel na garantia e melhoria da qualidade da prestação dos serviços de telefonia móvel no Brasil; o levantamento sobre políticas públicas de inclusão digital do governo federal; a auditoria, em conjunto com a Secex Previdência, na Previc e na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), relativa aos investimentos do fundo Postalís; e o levantamento sobre a revisão do **Modelo de Prestação dos Serviços de Telecomunicações** em andamento no setor.

- Em relação à infraestrutura hídrica: auditoria para avaliar as ações relacionadas à recuperação de reservatórios estratégicos para o **Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf)**, com foco na previsão orçamentária, na compatibilidade com as obras do Pisf, no atendimento à Política Nacional de Segurança de Barragens e nas planilhas orçamentárias das obras. Também foram realizadas auditorias nas obras dos Eixos Norte e Leste do Pisf, avaliando-se a conformidade das licitações, da execução contratual e dos orçamentos.
- Sobre a realização de grandes eventos esportivos: relatórios semestrais de consolidação das fiscalizações do Tribunal sobre ações do governo federal para a realização dos **Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016**, envolvendo a construção de arenas esportivas, o legado olímpico, infraestrutura de energia elétrica e aeroportos, renúncia de receitas em serviços prestados ao Comitê Olímpico, segurança, turismo, políticas para o esporte de alto rendimento, financiamento de obras vinculadas aos jogos, governança e transparência na gestão e resultado operacional do Comitê Organizado dos jogos. Destaca-se, ainda, levantamento realizado para apurar a situação atual de obras de mobilidade urbana que foram vinculadas à **Copa do Mundo de 2014**.
- Quanto às atividades realizadas pela SeinfraOperações, descritas no Capítulo 1, tópico combate à corrupção e a outras irregularidades, destacam-se o trabalho referente à **Angra III** (em andamento), aos contratos de refino e abastecimento da **Petrobras**, ao contrato de obras da **Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar)** e do **Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)**, à fiscalização atinente ao Navio Sonda Vitória 10.000, bem como ao acompanhamento dos **acordos de leniência** sob a responsabilidade da CGU em sua área de atuação.

Relativamente à estrutura da Coinfra, que foi modificada no início da presente gestão ao unir, sob uma mesma secretaria, equipes das antigas Secob e Sefid, a Coordenação identificou a necessidade de dar início a uma avaliação dos resultados já obtidos com a nova estrutura. Essa avaliação contemplou entrevista com os Secretários, aplicação de questionários e proposição de ajustes nos métodos de trabalho. Como resultado, foram implantadas as seguintes iniciativas em resposta aos pontos mais comentados da pesquisa:

- a. redução de demandas burocráticas e requisição de informações às Secretarias;
- b. modificação de competências de algumas unidades técnicas e vinculação direta do Serviço de Informação sobre Fiscalização de Obras (Siob) à Coinfra;
- c. desenvolvimento de estratégia de divulgação dos trabalhos das Secretarias de Infraestrutura e do papel da Coordenação por meio da recém-criada Comunidade de Infraestrutura e dos boletins das áreas temáticas elaborados pelas Seinfras; e
- d. reconhecimento dos trabalhos dos auditores e aumento da integração, por meio da realização de eventos internos, a exemplo do Seminário sobre Sociedade de Propósito Específico-SPE com participação de estatais do segmento de infraestrutura.

Ainda no que se refere à estrutura da coordenação-geral, por determinação do Plenário do TCU (sessão de 2 de dezembro de 2015), foi criada unidade extraordinária de controle externo voltada para as operações anticorrupção em curso no país, que prioriza instruções de processos que tratam de objetos conexos à Operação Lava Jato.

Principais ações de controle – Área de infraestrutura

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|--|--|---|
| 1 | Fiscalização 010.546/2009-4 Min. Subst. André Luís | Levantamento (iniciado em 2009) com o objetivo de fiscalizar as obras de modernização e adequação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar). Diante do compartilhamento de informações no âmbito da Operação Lava Jato, empreende-se reanálise dos preços praticados pela Repar. | Concluída Acórdãos 2.163 e 2.543/2015-TCU-Plenário |
| 2 | Fiscalização 004.025/2011-3 Min. Benjamin Zymler | Auditoria de conformidade com o objetivo de reanalisar preços no contrato da Unidade de Coqueamento Retardado (UCR) da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em razão do compartilhamento de provas advindas da Operação Lava Jato. | Concluída Acórdão 1.990/2015-TCU-Plenário |
| 3 | Fiscalização 003.025/2015-2 Min. José Múcio | Levantamento com objetivo de avaliar as medidas emergenciais adotadas para conter ou mitigar os riscos de insuficiência de oferta de energia elétrica, seja em decorrência do volume de chuvas abaixo da média histórica, seja por problemas de gestão do setor elétrico. | Concluída Acórdão 2.519/2015-TCU-Plenário |
| 4 | Fiscalização 008.509/2015-8 Min. Augusto Nardes | Relatório sistêmico do setor hidroviário – Fisc Hidrovias – Navegação Interior – com o objetivo de realizar um diagnóstico abrangente do setor hidroviário brasileiro e a avaliação da governança do Plano Hidroviário Estratégico (PHE), envolvendo o exame da situação das hidrovias brasileiras; do histórico dos investimentos no setor; dos principais gargalos e desafios para o setor e do planejamento e da execução do PHE. | Concluída Acórdãos 940 e 1.919/2016-TCU-Plenário |
| 5 | Fiscalização 011.325/2015-1 Min. José Múcio | Acompanhamento da revisão do Contrato da Cessão Onerosa 2010 firmado entre a União e a Petrobrás. O citado contrato, fixado em R\$ 74.807.616.407,00, tem cláusula que prevê a revisão dos seguintes itens: a) valor; b) volume máximo; c) vigência; e d) percentuais mínimos de conteúdo local. A revisão do contrato iniciou-se em dezembro de 2014. | Em andamento |
| 6 | Fiscalização 016.801/2015-6 Min. Subst. Augusto Sherman | Auditoria coordenada com entidades de fiscalização superiores integrantes da <i>Organización Latinoamericana y del Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores</i> (Olacefs) com o objetivo de fiscalizar as obras de habitação do programa Minha Casa Minha Vida, tendo por base os critérios especificados no documento <i>Guidelines on Social Housing</i> , elaborado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (Unece), da ONU. | Concluída Acórdão 2.456/2016-TCU-Plenário |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|--|---|
| 7 | Fiscalização 010.193/2015-4 Min. José Múcio | Auditoria de conformidade na Petrobras com o objetivo de verificar a regularidade dos atos inerentes à elaboração e à divulgação das demonstrações financeiras de 2014, em especial a metodologia utilizada para reconhecimento de perdas em ativos. | Em andamento |
| 8 | Fiscalização 011.844/2015-9 Min. Walton Alencar | Auditoria operacional no processo de elaboração do Plano Mestre do Porto de Santos, instrumento de planejamento específico para cada porto que define seu desenvolvimento e expansão, com ênfase na participação dos principais <i>stakeholders</i> , na revisão e no acompanhamento do que foi planejado, a partir de referencial para a implementação de políticas públicas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). | Concluída Acórdão 778/2016- TCU-Plenário |
| 9 | Fiscalização 004.185/2014-5 Min. Augusto Nardes | Acompanhamento da evolução da Matriz de Responsabilidade dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 quanto à sua aderência à legislação, bem como a implementação de recomendações e determinações proferidas pelo Tribunal. | Concluída Acórdão 1.784/2015- TCU-Plenário |
| 10 | Fiscalização 007.688/2015-6 Min. Bruno Dantas | Levantamento com o objetivo de conhecer a organização e o funcionamento das estruturas governamentais responsáveis pelas políticas públicas e programas do Governo Federal relacionados à inclusão digital, bem como identificar as principais áreas de risco e potenciais ações de controle. | Concluída Acórdão 2.151/2015- TCU-Plenário |
| 11 | Fiscalização 013.719/2015-7 Min. Walton Alencar | Levantamento na gestão de bacias hidrográficas de rios federais em Minas Gerais, com o objetivo de conhecer a estrutura e organização dos comitês de gestão das bacias hidrográficas e das entidades delegatárias de funções de agência de água, para identificar riscos e fragilidades na gestão dos recursos hídricos das bacias hidrográficas de rios federais em Minas Gerais. | Concluída Acórdão 2.771/2015- TCU-Plenário |
| 12 | Fiscalização 020.766/2014-9 Min. José Múcio | Auditoria de conformidade com o objetivo de avaliar a licitação para contratar serviços de revitalização do trecho da rodovia BR-262/MS, no âmbito do programa de conservação e manutenção de rodovias – Crema 2ª etapa. | Em andamento |
| 13 | Fiscalização 019.228/2014-7 Min. Subst. Augusto Sherman | Monitoramento com o objetivo de avaliar as ações relativas ao leilão de energia A-5, realizado em 2015, bem como os planos de ação encaminhados pelos órgãos auditados. O trabalho original avaliou as possibilidades de desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia entre 2009 e 2016. | Concluída Acórdão 994/2015- TCU-Plenário |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|---|--|
| 14 | Fiscalização 024.654/2014-0 Min. Walton Alencar | Acompanhamento dos atos do Conselho de Administração da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., com o objetivo de avaliar a efetiva atuação do Conselho de Administração, como instância de governança, e se as decisões atendem aos requisitos de legalidade, legitimidade e economicidade (englobando os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade). | Concluída Acórdão 4.364/2015- TCU-1ª Câmara |
| 15 | Fiscalização 024.943/2014-2 Min. Subst. Weder de Oliveira | Auditoria operacional sobre a execução do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) com foco nos controles internos da Caixa Econômica Federal, na vertente Operações de Mercado (FGTS). | Concluída Acórdão 698/2016- TCU-Plenário |
| 16 | Representação 005.406/2013-7 Min. Vital do Rêgo | Representação do MPTCU a fim de verificar a existência de dano aos cofres públicos no processo de aquisição da refinaria Pasadena <i>Refining System Inc.</i> | Em andamento |
| 17 | Fiscalização 008.486/2015-8 Min. Augusto Nardes | Monitoramento de deliberações acerca do resultado deficitário do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, com identificação de riscos ligados à garantia oferecida pela União. Abrange, também, deliberações dirigidas à Autoridade Pública Olímpica, versando sobre aspectos de operacionalização dos jogos. | Concluída Acórdão 1.857/2015- TCU-Plenário |
| 18 | Fiscalização 024.918/2014-8 Min. Ana Arraes | Auditoria operacional sobre a atuação da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Anac e Infraero na melhoria da qualidade dos serviços prestados nos aeroportos. | Concluída Acórdão 2.210/2015- TCU-Plenário |
| 19 | Fiscalização 014.689/2014-6 Min. Walton Alencar | Acompanhamento da atuação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no que concerne à autorização de investimentos não previstos no Programa de Exploração Rodoviária (PER) da 1ª etapa das concessões rodoviárias, com o objetivo de avaliar a regularidade desses atos. | Em andamento |
| 20 | Representação 015.756/2014-9 Min. Subst. Augusto Sherman | Representação de unidade técnica do TCU em virtude da alegada impossibilidade de acesso pelo TCU a documentos classificados como de sigilo bancário ou comercial pelo BNDES. | Em andamento O STF, no MS 33340, manifestou-se favoravelmente ao TCU no sentido de transferir o sigilo para a realização das ações de controle externo |
| 21 | Fiscalização 011.978/2015-5 Min. Subst. Augusto Sherman | Auditoria de conformidade em contratos para captação, armazenamento e distribuição de água em municípios do semiárido baiano realizados pela Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (Cerb), com recursos do Ministério da Integração Nacional. O trabalho busca verificar o padrão da execução das obras, visando dar panorama sobre a aplicação dos recursos em nível de execução físico-financeira. | Em andamento |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|--|--|---|
| 22 | Fiscalização 011.124/2015-6 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria de conformidade na construção dos prédios dos anexos I e II do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. | Em andamento |
| 23 | Fiscalização 004.040/2011-2 Min. Benjamin Zymler | Inspeção empreendida em dois contratos de unidades de processo firmados no âmbito da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). Os instrumentos contratuais foram pactuados pelo mesmo consórcio (Rnest-Conest), constituído pelas empresas Odebrecht Plantas Industriais e Participações S.A e Construtora OAS LTDA. Os objetivos visados versam sobre a coleta de informações atualizadas que facultem a continuidade na apuração dos danos advindos de indícios de sobrepreço em ambos os contratos citados. Tal meta ganha especial relevância perante a declarada intenção da Petrobras em encerrar tais contratos. Adicionalmente, a fiscalização atende ao acompanhamento insculpido na determinação constante do subitem 9.6 do Acórdão 3.362/2010-TCU-Plenário. | Concluída Acórdão 2.960/2015 -TCU-Plenário |
| 24 | Fiscalização 004.920/2015-5 Min. José Múcio | Auditoria realizada na Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), com o objetivo de examinar os atos de gestão relativos ao prejuízo da ordem de R\$ 2,8 bilhões, reconhecido no balanço Patrimonial de 2014 da companhia, decorrente do encerramento dos projetos para a construção das Refinarias Premium I e II, nos Estados do Maranhão e Ceará. | Concluída Acórdão 2.824/2015- TCU-Plenário |
| 25 | Fiscalização 017.053/2015-3 Min. José Múcio | Auditoria operacional nas Centrais Elétricas Brasileiras S.A., Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., Companhia Hidroelétrica do São Francisco e Furnas Centrais Elétricas S.A. com o objetivo de verificar a regularidade e a efetividade dos controles exercidos pelas estatais sobre os investimentos e contratos firmados pela Sociedade de Propósito Específico Norte Energia na implantação da Usina Hidroelétrica de Belo Monte. | Em andamento |
| 26 | Desestatização 029.083/2013-3 Min. Ana Arraes | Acompanhamento da desestatização, na modalidade de arrendamento (subconcessão), de áreas e instalações portuárias integrantes do Programa de Investimentos em Logística (PIL), que abrange os portos de Santos, Vila do Conde e Terminais de Outeiro e Miramar. | Concluída Acórdão 2.413/2015- TCU-Plenário |
| 27 | Fiscalização 007.446/2015-2 Min. Vital do Rêgo | Auditoria operacional para avaliar a regulação e a fiscalização realizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) nos setores de distribuição e revenda de GLP, mais especificamente nos que envolvam a distribuição e revenda de GLP envasilhado em botijões de treze quilos, destinados exclusivamente ao uso doméstico. | Concluída Acórdão 1.409/2016- TCU-Plenário |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|--|---|---|
| 28 | Fiscalização 027.541/2015-0 Min. José Múcio | Acompanhamento da implementação do plano de ação da Diretoria de Governança, Risco e Conformidade (DGRC) da Petrobras, com vistas a verificar a adequabilidade das soluções adotadas pela DGRC diante dos padrões de governança, risco e controles internos recomendados pelo Tribunal. | Em andamento |
| 29 | Fiscalização 025.043/2015-3 Min. Walton Alencar | Auditoria operacional na Empresa Brasileira de Infraestrutura (Infraero) com o objetivo de avaliar a sustentabilidade financeira da agência reguladora diante das novas concessões de aeroportos. | Em andamento |
| 30 | Representação 033.882/2015-0 Min. Augusto Nardes | Representação de licitante diante de irregularidades em edital relativo à contratação de serviços especializados de apoio e assessoramento técnico à Superintendência Regional do DNIT no estado de Goiás e no Distrito Federal, para planejamento, gerenciamento e supervisão das obras do Programa de Conservação, Restauração e Manutenção (Crema) e demais obras de manutenção rodoviária. Adoção de medida cautelar para suspender a licitação em vista das irregularidades. | Em andamento |
| 31 | Desestatização 033.940/2015-0 Min. José Múcio | Acompanhamento do primeiro estágio do Leilão Aneel 13/2015, destinado à concessão da prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de trinta anos a partir da assinatura dos respectivos contratos. Os serviços referem-se à construção, operação e manutenção de linhas de transmissão, subestações e demais instalações, a serem integradas à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN). | Concluída Acórdão 288/2016- TCU-Plenário |
| 32 | Fiscalização 023.297/2015-8 Min. Bruno Dantas | Auditoria de conformidade na Codevasf, Dnocs e Ministério da Integração Nacional com o objetivo de avaliar a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos quanto ao atendimento do objetivo 480 do Plano Plurianual 2012-2015 (revitalizar infraestruturas hídricas), com foco nas ações voltadas para atender ao aumento da capacidade de reservatórios estratégicos em função das águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco. | Concluída Acórdão 1.092/2016- TCU-Plenário |
| 33 | Fiscalização 000.805/2015-7 Min. Vital do Rêgo | Auditoria nas obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com o objetivo de analisar a contratação direta do Consórcio TUC Construções (formado pela UTC Engenharia S/A, Construtora Norberto Odebrecht S/A), responsável pela execução das obras das plantas de utilidades do Comperj, no valor de R\$ 3, 8 bilhões. | Concluída Acórdão 3.343/2015- TCU-Plenário |
| 34 | Fiscalização 023.133/2015-5 Min. Bruno Dantas | Auditoria operacional com o objetivo de avaliar a atuação da Anatel na garantia e melhoria da qualidade da prestação dos serviços de telefonia móvel no Brasil. | Concluída Acórdão 2.333/2016- TCU-Plenário |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|---|---|
| 35 | Fiscalização 033.793/2015-8 Min. Bruno Dantas | Auditoria operacional no Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), com o objetivo de avaliar os procedimentos de arrecadação e utilização de seus recursos. | Em andamento |
| 36 | Fiscalização 023.835/2016-8 Min. Bruno Dantas | Auditoria operacional no programa Cidades Digitais para validar o modelo de avaliação desenvolvido para analisar as ações, programas e políticas públicas de inclusão digital. | Em andamento |
| 37 | Fiscalização 030.165/2014-8 Min. Augusto Nardes | Monitoramento para avaliar a atuação da Infraero no acompanhamento das concessões aeroportuárias, em especial nas contratações de obras e serviços pelas concessionárias com partes relacionadas. | Concluída Acórdão 1.865/2016- TCU-Plenário |
| 38 | Fiscalização 012.487/2016-3 Min. Raimundo Carrero | Auditoria de conformidade na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), com o objetivo de fiscalizar as obras de construção do novo terminal de passageiros (TPS) e sistema de pistas e pátios do Aeroporto de Goiânia. | Em andamento |
| 39 | Desestatização 035.257/2015-6; 035.260/2015-7; 035.261/2015-3; 035.263/2015-6; Min. Walton Alencar Rodrigues | Acompanhamento das concessões dos aeroportos de Florianópolis, Porto Alegre, Fortaleza e Salvador. Concluída a análise de primeiro estágio. | Concluído (1º estágio) Acórdãos 925, 926, 956 e 957/2016- TCU-Plenário |
| 40 | Desestatização 023.298/2015-4 Min. Augusto Nardes | Acompanhamento incidente sobre a concessão do trecho da rodovia BR-476/153/282/480/PR/SC, composto pelas rodovias BR-476/PR, no trecho entre Lapa e União da Vitória; BR-153, no trecho entre União da Vitória e o entroncamento com a BR-282; BR-282, no trecho entre o entroncamento com a BR-153 e o entroncamento com a BR-480; e BR-480, no trecho entre o entroncamento com a BR-282 e Chapecó, integrante do Programa de Concessão de Rodovias Federais. | Em andamento |
| 41 | Fiscalização 019.579/2015-2 Min. José Múcio | Auditoria decorrente de Solicitação do Congresso Nacional para fiscalizar o procedimento de licitação e o contrato administrativo levados a termo para a execução das obras do edifício sede da Petrobras na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. | Em andamento |
| 42 | Fiscalização 026.363/2015-1 Min. Benjamin Zymler | Auditoria na implantação da Refinaria Abreu e Lima da Petrobras, de modo a quantificar eventuais danos e apurar responsabilidades relacionadas à gestão temerária no empreendimento. | Em andamento |

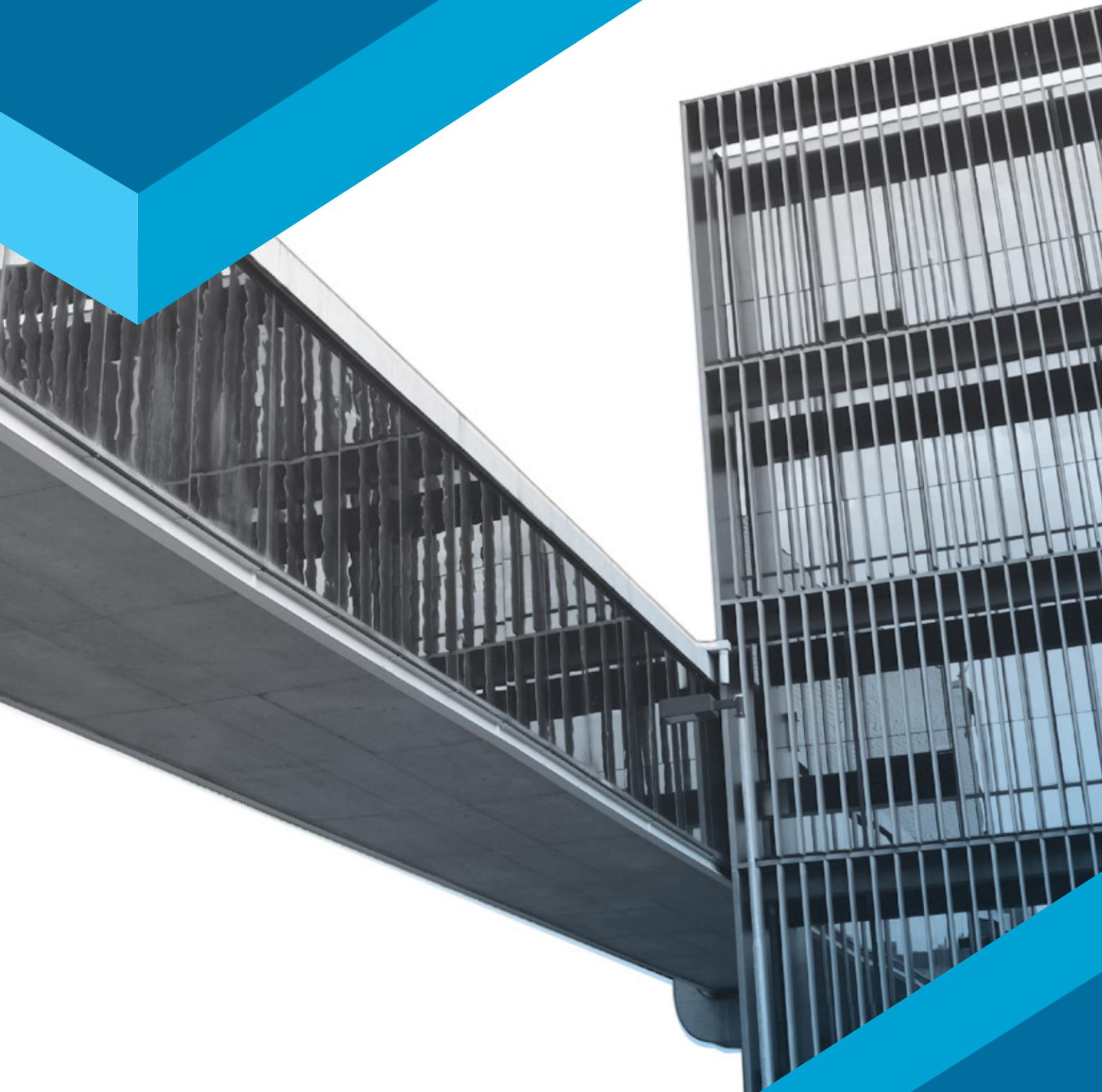
| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|--|---|---|
| 43 | Fiscalização 006.981/2014-3 Min. Vital do Rêgo | Auditoria relativa à implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, da Petrobrás, de modo a quantificar eventuais danos e apurar responsabilidades relacionadas à gestão temerária no empreendimento. | Em andamento |
| 44 | Fiscalização 030.511/2015-1 Min. José Múcio Monteiro | Auditoria nos procedimentos da ANP relacionados aos pedidos de <i>Waiver</i> (política de conteúdo local na indústria de petróleo e gás natural). | Em andamento |
| 45 | Fiscalização 004.038/2011-8 Min. Benjamin Zymler | Acompanhamento das obras de implantação da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), de responsabilidade da Petrobras, especificamente do contrato das Tubovias, firmado com o Consórcio CII - Ipojuca Interligações. | Concluída Acórdão 2.428/2016- TCU-Plenário |
| 46 | TCE 000.168/2016-5 Min. Benjamin Zymler | Tomada de contas especial com vistas a apurar sobrepreço nos contratos da Unidade de Destilação Atmosférica e da Unidade de Hidrotreamento da Rnest. | Concluída Acórdão 2.109/2016- TCU-Plenário |
| 47 | Fiscalização 030.656/2015-0 Min. José Múcio | Auditoria operacional no Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobras) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes), com o objetivo de avaliar os investimentos de concessionárias necessários à expansão do sistema elétrico e à melhoria da qualidade dos serviços públicos de energia. | Concluída Acórdão 1.868/2016- TCU-Plenário |
| 48 | Fiscalização 020.416/2016-4 Min. José Múcio | FOC – Qualidade das distribuidoras – nas distribuidoras de energia elétrica estatais, com enfoque na eficiência gerencial; no combate às perdas elétricas; na qualidade da prestação dos serviços; na saúde e sustentabilidade financeiras e na avaliação da governança da Eletrobras e da supervisão exercida pelo MME e Aneel, com participação do TCDF, TCE-RS, TCE-SC, TCE-PR, TCE-MG, TCE-AP, além de unidades técnicas do TCU e CGU. | Em andamento |
| 49 | Fiscalização 003.346/2015-3 Min. Vital do Rêgo | Monitoramento sobre a gestão da Conta de Desenvolvimento Energético e fiscalização sobre o realismo tarifário do setor elétrico. | Em andamento |
| 50 | Fiscalização 018.144/2016-0 Min. Augusto Nardes | Auditoria operacional na Agência Nacional de Transportes Terrestres, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e Empresa de Planejamento e Logística S.A., com o objetivo de avaliar a complementariedade das políticas públicas de infraestrutura rodoviária e, por meio de indicadores, a eficácia e a efetividade dessas políticas, de modo a obter diagnóstico do problema do elevado número de acidentes nas rodovias federais. | Em andamento |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|--|---|
| 51 | Fiscalização 034.974/2015-6 apensado ao 033.102/2015-5 Min. Bruno Dantas | Auditoria no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) com o objetivo de avaliar a utilização do RDC em licitações públicas. | Em andamento |
| 52 | Representação 025.311/2015-8 Min. Augusto Nardes | Representação de licitante para apurar indícios de irregularidades na execução de retornos provisórios na BR-040 DF/GO/MG, em desconformidade com as normas técnicas vigentes e na celebração de aditivo ao contrato de concessão rodoviária, visando à inclusão de retornos em nível. | Em andamento |
| 53 | Fiscalização 000.763/2016-0 Min. Raimundo Carreiro | Levantamento com o objetivo de avaliar os dados e orçamentos de obras elaborados e entregues ao tribunal pela Caixa Econômica Federal. | Em andamento |
| 54 | Fiscalização 033.148/2015-5 Min. Augusto Nardes | Levantamento sobre a regularização fundiária urbana e o ordenamento territorial do Distrito Federal e de municípios vizinhos em Goiás, com a participação de TCDF, TCE-GO e TCM-GO. | Em andamento |
| 55 | Fiscalização 007.144/2016-4 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria de conformidade com o objetivo de fiscalizar a obra de construção do Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco. | Concluída Acórdão 2.336/2016- TCU-Plenário |
| 56 | Fiscalização 013.831/2016-0 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria de conformidade com o objetivo de fiscalizar a obra de construção do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco. | Em andamento |
| 57 | Fiscalização 007.655/2016-9 Min. Augusto Nardes | Levantamento na Agência Nacional de Transportes Terrestres com o objetivo de obter informações sobre a execução das obras de construção da Ferrovia Nova Transnordestina com o uso de técnicas desenvolvidas ou adquiridas no âmbito do projeto GeoControle. Levantamento sobre a construção da Ferrovia Transnordestina com uso do GeoControle. | Em andamento |
| 58 | Fiscalização 031.996/2013-2 Min. Raimundo Carreiro | Auditoria na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com o objetivo de avaliar a governança da regulação nos setores de energia, comunicações e transportes, por meio das agências reguladoras de infraestrutura. | Concluída Acórdão 240/2015- TCU-Plenário |

| Nº | Natureza do processo | Breve descrição da atividade | Status |
|----|---|--|--|
| 59 | Fiscalização 023.736/2014-3 Min. Vital do Rêgo | Auditoria no Ministério de Minas e Energia, Centrais Elétricas Brasileiras S/A e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) com o objetivo de avaliar a gestão de obras de geração e transmissão da Chesf. | Concluída Acórdão 600/2016- TCU-Plenário |
| 60 | Fiscalização 011.182/2015-6 Min. Subst. André Luís | Auditoria com o objetivo fiscalizar as obras de Implantação da Usina Termelétrica Mauá 3, em Manaus (AM), de responsabilidade das empresas Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (AmGT) e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (AmE). | Em andamento Acórdão 2.164/2015- TCU-Plenário |
| 61 | Fiscalização 003.379/2015-9 Min. José Múcio | Monitoramento do Acórdão 1.836/2013-Plenário para avaliar as ações adotadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) concernentes às concessões do setor elétrico com vencimento previsto a partir de 2015. | Concluída Acórdão 2.253/2015- TCU-Plenário |
| 62 | Fiscalização 019.059/2014-0 Min. Augusto Nardes | Auditoria com o objetivo de avaliar a governança do Programa de Investimentos em Logística – Ferrovias (PIL Ferrovias), que previa investimentos de aproximadamente R\$ 100 bilhões para construir e modernizar 11 mil quilômetros de linhas férreas no Brasil, mediante outorgas de concessões para o horizonte de 35 anos. | Concluída Acórdão 1.205/2015- TCU-Plenário |
| 63 | Fiscalização 010.945/2014-8 Min. Benjamin Zymler | Acompanhamento com o objetivo de verificar o andamento das obras de esgotamento sanitário ligadas ao Programa de Integração do Rio São Francisco (Pisf), em execução nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. | Concluída Acórdão 1.421/2015- CU-Plenário |
| 64 | Representação 017.093/2014-7 Min. Subst. Weder de Oliveira | Representação de unidade técnica do Tribunal com o objetivo de verificar possíveis irregularidades nos repasses de recursos do Ministério das Cidades no âmbito do PAC de mobilidade urbana. | Concluída Acórdão 1.665/2016- TCU-Plenário |
| 65 | Fiscalização 020.745/2014-1 Min. Augusto Nardes | Auditoria no Ministério das Cidades com o objetivo de avaliar as políticas públicas federais de mobilidade urbana. | Concluída Acórdão 2.430/2015- TCU-Plenário |
| 66 | Representação 028.129/2014-8 Min. Walton Alencar | Representação de unidade técnica do Tribunal com o objetivo de avaliar possíveis irregularidades no Ministério dos Transportes nos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) e do Programa de Investimento em Logística (PIL-Ferrovias). | Concluída Acórdão 1.873/2016- TCU-Plenário |
| 67 | Fiscalização 034.365/2014-1 Min. Subst. Augusto Sherman | Auditoria com o objetivo de avaliar as linhas de crédito de financiamento à exportação de serviços de engenharia e construção de infraestrutura a ente público estrangeiro, operadas pelo BNDES. | Concluída Acórdão 1.413/2016- TCU-Plenário |

Capítulo 5

Principais eventos



Entre os principais eventos realizados em 2015, destacam-se:

- **Orçamento por resultado e Avaliação de Políticas Públicas (Parceria TCU – Câmara dos Deputados – Senado Federal)**
No dia 4 de março, servidores do Tribunal reuniram-se com servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o objetivo de discutir potenciais ações conjuntas nas áreas de orçamento e avaliação de políticas públicas.
- **Apresentação do sistema e-Contas**
Nos dias 17, 18 e 19 de março, foi apresentada para o público externo (gestores e órgãos de controle externo) a primeira etapa do novo sistema de prestação de contas, o e-Contas.
- **Conferência Governança do solo**
Entre os dias 25 e 27 de março, ocorreu a Conferência Governança do Solo, com o objetivo de sensibilizar a sociedade quanto à importância da conservação e do uso sustentável do solo.
- **Intercâmbio de experiências e potenciais ações entre TCU, Ipea, Câmara dos Deputados e Senado Federal**
No dia 7 de abril, realizou-se encontro técnico com a participação de servidores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o objetivo de compartilhar a visão de cada órgão sobre assuntos de interesse comum, como desenvolvimento regional, avaliação de políticas públicas, orçamento e planejamento nacional de longo prazo.
- **Seminário “O papel dos secretários da Segecex”**
Nos dias 13 e 14 de abril, os dirigentes da Segecex reuniram-se para debater temas como visão estratégica, projetos de controle e planejamento no TCU, comunicação institucional e relacionamento com o Congresso Nacional, entre outros.
- **15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal**
Com o intuito de promover amplo debate sobre a política fiscal do país e seus desafios, realizou-se, no dia 4 de maio, seminário sobre o tema, com a participação de autoridades dos poderes Executivo e Legislativo, representantes internacionais e servidores da administração pública.
- **Divulgação do Plano de Controle Externo**
No dia 19 de maio, realizou-se o primeiro Diálogo Público de 2015, que teve por objetivo apresentar à sociedade o Plano de Controle Externo do TCU para o período de abril de 2015 a março de 2017.

- **Workshop Segurança hídrica**

No dia 20 de maio, foi realizada reunião técnica com a finalidade de compartilhar resultados de trabalhos sobre o tema segurança hídrica por diferentes unidades da Segecex para definir estratégia integrada para futuras ações.

- **Controle externo em ação: presente e futuro da fiscalização de TI**

No dia 2 de junho, o Tribunal promoveu diálogo com vistas a apresentar e discutir aspectos de gestão e fiscalização de TI no âmbito da administração pública. O evento contou com a presença de autoridades, magistrados, gestores e técnicos de TI.

- **Encontro TCU, IRB e Atricon – apresentação de propostas de trabalhos coordenados**

No dia 2 de julho, o presidente Aroldo Cedraz reuniu-se com presidentes de tribunais de contas dos estados e municípios de todo o país, por ocasião da assembleia geral do Instituto Rui Barbosa (IRB), que teve como objetivo apresentar propostas de trabalhos conjuntos entre o TCU e tribunais de contas subnacionais. Na oportunidade, foram assinados acordos de cooperação para a realização de trabalhos coordenados.

- **Diálogo Público “Desafios para o Sucesso das Olimpíadas Rio 2016”**

No dia 13 de agosto, foi realizado, no auditório do Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro, “diálogo público”, com o objetivo de apresentar as ações em andamento, os principais desafios e os resultados esperados dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

- **Encontros de dirigentes regionais**

Foram realizados quatro encontros de dirigentes regionais, abrangendo as secretarias localizadas nos estados vinculadas às Coordenações-Gerais.

De forma geral, foram avaliados os resultados alcançados pelas unidades técnicas, apresentadas perspectivas de atuação, além de discussão sobre projetos em andamento e elaboração dos planos operacionais.

Os eventos ocorreram nas datas que seguem:

- » no dia 14 de agosto, organizado pela Coinfra, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, com a participação das Secex-ES, Secex-MG, Secex-RJ e Secex-SP;
- » no dia 17 de setembro, organizado pela Cosocial, na cidade de Recife-PE, com a participação das Secex-AL, Secex-BA, Secex-CE, Secex-MA, Secex-PB, Secex-PE, Secex-PI, Secex-RN e Secex-SE;
- » no dia 25 de setembro, organização pela Coestado, na cidade de Campo Grande-MS, com a participação das Secex-GO, Secex-MT, Secex-MS, Secex-PR, Secex-RS e Secex-SC;
- » no dia 20 de novembro, organizado pela Codesenvolvimento, na cidade de Belém-PA, com a participação das Secex-AC, Secex-AM, Secex-AP, Secex-PA, Secex-RO, Secex-RR e Secex-TO.

- **Workshop – Governança pública e aquisições no Brasil**
Entre os dias 24 a 26 de agosto, foi realizado workshop para transferência de tecnologia e entrega dos dados de cada Tribunal de Contas participante da auditoria coordenada para levantamento da situação de governança pública e de aquisições no Brasil, com 28 tribunais brasileiros, além do TCU. Participaram setenta analistas dos tribunais estaduais e municipais.
- **Seminário sobre análise de dados na Administração Pública (Parceria TCU – CGU)**
Nos dias 10 e 11 de setembro, ocorreu seminário em que foram relatadas experiências relacionadas ao uso de técnicas avançadas de análise de dados como instrumento para melhoria da gestão e do controle de entidades e políticas públicas. O evento ocorreu no auditório do TCU, com a participação de cerca de 230 pessoas, incluindo servidores e funcionários de órgãos e entidades da administração pública.
- **Encontro Técnico Fisc Desenvolvimento, recorte Nordeste**
No dia 18 de setembro, ocorreu encontro técnico, em Recife-PE, com o objetivo de debater as estratégias de abordagem do Fisc Desenvolvimento, com recorte Nordeste. Para fomentar a discussão junto aos dirigentes das unidades regionais do TCU localizadas na região Nordeste e representantes de diversos gabinetes de ministros, participaram do encontro especialistas da academia e do Banco Mundial.
- **Diálogo público sobre a judicialização da saúde no Brasil**
Em 15 de outubro, realizou-se o diálogo público sobre judicialização da saúde, que teve por objetivo discutir o crescente aumento da judicialização das políticas de saúde no Brasil e debater aspectos relacionados ao atual cenário brasileiro, à necessidade de coordenação entre os atores envolvidos e aos desafios encontrados e suas possíveis soluções. Participaram gestores do Ministério da Saúde e das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, juízes, promotores, defensores públicos, especialistas da academia, o Conselho Federal de Medicina, entre outros.
- **Seminário Internacional Governança e Desenvolvimento: práticas inovadoras e o papel das EFS**
Nos dias 3 e 4 de novembro, promoveu-se seminário com o objetivo de lançar o guia de boas práticas resultado da segunda fase do projeto realizado junto à OCDE, anunciar o início da terceira fase, voltado a analisar o caso Brasil e, por fim, assinar o compromisso relativo ao novo projeto a ser desenvolvido com aquele organismo. O evento teve como público-alvo autoridades, auditores, gestores públicos, academia e consultores legislativos.

- **Diálogo público: Sustentabilidade dos regimes previdenciários**
No dia 17 de novembro, realizou-se diálogo público sobre regimes previdenciários com o objetivo de debater sua sustentabilidade, utilizando, entre outras informações, dados extraídos de fiscalizações realizadas pela Secex Previdência. O evento contou com a participação de especialistas no tema, ministros da Casa, parlamentares, representantes do governo federal, de estados, além de servidores da administração pública federal.
- **Governança e gestão das aquisições na Administração Pública Federal**
No dia 23 de novembro, ocorreu um evento dirigido a gestores da área de aquisições das organizações públicas federais, no Auditório Ministro Pereira Lira, para apresentar e discutir os resultados dos trabalhos realizados pelo TCU em governança e gestão das aquisições públicas no período de 2013 a 2015. Foram proferidas palestras por representantes do TCU, EBC e SLTI.
- **Seminário “Resultados de Ações de Controle do Tribunal de Contas da União na Área de Saúde”**
No dia 25 de novembro de 2015, promoveu-se o referido seminário, no Auditório da Secex-GO, para apresentar os resultados das auditorias realizadas na área no estado de Goiás e o relatório sistêmico de fiscalização da saúde (FiscSaúde). O evento contou com aproximadamente 80 participantes, representantes dos conselhos e secretarias municipais e estadual de saúde; e de órgãos ligados ao controle como CGU, Controladoria-Geral do Estado de Goiás, Controladoria-Geral do Município de Goiânia, Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Tribunal de Contas dos Municípios no Estado de Goiás, ministérios públicos junto ao TCM-GO e TCE-GO.
- **Seminário “Aperfeiçoando a governança do setor público brasileiro”**
No dia 27 de novembro, realizou-se o referido seminário, no auditório do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no contexto do acordo de cooperação com o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Atricon, o TCU e mais 28 tribunais de contas brasileiros, para sistematizar o conhecimento sobre a governança pública brasileira. Foram apresentados os resultados do levantamento do tema, as iniciativas de melhoria de governança adotadas pelo TCU e as implicações da situação de má governança no Brasil para o desenvolvimento nacional.

Entre os principais eventos realizados em **2016**, destacam-se:

- **A apresentação da prestação de contas pelas UPCs**
Nos dias 18, 19 e 22 de fevereiro, foram realizadas apresentações da sistemática de prestação de contas ao público externo, com vistas a divulgar as inovações do processo e capacitá-los a utilizar o e-Contas. Os eventos contaram com a presença de 300

participantes, em média, e foram transmitidos pelo sistema de “*streaming*” para as unidades do Tribunal localizadas nos estados.

- **Diálogo Público – II Simpósio de Boas Práticas de Governança e Gestão de Pessoas**
No dia 31 de março de 2016, realizou-se diálogo público sobre boas práticas de governança e gestão de pessoas com o objetivo de divulgar o resultado consolidado de conjunto de auditorias realizadas pelo TCU nesses temas, bem como divulgar boas práticas identificadas no âmbito dessas auditorias.
- **Diálogo Público: Transparência e boas práticas nos conselhos de fiscalização profissional**
Eventos realizados ao longo do ano de 2016 nas cidades de Brasília-DF (7 de abril), Porto Alegre-RS (25 de abril), São Paulo-SP (6 de junho) e João Pessoa-PB (19 de agosto), destinados a divulgar os resultados da auditoria de transparência nos conselhos profissionais, bem como discutir temas administrativos e questões gerenciais de interesse dos conselhos. Os eventos contaram com a participação de mais de mil dirigentes e funcionários dos conselhos profissionais de todo o país.
- **A prestação de contas pelos Conselhos de Fiscalização da Profissão**
Nos dias 7 de abril, em Brasília-DF; 25 e 26 de abril, em Porto Alegre-RS; 6 de junho, em São Paulo-SP; e 19 de agosto, em João Pessoa-PB, foram realizados diversos eventos de divulgação e esclarecimento da sistemática de prestação de contas ao TCU com a participação dos conselhos de fiscalização da profissão.
- **25º Encontro do Grupo de Trabalho de Auditoria em TI da Intosai (WGITA)**
Nos dias 26 e 27 de abril, foi realizado o 25º Encontro do Grupo de Trabalho de Auditoria em TI da Intosai (WGITA), em conjunto com o 8º Seminário de Auditoria de Desempenho em TI, realizado nos dias 28 e 29, contando com a participação de 22 países, e cerca de 50 representantes internacionais. Na ocasião foram apresentados os resultados dos projetos desenvolvidos e discutidas ações a serem realizadas nos próximos anos pelo Wgita.
- **Encontros de dirigentes regionais**
Foram realizados três encontros de dirigentes regionais, abrangendo secretarias localizadas nos estados vinculadas às Coordenações-Gerais.
De forma geral, foram avaliados os resultados alcançados pelas unidades técnicas, apresentadas perspectivas de atuação, além de discussão sobre projetos em andamento e elaboração dos planos operacionais.
Os eventos ocorreram nas datas que seguem:
 - » no dia 7 de junho, organizado pela Coinfra, na Cidade de São Paulo-SP, com a participação da Secex-ES, Secex-MG, Secex-RJ e Secex-SP;

- » no dia 18 de agosto, organizado pela Cosocial, na cidade de João Pessoa-PB, com a participação das Secex-AL, Secex-BA, Secex-CE, Secex-MA, Secex-PB, Secex-PE, Secex-PI, Secex-RN, Secex-SE;
 - » nos dias 10 e 11 de outubro, organizado pela Codesenvolvimento, na cidade de Palmas-TO, com a participação das Secex-AC, Secex-AM, Secex-AP, Secex-PA, Secex-RO, Secex-RR e Secex-TO;
- **Seminário de Governança e Gestão de Turismo**
No dia 17 de junho, realizou-se o referido seminário, promovido pelo TCU e pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de apresentar os resultados da auditoria, realizada em parceria por esses tribunais, que analisou a governança organizacional das secretarias de turismo do Governo do RN e das prefeituras dos principais destinos turísticos do estado, Natal e Tibau do Sul.
 - **Diálogo Público Nordeste 2030:**
Nos dias 20, 21 e 22 de junho, realizou-se o evento Nordeste 2030, na cidade de Fortaleza/CE, que contou com a presença dos nove governadores da Região Nordeste, para discutir aspectos relevantes para o desenvolvimento da região.
 - **Diálogo público: Revitalização do Rio São Francisco**
No dia 11 de agosto, realizou-se diálogo público com o objetivo de sensibilizar a sociedade em geral para a atual situação da revitalização do rio São Francisco, bem como debater o andamento das providências determinadas pelo TCU aos diversos atores envolvidos nesse processo. O evento contou com a participação de especialistas no tema, autoridades do Tribunal, ministros de estado, parlamentares, representantes do Governo Federal, governadores de estados e acadêmicos, além de servidores da administração pública federal.
 - **Encontros Técnicos - Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)**
Nos dias 18 de agosto, 1º e 21 de setembro, a SecexEducação promoveu, no âmbito do TCU, encontros técnicos com especialistas em educação, como parte do trabalho de acompanhamento do PNE 2014-2024.
 - **2º Seminário sobre Análise de Dados na Administração Pública (Parceria TCU – CGU)**
Nos dias 25 e 26 de agosto, realizou-se seminário em que foram compartilhadas experiências e boas práticas relacionadas ao uso de técnicas de análise e mineração de dados como instrumento para melhoria da gestão e do controle de entidades e políticas públicas. O evento ocorreu no auditório do TCU, com a participação de cerca de 240 pessoas, incluindo servidores e funcionários de órgãos e entidades da administração pública, sendo transmitido ao vivo pela Internet.

- **Diálogo público “Governança e Gestão das Aquisições”**

No dia 29 de setembro, ocorreu o diálogo público organizado em parceria com a Secex-PR e a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logística (Selog), o qual teve por objetivo discutir e disseminar boas práticas em matéria de gestão de contratos pelas organizações públicas sediadas no estado do Paraná. O evento contou com a participação de servidores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), da Receita Federal do Brasil e gestores da área de aquisições das três esferas de governo, e até mesmo de outros estados da federação.

Principais eventos programados até o final de **2016**:

- **Workshop sobre sensoriamento remoto**

Com previsão de ocorrer nos dias 7 e 8 de novembro, na sede do Tribunal, o workshop tratará sobre o uso de geotecnologias como ferramenta de controle externo, com o objetivo de capacitar auditores para a implementação do Projeto GeoControle, com potencial de utilização nas áreas de meio ambiente, saúde, educação, segurança pública e infraestrutura. Estão previstas palestras e apresentação de estudos de casos sobre o assunto. Além de gestores e servidores do Tribunal, o público-alvo contempla peritos da polícia federal, integrantes da agência de cooperação alemã GIZ e professores da Universidade de Brasília (UnB).

- **2º Seminário Brasil 100% Digital**

Com previsão para os dias 10 e 11 de novembro, no auditório do Tribunal Superior do Trabalho, o seminário tem o objetivo de apresentar e discutir estratégias, projetos e ações de controle relacionados a serviços públicos, abertura de dados e participação social, sob o paradigma de governo digital. Estão previstos debates com especialistas das áreas de serviços públicos digitais, análise de dados, participação social, transparência e abertura de dados e segurança da informação.

- **Encontros de dirigentes regionais**

O evento tem previsão de ocorrer em 17 de novembro na cidade de Curitiba e abrangerá as secretarias vinculadas à Coestado: Secex-GO, Secex-MT, Secex-MS, Secex-PR, Secex-RS e Secex-SC.

Pretende-se avaliar os resultados alcançados pelas unidades técnicas e apresentar perspectivas de atuação, além de discutir projetos em andamento e elaboração dos planos operacionais.

- **Desafios e oportunidades para o desenvolvimento da infraestrutura nacional**

Com previsão de ocorrer em 21 de novembro, na sede do Tribunal, o diálogo público sobre a infraestrutura no Brasil apresentará os trabalhos de destaque realizados pelo TCU, durante o biênio 2015-2016, bem como debaterá os desafios quanto aos tópicos

energia, transporte, cidades e comunicações. O evento contará com a participação de autoridades, gestores públicos atuantes na área de infraestrutura do país, especialistas e servidores da administração pública federal.

- **Governança e Desenvolvimento: Práticas Inovadoras e o papel do Controle Externo**

No período de 23 a 25 de novembro, na sede do Tribunal, está previsto evento com o objetivo de lançar o produto resultante da terceira fase do projeto executado em parceria com a OCDE. O encontro contará com a participação de especialistas nacionais e estrangeiros em temas afetos à governança pública, representantes de outras EFS, autoridades do Tribunal, ministros de estado, representantes do governo federal e do Congresso Nacional, acadêmicos, além de servidores da administração pública federal.

- **Fórum internacional: Implementando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

No dia 28 de novembro, está prevista a realização, na sede do Tribunal, de fórum visando à troca de experiências e à discussão sobre a forma como as instituições e os governos nacionais e internacionais estão se organizando para a implantação dos ODS. Participarão do evento autoridades, especialistas no tema, representantes da sociedade civil, além de servidores da administração pública federal.

A realização dos eventos listados contou com a participação e colaboração de diversas unidades, a exemplo da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Seplan), Secretaria de Relações Internacionais (Serint), Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais (Aceri), Secretaria de Comunicação (Secom) e Instituto Serzedello Corrêa (ISC), às quais a Segecex registra seu agradecimento.



Capítulo 6

Avaliação e perspectivas



Este capítulo destina-se a uma reflexão acerca da gestão referente ao biênio 2015-2016. Serão apresentadas as atividades consideradas mais importantes por seu caráter estruturante, principais lições aprendidas, bem como algumas sugestões para futuras ações do controle externo a cargo do Tribunal.

Nessa perspectiva, transcorridos dois anos de trabalho, em que se deu continuidade a ações exitosas de gestões anteriores e implantaram-se iniciativas com o objetivo de impulsionar o controle externo, convém apresentar breve avaliação crítica e perspectivas desses feitos. Serão abordados aspectos relacionados à estrutura e organização da Segecex, ao processo de planejamento das ações de controle e à dinâmica de processos de trabalho finalísticos.

De início, no tocante à **estruturação organizacional** da Segecex, observa-se que, com as alterações ocorridas a partir de 2013, especialmente com a introdução do modelo de quatro coordenações-gerais e especialização temática das unidades da sede e, mais recentemente, com a junção de atividades das secretarias da área de infraestrutura, houve avanços significativos tanto do ponto de vista tático como operacional para o controle. Verifica-se claramente a tendência de aumento da realização de trabalhos sistêmicos e transversais e, conseqüentemente, de maior impacto para a sociedade.

Embora se entenda que esse desenho deva ser mantido, cabe estudar a conveniência de realização de ajustes. No caso das coordenações-gerais, é importante que mantenham o papel de avaliar, supervisionar, orientar e monitorar as secretarias de controle externo e preservem as características de subordinação e auxílio à secretaria-geral de controle externo, mas há necessidade de se promover mudança em sua configuração, com a redistribuição das secretarias regionais que atualmente lhes são vinculadas, a fim de que se equilibre, entre essas quatro unidades gerais, o esforço gerencial que lhes é exigido.

Quanto ao modo de funcionamento, é desejável ainda que as coordenações-gerais fortaleçam a atividade de gestão junto às suas unidades vinculadas e a capacidade de se inter-relacionar e, assim, poderem contribuir de forma mais eficaz para o planejamento conjunto e execução de ações de controle transversais, a exemplo do que já se constata com as frentes de acompanhamento da implementação dos ODS.

Paralelamente a esse ajuste, é importante, também, revisar a composição da clientela das unidades, considerando a similaridade dos assuntos, de forma a propiciar-lhes maior possibilidade de aprofundamento em temas estruturantes, a capacitação do corpo técnico e a força de trabalho, que continua sendo um desafio a ser superado.

Nesse contexto, deve ser reestudada, ainda, a redistribuição das empresas estatais entre as unidades técnicas que se relacionam com esse tipo de ente, levando-se em conta a complexidade dessa clientela, bem como a necessidade de as unidades técnicas manterem relacionamento constante com o relator para melhor direcionamento na atuação e alinhamento de expectativas quanto aos resultados das ações de controle.

Como forma de potencializar os resultados do controle, e de acordo com o que já vem sendo demonstrado por meio de trabalhos recentes, é importante que se intensifique o investimento em TI como forma de apoio à fiscalização, fomentando-se o uso da chamada tecnologia disruptiva, sempre na busca de inovação. Em termos de reestruturação, esse assunto

merece atenção especial, na medida em que a possibilidade de criação de unidade específica para administração, difusão, aperfeiçoamento e apoio ao tratamento e à análise de dados, desvinculada daquela encarregada da manutenção e produção de sistemas, poderá maximizar nossa atual capacidade operacional e alavancar os resultados das ações de fiscalização.

Nessa mesma linha, é preciso também incentivar a expansão dos núcleos de *analytics* em unidades regionais, a exemplo dos que já existem em unidades como a Secex-CE, Secex-PR e Secex-RJ, incluindo aí a possibilidade de um único núcleo atender a mais de uma unidade técnica.

Por último, no que se refere a esse tópico, deve-se observar e, conforme vierem os resultados, replicar a experiência recém-inaugurada nas secretarias da sede vinculadas à Codesenvolvimento, no que diz respeito ao projeto de implantação gradativa de especialização dos serviços de administração, em que um único núcleo de apoio, subdividido em suporte a atividades de controle externo e administrativas, atende a múltiplas unidades técnicas.

Após esses relatos de aspectos organizacionais, passa-se ao **processo de planejamento das ações** e seus desdobramentos, que constituem elementos essenciais para o êxito da atividade de controle e em torno do qual se pautam outras iniciativas relevantes.

Entre os trabalhos da atual gestão que exigiram grande esforço e capacidade de planejamento e organização, sem dúvida, estão as auditorias coordenadas com os tribunais de contas dos estados e municípios, boa prática que mostrou enorme potencial de resultado, especialmente diante da necessidade de acompanhar a implementação dos ODS e também muitas oportunidades de aprendizado.

É um projeto que, dada a sua magnitude e abrangência, precisa ser repensado em termos quantitativos, operacionais e de oportunidade de realização quando retomado em outras ocasiões, uma vez que, para que produza resultados exitosos, é preciso reforço da capacidade de articulação e harmonia de interesses, tarefas que podem ser gerenciadas mais especificamente pelas coordenações-gerais de controle externo.

De igual forma, outra iniciativa que também merecia ser reavaliada e já se encontra em fase final de remodelação são os relatórios sistêmicos, que, pela extensão de conteúdos, multiplicidade e formas variadas de elaboração, foram, apesar da sua importância, por vezes objeto de questionamento, inclusive por relatores.

Em ambas as situações, verificaram-se oportunidades de melhoria do processo, e, ao contrário de abandoná-las, pode-se refiná-las, redimensionando-as, conforme o caso. A questão reside, sobretudo, na dosimetria de soluções a serem experimentadas para resolver problemas específicos. Aliás, para continuar evoluindo, é salutar que métodos inovadores de controle sejam testados, e, ao mesmo tempo, deve-se reconhecer que não necessariamente o sucesso estará assegurado em todas as soluções avaliadas. Isso certamente requer mudança da cultura institucional.

Relaciona-se, ainda, entre medidas bem-sucedidas e que podem representar mudança substancial no planejamento do Tribunal, a recente implantação do método de seleção de objetos e ações de controle baseado em risco, que se encontra, no momento, em aplicação e deve subsidiar a elaboração dos planos de controle externo e operacional da Segecex para o biênio

2017-2018. Juntamente com esse modelo, surgem várias outras oportunidades de inovação que agora podem ser mais facilmente sistematizadas, requerendo incentivo e aperfeiçoamento, a exemplo do que vem ocorrendo com o projeto de auditoria financeira.

Vislumbra-se, assim, a possibilidade de elaboração de planejamento com abordagem de questões macro, nacionais, com subsídios e apoio para execução por parte de todas as unidades – sede e regionais, ultrapassando fronteiras de problemas locais – estaduais –, com foco na ideia do “TCU Uno”.

Com essa forma de trabalho, surge espaço para que efetivamente sejam envolvidos diversos atores nessa importante estratégia de controle, tais como gabinete de relatores, comissões e consultorias do Congresso Nacional, tribunais de contas de estados e municípios, Ministério Público Federal, órgãos de controle interno e a própria sociedade. Quanto à inclusão desse último agente, o primeiro passo já pode ter sido dado, com o suporte da tecnologia, por meio da ideia de desenvolvimento dos aplicativos cívicos.

Ao lado dessas questões, há, por óbvio, fatores internos e externos a serem superados. Internamente, há de se compreender que a vinculação temática é uma realidade que não foi acompanhada pelas unidades regionais. Nesse cenário, para que não ocorra prejuízo à adesão e realização das ações de controle, é preciso que o corpo de técnicos e de dirigentes se encontre inserido na mesma dinâmica. Entre as medidas que podem ser incentivadas, destaca-se o modelo de Secex Referência, que pode ser fortalecido para as unidades regionais que já o aderiram e readequado para aquelas que ainda não estão representadas, inclusive com ampliação do rol de temas que ainda não tiveram efetiva implementação.

Especificamente para o corpo técnico, um caminho viável pode ser o incentivo à participação dos auditores nas comunidades temáticas, com possibilidade de direcionamento da atuação desses servidores em trabalhos cujos temas sejam de seu interesse profissional e nos quais estejam engajados profissionalmente, independentemente da eventual vinculação temática de sua unidade regional. Outra estratégia que pode ser intensificada é o envolvimento dos auditores no planejamento e execução de trabalhos do Fiscobras, considerado uma experiência bem-sucedida, com os ajustes necessários para melhorar a coordenação, o aproveitamento da força de trabalho e a instrução desse tipo de processo.

A propósito, ainda sob a estratégia de fortalecimento do corpo técnico e de alavancagem do resultado do controle externo, uma providência que merece ser avaliada diz respeito à alocação das funções de confiança de especialista sênior. Considerando a necessidade de impulsionar cada vez mais a oferta de produtos singulares e o aproveitamento de oportunidades para realização de trabalhos, convém rever a sistemática de distribuição dessas funções. Assim, deve ser estudada medida no sentido de definir quais objetivos institucionais devem ser perseguidos com maior prioridade em cada ciclo de dois anos e, a partir daí, alocar a cada uma das secretarias-gerais quantidade predefinida de funções para que seja distribuída em projetos ou atividades diretamente vinculadas ao alcance desses objetivos.

Também como forma de extrair maiores ganhos das ações de controle, reforça-se a ideia de estimular o uso de técnicas e ferramentas de análise de dados e a consequente realização de auditorias contínuas e preditivas, nos moldes das realizadas pela SecexProvidência em

benefícios previdenciários, assistenciais e trabalhistas, em outros tipos de benefícios, a exemplo de políticas públicas subvencionadas com incentivos fiscais.

Diante dessas considerações e de uma realidade em que são necessárias escolhas, haja vista a limitação de recursos e mão de obra para atender a inúmeras demandas, cabe adotar postura crítica acerca da forma com que são conduzidos alguns processos.

Nesse sentido, nos trabalhos a serem realizados, as unidades precisam reforçar o seu papel de controle externo, limitando-se a essa forma de atuação, sem intervir ou propor-se a examinar assuntos que são tipicamente da esfera do controle interno das unidades jurisdicionadas, a exemplo de questões que estejam afetas, por excelência, às atribuições da CGU, no caso do Poder Executivo.

No que tange à dinâmica de **processos de trabalho finalísticos**, registram-se avanços e iniciativas em estágio de implementação, mas também se pode assumir que é o aspecto que certamente continua a demandar maior esforço e necessidade de acompanhamento.

Entre os grandes desafios, pode-se indicar a necessidade de analisar e instruir tempestivamente milhares de atos de pessoal e processos de tomadas de contas especial. Para ambos os casos, a solução passa necessariamente pelo processo de automação do fluxo de processos e desenvolvimento de ferramentas de TI que permitam também a automação de instruções, utilizando-se de dados obtidos em sistemas, com apoio do aprendizado de máquina. Nesse segmento, os sistemas e-Pessoal e o e-TCE, mencionados no Capítulo 1 deste documento, podem, em futuro próximo, se tornar referências para o controle.

Com relação aos atos de pessoal, a proposta é instruí-los de forma seletiva, considerando que o estoque atual gira em torno de 130 mil atos no Tribunal, com a estimativa de que serão necessários quinze anos para a instrução de todos, sem levar em conta outros 200 mil que se encontrariam na CGU. Para os registros de admissão, a análise poderia ser semelhante àquela realizada atualmente pela Receita Federal. Definidos critérios mínimos, os registros que não caíssem na malha somente seriam analisados em casos excepcionais.

Dessa forma, a mão de obra hoje destinada a essas análises poderia ser utilizada em auditorias de pessoal envolvendo bases de dados que, certamente, produziriam resultados consideráveis em termos de desvios apurados. Uma outra medida a ser praticada diz respeito à necessidade de rever a sistemática de envio de atos de pessoal ao TCU, com vistas a otimizar e conferir celeridade a seu fluxo.

No caso das TCEs, embora a questão não esteja totalmente equacionada, as medidas que vêm sendo implementadas a partir do diagnóstico finalizado em 2014, especialmente por meio da sistemática de gestão centralizada de estoque e procedimentos que a acompanham, começam a mostrar resultados positivos. Assim, tais ações merecem ter sua continuidade avaliada, inclusive com possibilidade de que esses processos, após autuação, sejam encaminhados diretamente à Segecex, e não mais às unidades técnicas, e a sua distribuição se dê conforme a capacidade operacional das secretarias.

Convém, ainda, examinar a inclusão das demais funções de governo não contempladas no formato em vigor, bem como a replicação desse modelo para os processos de representação, no contexto da Secex Referência de aquisições logísticas, a fim de balancear a carga processual

das unidades. Alinhada a essa forma de trabalho, é necessário estudar também a possibilidade de sorteio de TCE e representações entre relatores. Especificamente quanto aos processos de representação, merecem análise os critérios definidos para o seu exame e a apreciação quando fundamentados na Lei 8.666/1993.

Entre outras medidas no tocante a esse processo, cabe destacar a parceria com órgãos externos, como a CGU e o MP, com o propósito de identificar oportunidades de melhoria na gestão das transferências discricionárias e aperfeiçoar a normatização desses instrumentos, o que também pode trazer bons resultados.

Na área da infraestrutura, como forma de aprimorar a atuação do controle e conforme já mencionado acima, mostra-se imprescindível o investimento em novas tecnologias, como é o caso da ferramenta de GeoControle, que começou a ser utilizada recentemente e possibilita aumento da capacidade de fiscalização, inclusive com potencial de utilização também em áreas como meio ambiente, saúde, educação e segurança, ampliando a abrangência espacial e temporal do controle, com redução de custos e verificações em tempo real de atividades críticas, além do aumento da própria expectativa de controle.

Por fim, com relação às cobranças executivas, deve-se aprofundar estudos para avaliar a centralização da formalização desse tipo de processo, inclusive na sede, tomando-se como base a iniciativa bem-sucedida implantada nas secretarias da Região Norte. Como forma de agilizar a montagem das Cbex, alerta-se ainda para a necessidade de melhorar os procedimentos de notificação e expedição de acórdãos condenatórios, a exemplo da constante melhoria dos mecanismos de pesquisas de endereços de responsáveis e de controles visando à diminuição da ocorrência de erros materiais.



Responsabilidade pelo conteúdo

Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex)
Assessoria da Segecex

Projeto gráfico, diagramação e capa

Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)
Secretaria de Comunicação (Secom)
Núcleo de Criação e Editoração (NCE)

Fotografias

Evelynne Gubert

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex)
SAFS Quadra 4 Lote 1 Edifício Anexo III Sala 450
70042-900 Brasília - DF
Tel: (61) 3316-7322
segecex@tcu.gov.br

Ouvidoria

Tel.: 0800 644 1500
ouvidoria@tcu.gov.br
Impresso pela Sesap/Segedam

MISSÃO

Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo.

VISÃO

Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável.